UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Instituto de Filosofia, Sociologia e Política

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Mestrado em Sociologia

Afirmando identidades e construindo novas existências: uma análise sobre youtubers negras

Cyntia Barbosa Oliveira

Pelotas, 2024

Cyntia Barbosa Oliveira

Afirmando identidades e construindo novas existências: uma análise sobre youtubers negras

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Vinicius Spolle

Pelotas, 2024

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação da Publicação

O48a Oliveira, Cyntia Barbosa

Afirmando identidades e construindo novas existências [recurso eletrônico] : uma análise sobre youtubers negras / Cyntia Barbosa Oliveira ; Marcus Vinicius Spolle, orientador. — Pelotas, 2024.
154 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2024.

1. Mulheres negras. 2. Interseccionalidade. 3. Racismo algorítmico. 4. Identidade. I. Spolle, Marcus Vinicius, orient. II. Título.

CDD 305

Elaborada por Michele Lavadouro da Silva CRB: 10/2502

Cyntia Barbosa Oliveira

Título da dissertação: Afirmando identidades e construindo novas existências: uma análise sobre youtubers negras

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Sociologia, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 09 de fevereiro de 2023.

Banca examinadora:

gov.br Documento assinado digitalmente
MARCUS VINICIUS SPOLLE
Data: 15/02/2024 13:16:32-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

.....
Prof. Dr. Marcus Vinicius Spolle (Orientador). Doutor Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

gov.br Documento assinado digitalmente
LUCIANA GARCIA DE MELLO
Data: 16/02/2024 16:27:37-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

.....
Prof. Dra. Luciana Doutora Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

gov.br Documento assinado digitalmente
FERNANDO DE FIGUEIREDO BALIEIRO
Data: 16/02/2024 21:51:23-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

.....
Prof. Dr. Fernando de Figueiredo Balieiro, Doutor em Sociologia pela Universidade pela Universidade Federal de São Carlos

Agradecimentos

O processo de escrita se expressa, diversas vezes, como solitário e de muitas horas em frente a tela do computador. Um processo que, apesar de parecer sem fim quando estamos imersos nas linhas e leituras, rapidamente termina. Ao longo desse processo, pessoas se mantiveram ao meu lado, outras surgiram e todas compuseram, de alguma maneira, a construção dessa escrita. Assim, a seguir, agradeço algumas das pessoas que foram essenciais, de diversas maneiras, ao desenvolvimento do trabalho aqui apresentado e ao meu desenvolvimento pessoal ao longo dos últimos dois anos.

Gostaria de agradecer ao meu orientador, Prof. Dr. Marcus Vinicius Spolle, por sua atenção, disponibilidade e competência. Essencial ao desenvolvimento do trabalho e também no processo de construção de novas experiências e possibilidades conferidas pela pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa e ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas por abrir as portas à minha trajetória acadêmica.

Aos professores da banca, Profª. Drª. Luciana Garcia de Mello e Prof. Dr. Fernando de Figueiredo Balieiro, que aceitaram colaborar com a construção da dissertação no período de qualificação e voltam a contribuir na realização defesa. As propostas e os direcionamentos realizados por vocês foram contribuições fundamentais para esta pesquisa. Agradeço ainda a disponibilidade, interesse e ensinamentos compartilhados.

Ao Núcleo Interseccionalidades de pesquisa em gênero, raça e sexualidade, bem como ao Grupo Transdisciplinar em pesquisa jurídica para uma sociedade sustentável (GTPJUS), grupos de pesquisa que me acolheram e possibilitaram o despertar de novos inquietamentos referentes à pesquisa. Bem como ao Grupo de Estudos sobre Políticas Públicas e Desigualdades, por ser espaço de debate e apropriação de temáticas transversais.

Agradeço algumas mulheres que foram essenciais para que esta etapa possa estar se aproximando do fim: Eva, Rosa Hermínia, Aline, Mariana, Mari e Victória.

Eva Maria da Silva Barbosa, minha mãe, que sempre priorizou minhas possibilidades de estudar, esteve presente nos dias mais difíceis, foi apoio nos

afazeres diários, emocional e financeiro, quando necessário. Destacando, sempre, as possibilidades que surgem a partir da dedicação àquilo que se faz, bem como as potencialidades do estudo.

Rosa Hermínia da Silva Barbosa, minha avó, que sem compreender ao certo o que é ingressar na pós-graduação, torce para que todas as etapas sejam concluídas com êxito.

Aline Cardozo Oliveira, minha irmã, que desde a infância me acordava nos dias de prova para estudar e que, talvez, nem saiba, mas é uma das grandes responsáveis por desenvolver em mim o amor aos estudos e a pesquisa.

Mariana Pinheiro de Souza, minha namorada, por estar presente em todos os momentos e ser minha maior incentivadora. Agradeço ainda por ser minha companheira de vida e por compartilhar os momentos da vida que fazem de nós duas mais fortes, mais potentes.

Mari Cristina de Freitas Fagundes, que surgiu como professora no grupo de pesquisa, mas se tornou uma amiga. Agradeço imensamente pelo suporte acadêmico e pessoal, pelos conselhos e por ser alguém que me inspira a seguir trilhando essa trajetória.

Victória de Souza Wojahn, minha amiga, que me acompanha há anos e compartilhou os percalços de também vivenciar a pós-graduação. Trilhar este caminho ao teu lado, tornou os momentos de ansiedade mais leves.

Por fim, agradeço a todas as outras pessoas que, de alguma maneira, contribuíram com esse processo, seja indicando leituras, através de conversas, ou mesmo contribuindo nos momentos em que distrações foram necessárias. Agradeço aos amigos e familiares por estarem presentes sempre que possível e compreenderem as minhas ausências, quando ocorreram.

Resumo

OLIVEIRA, Cyntia Barbosa. **Afirmando identidades e construindo novas existências:** uma análise sobre youtubers negras. Orientador: Marcus Vinicius Spolle. 2024. 154 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2024.

O presente trabalho se propôs a apresentar reflexões sobre os processos de construções de identidade negra a partir de pressupostos positivos, mobilizando os canais de Ana Paula Xongani (Xongani) e Gabi Oliveira (DePretas), sendo conduzido a partir de discussões que perpassam as identificações sociais da raça. Assim sendo, o problema de pesquisa que estruturou esse estudo consistiu na seguinte questão: Como acontece a afirmação social da identidade negra de *youtubers* enquanto práticas de novas existências? Desse modo, objetivou compreender de que maneira a afirmação da identidade negra de *youtubers* se desenvolve enquanto prática de novas formas de existências. Para a realização dessa análise, foram mobilizadas autoras e autores que versam sobre temas como racismo, identidade negra, racismo algorítmico, interseccionalidade e mulheres negras, entre outros. A fim de compreender o processo de afirmação da identidade negra de Xongani e DePretas, mobilizou-se metodologia qualitativa e, como técnica de coleta de dados, foi utilizada a etnografia de tela. Assim, diante dos dados coletados, foi possível identificar que a afirmação da identidade negra se relaciona com os processos de amar a negritude e, que a subversão dos padrões hegemônicos só pode ser desenvolvida a partir de construções individuais e coletivas que valorizem a negritude. Ou seja, é necessário se tornar negra através do processo de autodefinição para que subverter seja possível. Além disso, enfatiza-se que a construção e afirmação da identidade aqui mobilizadas visam se afastar de definições essencializadas, bem como que identificações sociais são processos que se desenvolvem ao longo da vida e nunca finalizados.

Palavras-chave: Mulheres negras; interseccionalidade; racismo algorítmico; identidade.

Abstract

OLIVEIRA, Cyntia Barbosa. **Affirming identities and building new existences:** an analysis of black youtubers. Advisor: Marcus Vinicius Spolle. 2024. 154 f. Dissertation (Masters in Sociology) – Institute of Philosophy, Sociology and Politics, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2024.

The purpose of this study was to present reflections on the processes of constructing black identity based on positive assumptions, mobilizing the channels of Ana Paula Xongani (Xongani) and Gabi Oliveira (DePretas), based on discussions that permeate the social identifications of race. Therefore, the research problem that structured this study consisted of the following question: How does the social affirmation of the black identity of youtubers happen as practices of new existences? The aim was to understand how the affirmation of black identity by youtubers develops as a practice of new forms of existence. In order to carry out this analysis, authors who deal with topics such as racism, black identity, algorithmic racism, intersectionality and black women, among others, were mobilized. In order to understand Xongani and DePretas' process of affirming their black identity, a qualitative methodology was used and screen ethnography was used as the data collection technique. From the data collected, it was possible to identify that the affirmation of black identity is related to the process of loving blackness and that the subversion of hegemonic standards can only be developed through individual and collective constructions that value blackness. In other words, it is necessary to become black through the process of self-definition so that subversion is possible. Furthermore, it is emphasized that the

Keywords: Black women; intersectionality; algorithmic racism; identity.

Sumário

1. Introdução 7
2. A questão racial no Brasil 17
2.1. “Racismo existe sim. Tá do nosso lado!”: os obstáculos da construção de uma negritude positiva 17
2.2. "Olhar para trás para caminhar pra frente": as ações afirmativas como possibilidade de transformação e reconhecimento racial 26
3. Mulher negra: uma identidade histórica, política, social e subjetiva 36
3.1. "Não importa aonde a gente chegue, continuamos sendo mulheres negras": as imagens construídas sobre (e para) as mulheres negras 36
3.2 "Eu gosto de dizer que eu nunca alisei o cabelo”: transgredindo imposições e autoconstruindo identidades 44
4. Identidade e coletividade: mulheres negras em movimento 54
4.1 “Nós somos pessoas complexas e a gente precisa se ver desse jeito”: a interseccionalidade como instrumento analítico e estratégia de resistência 54
4.2. "Eu sou mulher preta. E ser mulher preta é o quê?! Ser mulher preta é ser múltipla”: essencialização, transformações e o (re)pensar identidades 64
5. Explorando o ambiente digital: identidades negras frente às novas sociabilidades 73
5.1. "Faz um tempo que a internet vem definindo os caminhos políticos das nossas vidas": o YouTube e as sociabilidades digitais em debate 73
5.2. "Eu assisto pessoas que eu consigo me identificar": racismo e sexismo na internet 81
6. Afirmando identidades e construindo novas existências: Ana Paula Xongani e Gabi Oliveira 92
6.1. “Você tá preparado pra ver beleza em uma mulher preta?”: conhecendo as youtubers 92
6.2. “O que existe é pluralidade. Existem pessoas negras de todos os tipos”: construindo a autodefinição 108
6.3 "É caminho, é processo, é construção”: trilhando caminhos para a subversão 121
6.4. “Tem vários problemas sociais existindo, vários assuntos que estão em pauta”: os cruzamentos interseccionais mobilizados pelas youtubers 133
7. Considerações Finais 141
Referências 149

‘

1. Introdução

Iniciamos destacando que o trabalho aqui apresentado é escrito por uma mulher negra, o que implica construções das identificações, seja como mulher negra ou tantas outras, que constroem subjetividades, posicionamentos sociais e políticos. Em primeiro lugar, enfatizamos que a escrita a partir da terceira pessoa do plural, indica aqui que os resultados alcançados foram fruto de uma coletividade, seja pelos autores que fizeram parte da escrita como referenciais teóricos, seja pelas pessoas que participaram deste processo de tantas maneiras. O segundo ponto que destacamos diz respeito à construção social que se desenvolveu, pessoalmente, através dos debates que eram encontrados na *internet* (especialmente no YouTube), durante os períodos de questionamento daquilo que implica ser uma mulher negra.

O terceiro aspecto que salientamos diz respeito a uma das primeiras observações realizadas ao nos aproximarmos dos vídeos analisados: as produções desenvolvidas a partir de perspectiva feminina e negra constroem identificações através de similaridades, tanto nas mulheres que produzem quanto naquelas que consomem os conteúdos. É nesse sentido que contamos com as palavras de Lélia Gonzalez:

> Para nós, é importante ressaltar que emoção, subjetividade e outras atribuições dadas ao nosso discurso não implicam uma renúncia à razão, mas, ao contrário, são um modo de torná-la mais concreta, mais humana e menos abstrata e/ou metafísica. Trata-se, no nosso caso, de uma outra razão (Gonzalez, 2020, p. 44).

Assim, compartilhamos que a escolha do tema ocorreu tentando relacionar as discussões sobre racismo, as sociabilidades mediadas por redes sociais e a observação de dois fatores, aparentemente, em ascensão: uma maior disposição em “amar a negritude”, como expõe bell hooks (2019), através da utilização dos cabelos crespos e cacheados, estampas étnicas, entre outras formas; e as possibilidades transformadoras que o acesso a outras perspectivas sobre o que é ser uma mulher negra através da *internet*. Cientes ainda de que o YouTube foi um dos primeiros espaços onde mulheres negras tiveram acesso às possibilidades de cuidados específicos a seus cabelos naturais, como apontam Deborah Pereira e Ana Paula Thé (2019) e ainda que: a plataforma está em exercício desde 2005 e mesmo assim apresenta índices altos de utilização, o YouTube foi a plataforma escolhida para

pensarmos sobre como ocorre a afirmação de identidades negras realizadas através da *internet*.

Partimos, inicialmente, da discussão sobre afirmação de identidades negras em um contexto social onde a *internet* faz parte das dinâmicas diárias dos brasileiros; destacamos, ainda, que mulheres negras representam a parcela da população que sofre maior índice de discursos ódio com bases racistas nas redes sociais, como destaca Luiz Valério Trindade (2022). Indo além dos discursos individualizados, Safiya Umoja Noble (2021) aborda o conceito de *algoritmos da opressão* para problematizar a opressão pautada no racismo e sexismo que são direcionados às mulheres negras a partir da programação algorítmica as quais os dispositivos conectados a internet são condicionados.

O racismo pode ser definido, como aponta Gonzalez (2020), como um conjunto de práticas e também como uma construção ideológica. É através das manifestações sociais de racismo que exclusões substanciais de determinados sujeitos se desenvolvem, sejam estas culturais, históricas, institucionais ou algum outro determinante. Mas, além de expostas ao racismo, mulheres negras sofrem consequências do sexismo, o que as dispõe em um cruzamento de diferentes discriminações. E foi pensando nos entrecruzamentos discriminatórios que o conceito de interseccionalidade tomou espaço, em discussões iniciais no ano de 1989 pela jurista Kimberle Crenshaw (2002), passando a ser conceito central às discussões de tantas outras pesquisadoras.

Aqui utilizamos as perspectivas de *interseccionalidade* a partir do pensamento de Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021), para pensar no quanto a afirmação de identidades e mesmo a construção de identificações é permeada pelas relações interseccionais de poder que compõem a sociedade. A interseccionalidade pode ser definida como uma práxis crítica que, aplicada em plenitude de suas potencialidades, é capaz de compreender e buscar soluções para as desigualdades sociais vigentes. Ou seja, a interseccionalidade traz como objetivo prático a explicação do social, mas sua aplicabilidade se altera conforme a maneira pela qual os indivíduos fazem uso dela (Collins, 2022).

É com a perspectiva interseccional brevemente delineada que partimos à página inicial do YouTube. Na sua seção *Sobre*, a plataforma define a missão da empresa, como disponibilizar a todos uma voz e mostrar a essas pessoas o mundo, pois acreditam que todos merecem ser ouvidos e que o mundo se torna um melhor

lugar quando escutamos, compartilhamos e construímos comunidades (YouTube, s. a.), transparecendo a ideia de um convívio igualitário, democrático e justo aos usuários. Em contraposição ao que é exposto pela plataforma, e também em outras redes sociais, o discurso de ódio, caracterizado como "[...] manifestações de pensamentos, valores e ideologias que visam inferiorizar, desacreditar e humilhar uma pessoa ou grupo em função de características como gênero, orientação sexual, filiação religiosa, raça, lugar de origem ou classe" (Trindade, 2022, p. 17) é um dos atores que faz parte das dinâmicas da plataforma e as mulheres negras são as vítimas em destaque dessas práticas (Trindade, 2022).

Podemos ir além da definição exposta por Trindade (2022), pois essa concepção parte das manifestações individuais de racismo direcionadas aos usuários que compartilham as redes sociais. Assim, o exposto por Noble (2021) como algoritmos da opressão, se assemelha ao que Tarcízio Silva (2022) vai denominar como *racismo algorítmico*. Tal conceito pode ser definido como "[...] o modo pelo qual a disposição de tecnologias e imaginários sociotécnicos em um mundo moldado pela supremacia branca realiza a ordenação algorítmica racializada de classificação social, recursos e violência em detrimento de grupos minorizados" (Silva, 2022, p. 66). Ou seja, os algoritmos que visam aprender e antecipar nossas preferências ao utilizarmos a *internet*, aprendem que conteúdos relacionados a negritude não são bem vindos.

Identificar-se, portanto, como uma mulher negra, ou ainda como pertencente a alguma categoria socialmente marginalizada que estão expostas a diferentes formas de discriminação, é um ato de *resistência*. Cabe destacarmos ainda que as youtubers negras se auto-reconhecem e são reconhecidas pelos outros (Moreira, 2007) a partir de dois marcadores comuns: a raça e o gênero. Nesse sentido, o trabalho apresenta como **problema de pesquisa** a seguinte pergunta: Como acontece a afirmação social da identidade negra de youtubers enquanto práticas de novas existências?

Sendo justamente o conceito de identificação que nos conduz a pensar que, nas palavras de Neusa Santos Souza (2021), ser uma mulher negra é "vir a ser", pois diante do racismo, da marginalização e dos projetos caracterizados como estratégias de genocídio do negro brasileiro (Nascimento, 2016), tentar embranquecer passou a ser visto (em certa medida ainda é) como uma estratégia para passar por processos de ascensão, seja social ou econômica, como explora Kabengele Munanga (2019). É justamente pensando no processo de branqueamento utilizado como estratégia

genocida da população negra e em todos os instrumentos que compuseram esse projeto que pontuamos o ato de afirmar-se negra como um ato de resistência.

O processo de identificação, bem como o de construção de identidades, se alteram ao longo das trajetórias. Como aponta Stuart Hall (2019) a identidade consiste em um processo, ou seja, não é algo fixo, estático. A identidade está sempre em construção, se altera ao longo da vida dos indivíduos. A identificação, já se manifesta expressando uma maior possibilidade de ação, de alteração ao longo do tempo. Além disso, cabe destacar que é possível identificar-se com diferentes coisas ao mesmo tempo, com traços característicos de culturas distintas, por exemplo. Afinal, salientamos, como aponta o autor, que a diferença não é algo oposto a identidade, mas sim aquilo que possibilita que as identidades sejam constituídas. O que devemos atentar é como as diferenças são utilizadas, pois as diferenças pautadas em princípios binários, como aponta Collins (2019), coloca indivíduos que não se alinham a concepções hegemônicas em locais de marginalização e estigmatização, através das relações interseccionais de poder que se estabelecem socialmente.

Atentamos ainda que, seja através das redes ou fora delas, é partindo das relações interseccionais de poder que nos direcionamos a outro conceito central para discutirmos mulheres negras: as *imagens de controle*. Imagens de controle podem ser conceituadas como construções que fazem parte do imaginário social coletivo, introduzidas mediante marcadores que marginalizam e criam percepções essencializadas daquilo que mulheres negras são (Collins, 2019). Essas imagens estão presentes desde os períodos da escravização, mas se dissimulam e se adaptam às novas relações interseccionais de poder que compõem o escopo social. É nesse sentido que se afirmar negra é resistir às imagens de controle. E o processo de se afirmar negra ou ainda, de amar a negritude (hooks, 2019) recai sobre a perspectiva de *autodefinição* (Collins, 2019). É colocando em prática a autodefinição que mulheres negras agem de encontro às imagens de controle, que resistem às discriminações e construções estereotipadas sobre o que é ser mulher negra. É ainda através da autodefinição que o afastamento da concepção do embranquecimento como algo universalmente almejado pela população negra (Munanga, 2019) passa a ser desconstruído.

Nesse sentido, apresentamos como tônica a urgência de temáticas que discutam as formas de afirmação da identidade negra, principalmente diante das possibilidades de sociabilidade mediadas pela *internet*. Para desenvolvermos a

pesquisa, nos debruçamos sobre os perfis no YouTube intitulados: Ana Paula Xongani (@AnaPaulaXongani), que carrega o nome da responsável por desenvolver o conteúdo do canal, em atividade desde 2012. E o canal Gabi Oliveira (@GabiDePretas), sendo também identificado a partir do nome da youtuber e produzindo conteúdos desde 2015. Mulheres negras que tratam de temas diversos em seus perfis, entre eles as vicissitudes e os questionamentos que perpassam a negritude.

O recorte temporal que empregamos consistiu no acompanhamento dos vídeos postados na plataforma durante o período em que a pandemia de COVID-19 foi considerada uma emergência de saúde pública de importância internacional, de 30 de janeiro de 2020 a 05 de maio de 2023, devido ao aumento exponencial da utilização das plataformas digitais nesse período, seja para fins profissionais, acadêmicos ou quaisquer outros. Recorte que se justifica, como apontam Deivison Faustino e Walter Lippold (2023, p. 38), pois a pandemia provocou "[...] uma inédita imersão no ciberespaço, que se consolidou como um dos mais poderosos dispositivos de subjetivação e conversão ampliada da vida em uma grande coleção de mercadorias".

Destacamos que, embora tenhamos desenvolvido uma pesquisa que se debruça sobre um objeto de pesquisa inserido em ambiente digital, as discussões seguintes, no decorrer do trabalho, versam sobre os processos de afirmação identitária para além do digital, pois é partindo daquilo que se tem acesso através do YouTube, que milhares de mulheres iniciam seu processo de identificação com a negritude. Além disso, justificamos o desenvolvimento desta pesquisa diante da emergência de refletir sobre como a identificação e, sobretudo, a afirmação da raça acontecem diante das formas de sociabilidade que se tornaram parte integrante da atualidade, visando ainda retomar discussões sobre a identidade negra. É partindo da perspectiva de que identidades são processos em contínua construção que desenvolvemos a pesquisa, passando tanto pela discussão da resistência às imagens construídas sobre (e para) as mulheres negras, como ainda a negação dos processos de embranquecimento como possibilidade de ascensão social ou econômica que destacamos a relevância do aqui abordado para contribuir com as discussões sobre raça e identidade.

Portanto, como **objetivo geral** buscamos compreender de que maneira a afirmação da identidade negra de *youtubers* se desenvolve enquanto prática de novas formas de existências. Ao passo que os **objetivos específicos** foram traçados

visando: identificar como as youtubers realizam a afirmação da identidade negra a partir da autodefinição; verificar novas formas de existência negra e/ou processos de subversão da branquitude; analisar as formas de mobilização da interseccionalidade nos discursos das youtubers.

Para alcançarmos os objetivos definidos, desenvolvemos uma análise que busca abarcar a afirmação da identidade negra compartilhada na plataforma do YouTube e foram dedicadas cerca de 60 horas ao acompanhamento dos vídeos. Outro ponto que cabe salientarmos diz respeito aos breves apontamentos já realizados sobre a identidade e sua possibilidade de alteração ao longo das trajetórias dos indivíduos. É nesse sentido que aplicamos a etnografia de tela, pois como aponta Carmen Rial (2004), essa abordagem centra-se tanto no que é dito, quanto no significado que os temas abordados possuem tanto para quem é autor quanto para o receptor.

Direcionando novamente o olhar aos canais definidos como foco da análise: Ana Paula Xongani (AnaPaulaXongani) e Gabi Oliveira (@GabiDePretas), abordam temas diversos, tratando de temáticas que versam sobre gênero, raça, maternidade, trabalho, racismo, autoestima e tantos outros temas, traçam estratégias que enfatizam a naturalização da vivência de mulheres negras, mulheres pretas.

Assim, através do acompanhamento dos canais de Xongani e DePretas dividimos os vídeos em duas categorias, denominadas: autodefinição e subversão. Tais categorias foram definidas após o acompanhamento dos vídeos e processo de primeira análise, sendo construídas com base no método *grounded theory*, que pode ser definido como o método onde “[...] as categorias analíticas são sugeridas pelos dados produzidos e não são derivadas de teorias previamente estabelecidas” (Jesus, 2021, p. 82).

Na tabela a seguir podemos observar a distribuição dos vídeos conforme as categorias:

Canal	Autodefinição	Subversão	Número total de vídeos
Ana Paula Xongani	31	76	107
Gabi Oliveira	46	29	75
Total de vídeos acompanhados			182

Tabela 1 - Vídeos acompanhados

Através da etnografia de tela (Rial, 2004) visamos compreender que a *internet* pode ser mobilizada como um instrumento de afirmação da identidade, resistência e busca de informações. Buscamos, ainda, enfatizar ao longo do percurso estabelecido que: 1) é necessário discutirmos para além do espaço digital, compreendendo que determinadas relações são prévias as interações digitais e 2) as sociabilidades mediadas por *internet*, tais como as que ocorrem fora dela, conferem sistemas de opressão, relações de poder.

Cabe salientarmos, ainda, que a formulação original proposta por Rial (2004) referia-se, especialmente, a análise de conteúdos produzidos para televisão, entretanto como o desenvolvimento aqui proposto centra-se nos conteúdos dos vídeos e não nas interações estabelecidas a partir deles e, a partir disso, consideramos a metodologia adequada aos objetivos propostos. A etnografia de tela se ancora, em certa medida, nos processos de análise do discurso, mas utilizando como essência condutora o método da etnografia através da inserção de longa duração nos canais de reprodução dos vídeos. Como aponta a autora:

> A análise do discurso é utilizada nas etnografias de tela, mas estas, partindo do método etnográfico, buscam ir além do texto e ao encontro do contexto, das redes complexas em que estes textos se inserem e das quais emergem. Neste sentido, os antropólogos estariam mais propensos a captar os contextos dos textos da mídia (Rial, 2004, p. 15).

Grupos que compõem minorias sociais, tais como as mulheres negras, tiveram o espaço nas mídias tradicionais negado durante muito tempo. A *internet* é, em certa medida, a possibilidade de organização para abertura de espaços de discussão, convívio, trocas de experiências e mesmo de apreensão de conteúdos, formando grupos, mobilizando atividades, protestos e outros vários movimentos. É o caso das Marchas em favor da utilização dos cabelos naturais que se organizam através das redes sociais, tomando grandes proporções, como pontuam Pereira e Thé (2019).

Collins e Bilge (2021) exploram ainda a utilização das mídias digitais enquanto meio de combate a fenômenos digitalmente organizados atrelados a questões relacionadas à justiça social. Assim, as autoras exploram os algoritmos de buscadores que acabam modelando movimentos de opressões interseccionais, e ainda “[...] como aplicativos digitais discriminatórios ampliam a supremacia branca” (Collins e Bilge, 2021, p. 146). Nesse mesmo sentido aborda Silva (2022), ao discorrer sobre o racismo algorítmico atuante nas redes sociais, uma vez que sua ação ocorre de maneira similar

ao racismo inserido na sociedade, reforçando a manutenção de privilégios também no ambiente virtual.

Foi nesse sentido que mobilizamos a interseccionalidade como uma das bases analíticas para realizar a etnografia de tela. Consideramos ainda que, estando diante de uma ferramenta que atua a favor da supremacia branca e manutenção das ordens sociais, foi necessário que o recolhimento de dados para realização da pesquisa fosse realizado através de guias anônimas de navegação[1]. Especialmente no processo de seleção dos perfis componentes da pesquisa, pois considerando as subjetividades de quem realiza a pesquisa e ainda que os algoritmos funcionam prevendo preferências de escolha de quem navega na *internet*, tentar identificar canais sem que isso fosse considerado nos levou a necessidade de utilizar as fontes de busca através da navegação anônima.

O *software* utilizado para definir os canais mobilizados como objeto da pesquisa foi o *YouTube Data Tools*, que compõe o escopo do estudo de métodos avançados em *social media*, visando a extração de dados do YouTube. A comunicação entre o *software* e a plataforma ocorre através da *Application Programming Interface* (API), que pode ser traduzida como interfaces de programação de aplicativos, na qual o *software* faz uma requisição através de um protocolo de linguagem de programação e a ferramenta vai devolver esses dados em formato de tabelas, onde é possível extrair e ler as informações coletadas[2].

Assim, considerando o recorte estabelecido, algumas autoras e autores se fizeram de extrema relevância para o desenvolvimento desta escrita, tais como: Lélia Gonzalez (2020), Kabengele Munanga (2019), Neusa Santos Souza (2021), Stuart Hall (2014; 2019), Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021); Safiya Umoja Noble (2021), dentre outros.

Destacamos ainda que, além desta introdução e das considerações finais, o trabalho é composto por cinco capítulos. No capítulo intitulado *A questão racial no Brasil*, buscamos analisar o racismo, as estratégias de embranquecimento no país e as influências desses processos na construção da identidade de pessoas negras. Assim, adentramos em alguns dos conceitos essenciais que acompanham toda a

[1] Ao utilizar guias anônimas de navegação, outros usuários que usam o mesmo dispositivo não conseguem ter acesso ao histórico de páginas acessadas.

[2] Retomaremos as discussões sobre os dados recolhidos pelo *software* no capítulo *"Você tá preparado pra ver beleza em uma mulher preta?": conhecendo as youtubers.*

trajetória de escrita do trabalho, tais como racismo e embranquecimento. No capítulo nomeado como *Mulher negra: uma identidade histórica, política, social e subjetiva*, traçamos uma discussão sobre a negritude e mulheres negras. Passando pelas tensões sobre as construções estigmatizadas que compõem o imaginário social construído sobre (e para) mulheres negras. Além disso, abordamos discussões relativas ao processo de autodefinição como instrumento que direciona ao processo de afirmação da negritude.

No capítulo *Identidade e coletividade: mulheres negras em movimento*, desenvolvemos um estudo referente aos processos de ação coletiva que mobilizaram mulheres negras a se organizarem politicamente e ainda, alguns pontos da possibilidade transformadora que a afirmação da identidade pode expressar, tanto no nível individual quanto coletivo. Discutimos aqui conceitos essenciais ao trabalho, como: interseccionalidade e relações interseccionais de poder. Retomamos, ainda nesse capítulo, as ações coletivas mobilizadas a partir da inserção das ações afirmativas nos ambientes acadêmicos. *Explorando o ambiente digital: identidades negras frente às novas sociabilidades* é o capítulo que aborda as relações interseccionais de poder a partir de aproximações do funcionamento e as possibilidades da internet. Além disso, direcionamos o olhar às maneiras que o racismo e o sexismo operam nesse ambiente, explorando mais detidamente os algoritmos da opressão e o racismo algorítmico.

Afirmando identidades e construindo novas existências: Ana Paula Xongani e Gabi Oliveira é o capítulo onde destacamos características pessoais e da trajetória das youtubers e desenvolvemos a análise dos vídeos através da etnografia de tela de maneira mais detida, expondo os processos mobilizados na construção da pesquisa. Assim, diante do brevemente exposto ao longo desta introdução, convidamos a nos acompanharem ao longo dos capítulos para abordarmos os desdobramentos que permeiam os processos de afirmação da identidade e construção de novas práticas de existência mobilizados por mulheres negras.

2. A questão racial no Brasil

O racismo e o processo de embranquecimento no país se delinearam ao longo da trajetória de sua construção e em paralelo aos demais marcadores da história brasileira, deixando raízes e consequências perceptíveis hoje em dia. O racismo, muito evidenciado como um elemento que faz parte da estrutura social, por vezes, deixa de ser discutido com a devida profundidade, abandonando o processo de compreensão histórica das razões pelas quais a sociedade se moldou de tal maneira e as consequências atuais. A construção de uma identidade negra alinhou-se (e em parte do imaginário coletivo social ainda é a alinhada) a adjetivos negativos. Desse modo, ao longo das transformações sociais e condenações, sejam morais ou pautadas na letra da lei, as práticas de racismo, os ideais de embranquecimento se metamorfoseiam.

A construção de uma identidade negra a partir de ótica positiva passa, social e historicamente, pelos processos que envolvem discussões de raça e racismo como obstáculos. Somam-se a essas discussões as novas formas de sociabilidade, como o YouTube, assumindo posições de agentes transformadores relativos às discussões que permeiam os aspectos de raça, racismo e construções identitárias. Os processos de embranquecimento da sociedade como objetivo almejado, como uma construção social e histórica da sociedade brasileira, atuam em consonância com as manifestações individuais e coletivas de racismo, sejam em articulações sociais mediadas por sociabilidades digitais ou não, assim a discussão desses processos discriminatórios baseada em critérios de racialização e racismo se faz urgente.

2.1. “Racismo existe sim. Tá do nosso lado![3]”: os obstáculos da construção de uma negritude positiva

> Ela realmente gostava do menino, que, para falar a verdade, poderia muito bem passar por filho dela, filho de branco. Se não fosse pelos olhos claros e pela cor da pele e os traços delicados, os lábios pequenos, o nariz bem-feito. Para continuar assim, a sinhá disse que eu sempre deveria me lembrar de Deus, apertar com meus dedos como se estivesse moldando o

[3] Trecho da fala de Ana Paula Xongani no vídeo *Colorismo - Rodrigo branco e seu racismo seletivo*, postado em 2020.

> nariz dele, apertando as laterais desde a base até as narinas, para não deixar que se esparramasse.
> (*Um defeito de cor* - Ana Maria Gonçalves)

Ao discutirmos youtubers negras, antes de mais nada, devemos percebê-las acompanhadas, constantemente, por dois marcadores comuns: raça e gênero. Marcadores que as diferenciam e definem as posições reservadas a elas na construção da sociedade em que vivem: um país racista e sexista. Nesse sentido, um dos conceitos que abordaremos muitas vezes ao longo do trabalho é o de *raça*. Antônio Sérgio Guimarães (2021) explora o conceito como classificador social, uma vez que não corresponde à realidade natural, mas sim, faz parte da composição de um mundo social e que, portanto, se afasta de definições objetivas, biológicas ou naturais.

> As raças, enquanto grupos sociais, são, pois, demarcadas por fronteiras simbólicas (ressignificação de traços culturais, da cor da pele, de traços fisionômicos, etc.) e fronteiras sociais, instituições que regulam a distribuição dos recursos, dos poderes, do prestígio social (Lamont e Molnár, 2002). A classificação racial ao tempo que constitui as raças, recria as bases materiais das desigualdades sociais. Assim, o agrupamento de pessoas em raças é usado para humilhar, agrupar e excluir para monopolizar recursos escassos em grupos dominantes (Guimarães, 2021, p. 27).

Corroborando a ideia de um processo de racialização que apresenta como um de seus marcadores a monopolização de recursos escassos em grupos dominantes, Lélia Gonzalez (2020), aborda a grande concentração de população negra em regiões denominadas como “Brasil subdesenvolvido”. A população negra desde o pós-abolição foi alocada, e na maioria permanece, nas periferias das cidades, quando comparadas aos setores hegemônicos desses espaços (Gonzalez, 2020). A autora sinaliza ainda que a raça, portanto, parte de uma elaboração social e faz referência a fatores de subordinação e reprodução de classes sociais, de maneira que reproduzem, em certa medida, a distribuição dos agentes.

Minorias raciais também compõem a estrutura de classes da sociedade (Gonzalez, 2020), fato importante de ser ressaltado, pois em determinado período o Brasil foi observado como um país sem racismo, devido a suas particularidades e distinções das formas de racismo observadas nos Estados Unidos, por exemplo. Pensando em termos de exploração das classes pobres, “[...] se poderia colocar a

questão típica do economicismo: tanto pessoas brancas quanto negras e negros pobres sofrem os efeitos da exploração capitalista" (Gonzalez, 2020, p. 35). Corroborando o exposto pela autora, Carlos Hasenbalg (2005) discorre sobre a mobilidade social e as possibilidades de ascensão de pessoas não-brancas, constatando que além das implicações do pertencimento a famílias de uma posição social baixa, a atuação do racismo opera como um potencializador de "(des)vantagens".

De maneira geral, uma dupla desvantagem em questão de possibilidades de ascensão social, sendo que "[...] a primeira deve-se à sua baixa origem social e a segunda advém da desvantagem competitiva, sofrida do nascimento até a morte, que resulta da adscrição racial" (Hasenbalg, 2005, p. 209). O autor expõe ainda que, em movimento paralelo, as manifestações de discriminação racial abertas são reprovadas pela sociedade, deixando em operação discriminações em configurações sutis, dissimuladas e assim reproduzindo as construções ideológicas estabelecidas a partir da ideia de que o país é constituído a partir de uma democracia racial.

Mas esses desdobramentos materiais, articulam-se a partir de relações interseccionais de poder, como apontam Collins e Bilge (2021), que podem ser brevemente definidas como manipulações de poder que através do sexismo e do racismo, por exemplo, atravessam as experiências de mulheres negras[4]. A constituição, portanto, daquilo que é ser uma mulher negra passa por esferas da subjetividade, tanto individuais, quanto coletivas. Os processos de subjetivação são desenvolvidos através da manipulação de imagens de controle, que são estereótipos construídos sobre (e para) mulheres negras (Collins, 2019). A autora explora também que as imagens de controle são utilizadas tanto como um instrumento de construção de um imaginário coletivo onde mulheres negras são associadas a características depreciativas quanto para um processo de silenciamento dessas mulheres.

Essa estratégia de silenciamento, seja de mulheres negras ou da coletividade de pessoas negras, agem através de artefatos racistas, que em uma perspectiva nacional promoveu manipulações das imagens de controle que objetivavam a depreciação da população negra para construção de uma nação sem negros, como abordado por Kabengele Munanga (2019). O autor enfatiza a questão da mestiçagem como parte do desenvolvimento histórico nacional, e mais: a mestiçagem percebida

[4] Voltaremos a discutir as relações interseccionais de poder.

pelas classes hegemônicas da sociedade como uma estratégia a ser implementada para o embranquecimento da população. Além disso, como algo que determina como relações sociais vão se desenvolver, análises que partem dos primeiros estudos sobre miscigenação e encontram os desdobramentos que os mitos, como o da democracia racial, perpetuaram na sociedade. E é diante do processo de manipulação coletiva das imagens sociais sobre a raça negra que se estabeleceram (e ainda se estabelecem) ideais de embranquecimento da população como algo a ser almejado.

Assim, o *racismo* age “[...] enquanto construção ideológica e um conjunto de práticas” (Gonzalez, 2020, p. 34), e essa construção através do discurso acontece, entre outros motivos, pela internalização dos agentes envolvidos de que essa é a forma natural de configuração da sociedade e não há o que possa ser feito, seja por parte daqueles que se beneficiam, ou daqueles que se prejudicam a partir das ações adotadas. Ainda conforme a autora, cabe pontuarmos, que o racismo passou tanto por um processo de perpetuação quanto por um processo de reforço e atualização, a partir do momento em que concede vantagens e benefícios a determinados indivíduos, os brancos. E ainda que "[...] todo um dispositivo de atribuições de qualidades negativas aos negros é elaborado com o objetivo de manter o espaço de participação social do negro nos mesmos limites estreitos da antiga ordem social" (Souza, 2021, p. 48). A antiga ordem a que se refere a autora faz referência a escravização da população negra, e é discutindo a negritude como uma construção que passa por diversos pontos de afirmação, constituídos com base na emocionalidade, que pessoas negras passam pelo processo de *tornar-se negro*, pois

> A descoberta de ser negra é mais do que a construção do óbvio. (Aliás, o óbvio é aquela categoria que só aparece enquanto tal depois do trabalho de se descortinar muitos véus.) Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas também é, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades (Souza, 2021, p. 46).

Ao discutirmos a formação da identidade de pessoas negras, mesmo que em uma perspectiva contemporânea, como é o caso das *youtubers* negras, é necessário que o pensamento ultrapasse a esfera da mobilidade social e posicionalidade de classes, pois a construção identitária é permeada por diversos processos subjetivos, construídos através de imaginários sociais coletivos. É nesse sentido que apontamos a discussão da identidade negra e os obstáculos para sua afirmação sob uma

perspectiva positiva, através dos ideais de branqueamento social da população (Hasenbalg, 1996), como ponto inicial.

Munanga (2019) explora o processo de embranquecimento através dos ideais estabelecidos na busca de uma identidade nacional, que se instaurou através do mito da democracia racial e que nos apresenta, ainda hoje, os traços de sua implementação. É Gilberto Freyre[5], como nos mostra Renato Ortiz (2006) quem desenvolve e difunde a ideia de um país onde as diferentes raças convivem em harmonia. Freyre abandona a perspectiva de raça e se atém à questão da cultura nacional, formulando de maneira exitosa a percepção da sociedade brasileira como uma democracia racial, construção que se perpetuou e durante longo período foi expressa como uma característica brasileira, inclusive servindo de exemplo a outros lugares. A democracia racial consiste, portanto, na crença de que no Brasil não existe racismo, sobretudo em função do processo de miscigenação (Gonzalez, 2020). O pensamento de Freyre valorizou a mestiçagem, que até então era vista como um problema, a transformando em algo positivo e é através dessa alteração que a identidade nacional que se buscava formular foi delineada (Ortiz, 2006).

Gonzalez (2020) aborda a questão referente à aceitação da democracia racial, mesmo por aqueles prejudicados quando esse mito é colocado como verdadeiro (a população negra). A partir das perspectivas expostas, a autora trabalha a questão de uma busca por domesticação da população negra, a partir do processo histórico de que não existe racismo no Brasil, pois “[...] cada um sabe seu lugar”. Ou seja, as imagens de controle (Collins, 2019) aplicadas não só para aqueles que observam a população negra e a percebem como um problema, mas também internalizadas por essa população.

Ortiz (2006) explora que a transição do conceito de raça para o de cultura foi ponto importante no processo de aceitação da população, pois a teoria da mestiçagem que em período anterior era ligada diretamente a teorias racistas, através de seu processo de reelaboração torna-se senso comum, pois se difunde na sociedade. O autor aponta ainda a absorção de alguns elementos e grandes eventos como futebol e carnaval que eram vistos como parte da mestiçagem, os quais passam a integrar a cultura brasileira, considerados nacionais. Corroborando essa ideia, Munanga (2019)

[5] Destacamos que o projeto de construir um Brasil onde imperasse a democracia racial não se restringe às ideias de Gilberto Freyre. É uma construção ideológica, mas também social e política.

vai discutir a construção de uma identidade nacional que tinha como objetivo o embranquecimento da população negra.

O ser mestiço tornou-se uma espécie de sinônimo de ser brasileiro, pois “[...] o que era mestiço, torna-se nacional” (Ortiz, 2006, p. 41). Ao abordar a determinação do mestiço como nacional, as relações raciais vivenciadas se alteram, pois é durante esse período que há um processo de apropriação das manifestações de cor, incorporando-as a um “discurso unívoco do nacional”, perdendo suas especificidades, enfatiza o autor.

> Segundo Freyre, os portugueses foram superiores aos demais europeus em suas relações com os povos colonizados porque não eram racistas. Daí o processo de miscigenação ocorrido no Brasil e a harmonia racial que o caracteriza. Todavia, o que Freyre não leva em conta é que a miscigenação se deu às custas da violentação da mulher negra (Gonzalez, 2020, p. 50).

Mulheres negras que, seja em discussões históricas ou em contextos atuais, compõem os estratos sociais mais marginalizados, sujeitas a construções sociais essencializadas, observadas no cotidiano em forma de imagens de controle (Collins, 2019), imagens que no contexto brasileiro se expressam nas figuras da mulata e da doméstica, como amplamente explorado por Gonzalez (2020). Imagens e concepções sociais responsáveis pelos processos de hipersexualização e percepção de mulheres negras como mais suscetíveis ou mais adaptáveis a tarefas relacionadas ao cuidado, por exemplo.

Cabe destacarmos ainda que a construção de uma identidade nacional, unificadora e que exalta uma percepção harmoniosa, passou pelo processo de determinação de elementos originários da cultura negra definidos como símbolos da cultura nacional (Ortiz, 2006), e mais: por processos de exploração e violação de mulheres negras. Elementos culturais como samba que através da promoção a um elemento nacional e não de origem negra, passa por um processo de esvaziamento de “[...] sua especificidade de origem, que era ser uma música negra” (Ortiz, 2006, p. 43). O autor aponta ainda que o mito institucionalizador das três raças, se aplica de maneira exitosa, pois traz a possibilidade de que todos se reconheçam como nacionais.

Esse ideal de branqueamento não compreende somente aquilo que as elites brancas apontam como os caminhos a serem seguidos para construção de uma nação desejada, mas também o ideal a ser alcançado pela população negra que compreende

a mestiçagem como um caminho para o afastamento do racismo e cada uma das consequências que o acompanham (Munanga, 2019). O autor traça ainda como uma das principais consequências do ideal do branqueamento que aquelas pessoas que alcançaram o ideal de uma pele mais clara, uma posição social ou econômica ascendente se afastassem de suas origens negras, ou mesmo a negassem.

> Ideal esse perseguido individualmente pelos negros e seus descendentes mestiços para escapar aos efeitos da discriminação racial, o que teve como consequência a falta de unidade, de solidariedade e de tomada de uma consciência coletiva, enquanto segmentos politicamente excluídos da participação política e da distribuição equitativa do produto social (Munanga, 2019, p. 102).

Esse processo de branqueamento da população negra atua através de processos que não são explícitos, pois mesmo que exista uma construção social, política e ideológica que encaminha pessoas negras a se distanciarem de seus traços negros (Munanga, 2019), o branqueamento da sociedade se desenvolve a medida que elementos culturais e valores associados às culturas brancas são definidos, socialmente, como "[...] os verdadeiros e universais" (Gonzalez, 2020, p. 131). Estabelecendo, assim, também a negação da cultura, dos valores e até mesmo das religiosidades de origem negra, entre tantas outras características. E dessa maneira,

> Lutando, muitas vezes, contra a maré da dominação, o negro foi, aos poucos conquistando espaços que o integraram à ordem social competitiva e lhe permitiam classificar-se no sistema vigente de classes sociais. A ascensão surgia, assim, como um projeto cuja realização traria consigo a prova insofismável dessa inserção. Significava um empreendimento que, por si só, significava aqueles que o realizassem. Mais: retirando-o da marginalidade social em que sempre estivera aprisionado, a ascensão social se fazia representar ideologicamente para o negro como um instrumento de redenção econômica, social e política capaz de torná-lo cidadão respeitável, digno de participar da comunidade nacional (Souza, 2021, p. 49 - 50).

É pensando nos processos de apagamento da cultura negra e na mestiçagem não como uma consequência da socialização nacional, mas sim como uma estratégia de supressão da raça negra através da idealização de que padrões sociais, estéticos e culturais que se associam aos brancos como superiores, que Abdias Nascimento (2016) vai colocar os processos de embranquecimento da sociedade brasileira como uma tática de genocídio do negro brasileiro. O autor aponta o início desse processo de embranquecimento social ainda no período de escravização, pois se de um lado temos autores que defendem uma convivência harmônica, o autor traz em seus

escritos o verdadeiro disparador do embranquecimento nacional: o abuso sexual direcionado a mulheres negras escravizadas.

> O Brasil herdou de Portugal a estrutura patriarcal de família e o preço dessa herança foi pago pela mulher negra, não só durante a escravidão. Ainda nos dias de hoje, a mulher negra, por causa de sua condição de pobreza, ausência de *status* social, e total desamparo, continua a vítima fácil, vulnerável a qualquer agressão sexual do branco (Nascimento, 2016, p. 73).

Cabe destacarmos, como salienta Munanga (2019), que a parcela da população que compõe os denominados mulatos ou, em um contexto contemporâneo, pardos, estão sujeitos às mesmas discriminações que pessoas negras “indisfarçáveis”, pois são condicionados aos mesmos status sociais. Ainda que, “A ambiguidade da linha de cor/classe social e o embranquecimento constituem mecanismos estratégicos que auxiliaram individualmente na ascensão de negros e mestiços na sociedade brasileira” (Munanga, 2019, p. 99), é importante atentarmos à discussão que o autor elucida onde expõe a concepção de que mesmo que o embranquecimento seja utilizado como uma estratégia de ascensão social, pessoas pertencentes ao grupo negro seguem sujeitas as discriminações raciais.

De encontro às propostas levantadas pelos grupos hegemônicos que tinham como objetivo almejado o embranquecimento da população brasileira, destacamos os movimentos sociais negros que atuam buscando construir a negritude a partir de marcadores positivos, apontando suas potencialidades (Munanga, 2019). E mais: tentando construir a partir da raça negra uma categoria política que “retome” o pardo para si, que integre os sujeitos que passaram por um processo de miscigenação ao movimento negro, pois como apontado por diversos autores, tais como Munanga (2019) e Gonzalez (2020), essas pessoas também sofrem as consequências do racismo.

Ao direcionarmos o olhar novamente as *youtubers* e ao problema de pesquisa que visa discutir como essas mulheres afirmam a identidade negra e produzem novas existências, indo de encontro as imagens de controle desenvolvidas sobre (e para) elas, podemos destacar que o processo se alinha ao desenvolvido, durante determinado período, pelo movimento negro, que visava (re)construir a negritude a partir de suas potencialidades e características positivas. Pois, se as *youtubers* negras, hoje, compartilham conteúdos onde, através da afirmação de suas identidades, influenciam outras pessoas a construírem sua negritude de forma

positiva, o Movimento Negro Unificado (MNU) desenvolveu, em determinados momentos, a busca por construções identitárias pautadas em características positivas. Acontecimento que decorre, como aponta Munanga (2019), do momento que passam a existir dados estatísticos que comprovam a existência de racismo no país. Definições que, conforme o autor, permitiram também o delineamento de estratégias para a construção da negritude como uma categoria política, processo fortalecido através da implementação de ações afirmativas de cotas raciais, por exemplo.

Esse processo de construção de identidades, especialmente o afirmar-se enquanto uma mulher negra, diante das discriminações interseccionais sofridas no cotidiano é, por si só, um ato de resistência[6] (hooks, 2019). Ao direcionarmos nosso olhar às *youtubers*, mais do que processos de afirmação e construção de novas formas de existência, elas fazem jus as denominações usuais na *internet: influencers*[7]. Pois, não só afirmam sua negritude através da resistência e a autodefinição[8] que desenvolvem frente às imagens de controle, como influenciam e incentivam, através do alcance de suas postagens, outras mulheres a resistirem, se afirmarem e se (re)construírem identificações com a negritude. Assim, alinhamo-nos às discussões sobre a construção da identidade estabelecida por Stuart Hall (2014, p. 109), onde o autor afirma que as identidades estão relacionadas "[...] com a questão da utilização dos recursos da história, da linguagem e da cultura para a produção não daquilo que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos". Então, corroboramos a ideia central discutida por Neusa Santos Souza: "Ser negro é tornar-se negro" (2021, p. 115).

Esses movimentos de construção e afirmação da identidade negra passaram por uma trajetória, por processos de desmitificação do que é ser negro e até mesmo por lutas. Lutas sociais, lutas políticas. As lutas travadas pelo movimento negro, por exemplo, dedicaram-se a denunciar e publicizar atos de racismo, além disso: almejar uma sociedade em que pessoas negras e brancas tem, de fato, as mesmas possibilidades de ascensão, os mesmos direitos e o mesmo respeito às suas tradições. A implementação das ações afirmativas de cotas raciais, que apresenta como um de seus objetivos reparar historicamente disparidades sociais, também

---

[6] Enfatizamos que o conceito de resistência é mobilizado por nós a partir de bell hooks, onde a autora mobiliza a resistência como um processo de amor a negritude, por exemplo. Voltaremos a discutir o conceito nos próximos capítulos.

[7] *Influencers*, em tradução livre, pode ser definido como: influenciadoras. *Youtubers*, bem como comunicadores que disseminam conteúdo *online*, são chamados assim por serem pessoas tomadas como referência a partir de seus posicionamentos e das discussões que levantam.

[8] Retomaremos este conceito no próximo capítulo.

contribui para reflexões a respeito da negritude individual e coletiva. É para refletirmos sobre o poder de transformação social e individual das ações afirmativas e suas trajetórias de luta e construção que convidamos para nos acompanharem ao próximo item.

2.2. "Olhar para trás para caminhar pra frente[9]": as ações afirmativas como possibilidade de transformação e reconhecimento racial

> Logo após a resposta do filho, a mãe olhou para mim e disse: *"ele começou com isto depois de ir para universidade, mas ele não é negro"*.
>
> *(Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor* - Lia Schucman)

A utilização da internet como meio de comunicação e acesso a diversos serviços modificou a forma de vivenciar experiências. As *youtubers* negras fazem parte de um movimento conectado à rede, ocupando, por vezes, espaços que anteriormente não eram ocupados pela população negra. Esse movimento vai ao encontro da ideia de um ambiente onde todos aqueles conectados possuem as mesmas condições e possibilidades de utilização da rede, enquanto, na verdade, mulheres negras são, frequentemente, vítimas de discursos de ódio nas redes sociais, como aponta Trindade (2022). O acesso aos meios de comunicação, bem como o acesso da população negra de maneira geral a diversos serviços, teve seu percentual aumentado devido à implementação das políticas de ações afirmativas, que apresentam a urgência[10] da inserção de negras e negros em ambientes majoritariamente brancos e a concessão de oportunidades igualitárias as negras e negros.

A inserção de ações afirmativas de cotas raciais surge como uma política pública que objetiva reparar as disparidades sociais percebidas ao serem comparados grupos de pessoas negras e brancas, cabe destacarmos que, tal como tantas outras políticas públicas implementadas, as cotas são fruto de reivindicações sociais. Relembramos que as desigualdades entre pessoas brancas e negras, em relação ao

[9] Trecho do vídeo *Passado, Presente ou Futuro!!! Qual vale mais?* de Ana Paula Xongani, postado em 2021.

[10] As ações afirmativas implementadas em formato de cotas raciais compõem o escopo das políticas públicas redistributivas. Em linhas de definição, as políticas públicas são definidas em quatro grandes áreas: distributivas, redistributivas, regulatórias e constitutivas (Souza, 2006).

acesso à educação e trabalho, são processos que acompanham a sociedade brasileira desde o pós-abolição, pois os postos de trabalho e acesso a quaisquer atividades era vedada ou tinha seu acesso dificultado a população negra (Hasenbalg, 2005). Além disso, o racismo perpetrado na sociedade brasileira implica também em consequências não materiais, como o almejo a se afastar daquelas características que evidenciam a negritude, fazendo com que pessoas negras tentem se aproximar de ideais de brancura (Munanga, 2019). Nesse sentido, as ações afirmativas podem ser definidas como “[...] políticas que visam afirmar o direito de acesso a tais recursos a membros de grupos sub-representados, uma vez que se tenham boas razões e evidências para supor que o acesso seja controlado por mecanismos ilegítimos de discriminação” (Guimarães, 2012, p. 174).

A raça, que durante longo período histórico foi uma forma de agrupar para excluir indivíduos, passa a ser uma forma de identificação, que permite a esses indivíduos se organizarem enquanto coletivo (Guimarães, 2021). Esse processo de afirmação de uma identidade negra, de uma coletividade que resiste em prol de objetivos comuns é parte significativa na luta por representações políticas e acesso a direitos.

> A raça passou a ser, pois, para essas pessoas, uma identidade que lhes permite ser um coletivo em luta pela garantia de oportunidades e direitos. Em suma, fronteiras simbólicas raciais são erigidas para organizar e hierarquizar a sociedade, mas são também usadas pelos dominados para resistir à opressão, ou seja, para lhes garantir igualdade de oportunidades de vida. A “raça-para-os-outros" pode transformar-se em “raça-para-si”. (Guimarães, 2021, p. 27 - 28).

A construção dessa ideia de “raça-para-si”, faz com que haja uma movimentação de coletivos negros a fim de alcançar legislações que garantam acesso à população negra àquilo que é direito e deve ser acessado por todos os sujeitos, independente de raça. Destacamos a relevância do movimento negro que, como aponta Lourival Custodio (2017), pode ser caracterizado de maneira ampla como toda uma coletividade que atuou e ainda atua na luta contra o racismo, seja através de vias ideológicas, através da resistência física a ataques, como nas lutas quilombolas, ou ainda se dedicando a erradicação das desigualdades sociais entre as raças. Por outro lado, ao direcionarmos nosso olhar às perspectivas de um movimento negro institucionalizado, observamos a importância do Movimento Negro Unificado (MNU) que representa essa coletividade através de uma instituição política e desde sua

formulação traz ao debate a necessidade de movimentos organizados de combate ao racismo (Custodio, 2017).

Gonzalez (2020, p. 71) aborda o movimento negro como um “[...] complexo de organizações e instituições herdeiras de um longo processo histórico de resistência pan-africanista e de luta por libertação da comunidade afro-brasileira”. O movimento negro se desenvolve e se desdobra ao longo da história brasileira e, atualmente, um de seus espaços de atuação são as redes sociais. Pois, ao direcionarmos o olhar as discussões realizadas por Ana Paula Xongani e Gabi Oliveira, assim como as abordadas por tantas outras influenciadoras digitais, observamos mais do que figuras importantes na afirmação de uma identidade negra, elas estão denunciando práticas racistas e também evidenciando debates que perpassam essa temática.

Em contextos alinhados às sociabilidades digitais, que retomam movimentos voltados à valorização da estética negra, podemos apontar como central a identificação com a negritude através de vídeos onde a temática faz referência aos cuidados com os cabelos cacheados e crespos, como abordam Pereira e Thé (2019). Além de trabalharem em processos de desmistificação das imagens de controle (Collins, 2019) que levam mulheres negras a rejeitarem sua raça, abriram espaço para um mercado antes inexistente, voltado a comercialização de produtos específicos para cabelos crespos e cacheados, atendendo um público que só era lembrado ao buscar processos que visavam um alinhamento com padrões estéticos hegemônicos.

O movimento negro compõe a história como combatente ao racismo atuante na sociedade, mas também na proposição de políticas que conferissem alternativas aos mecanismos de desigualdades (Gomes, Silva e Brito, 2021).

> Os anos de 1980, período de redemocratização nacional, são marcados pela ampliação dos movimentos negros e sua crescente institucionalização na forma de organizações sociopolíticas de caráter identitário. No caso do MNU, este assume uma postura ideológica racialista mais extremada, diferente dos movimentos de décadas anteriores (a exemplo da Frente Negra Brasileira) e se apropria dos argumentos de Florestan Fernandes e do realinhamento paradigmático impulsionado pelo Projeto Unesco na crítica à ordem sócio-racial vigente, de origens escravocratas, bem como de outros elementos que também desempenharam um papel importante na formação desse novo movimento, tanto na sua constituição ideológica quanto na sua postura política (Andrade, 2016, p. 312).

A partir de 1990[11] novas formas de organização são instituídas, constituídas com base em diferentes tipos de políticas, pautadas em identidade, cidadania, reconhecimento de diferenças raciais e culturais e ainda atrelados a questões redistributivas, onde se enquadram as ações afirmativas (Guimarães, 2012). Gonzalez (2020) atenta à importância do movimento negro na luta antirracista, buscando tanto a conscientização e sensibilização de grupos não negros, quanto a inserção da discussão sobre racismo, suas consequências e práticas à comunidade negra brasileira. E foi através de mobilização em prol de campanhas de conscientização que o *Grupo Palmares*, o movimento *Black Rio* e o *Bloco Afro Ilê Ayê*, entre outros, buscavam recontar a história da população negra brasileira. Entre tantas ações e uma história repleta de ações de conscientização, lutas sociais e reivindicações políticas, o movimento negro trabalhou para a construção e inserção na sociedade de ações afirmativas de promoção da igualdade racial (Gomes, Silva e Brito, 2021).

Assim, em 2001 a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) foi a primeira a inserir a política de cotas, enquanto ação afirmativa, utilizando como critério para o acesso às vagas a raça e o estudo em escolas públicas, como retoma Francisco Jatobá Andrade (2016). Essa inserção abriu espaço para ampliação do debate sobre os critérios de acesso ao ensino superior, deixando espaço para diferenças interpretativas, tanto dos grupos favoráveis quanto dos contrários às cotas. Em estudos relacionados aos perfis socioeconômicos da população negra brasileira foi possível observar grandes desvantagens "[...] fortalecendo as reivindicações de movimentos sociais negros em suas demandas políticas, aumentando as tensões entre os grupos pró e contra ações afirmativas, em específico, as cotas raciais" (Andrade, 2016, p. 295). Destacamos ainda que o movimento em prol das ações afirmativas se insere nas universidades ao redor do país, utilizando, em grande parte, sua autonomia para a implementação de cotas, como aponta Flávia Rios (2018).

"Em sua primeira década de existência, o padrão de ações afirmativas do sistema público brasileiro foi, pois, as cotas desenvolvidas no interior das instituições públicas de terceiro grau, e não uma política de Estado" (Rios, 2018, p. 274). Ao passo que o acesso ao ensino como meio de transformação através da escola pública, em

[11] É em 1995 que o racismo passa a ser reconhecido no Brasil, através de manifestações do então presidente, Fernando Henrique Cardoso, possibilitando uma ascensão dos debates relacionados ao próprio racismo e seus desdobramentos (Andrade, 2016).

especial as universidades, se torna ponto-chave da construção de uma sociedade mais igualitária, a construção de modelos adequados de reserva de vagas não apresenta um consenso. Como aponta Rodrigo Ednilson de Jesus (2021), as cotas raciais, ao englobarem a totalidade de negros (pretos e pardos), entram em conflito com determinadas definições do senso comum que

> [...] ao mesmo tempo que define o pardo como o resultado da mistura, argumenta que “todos somos resultados da mistura”. A pergunta que fica é: se somos todos resultados da mistura e, portanto, iguais, todos temos o direito de reivindicar políticas diferencialistas, como a reserva de vagas em universidades públicas ou concursos públicos? Entretanto, se “somos todos iguais” não precisaríamos, e nem poderíamos reivindicar, políticas específicas (Jesus, 2021, p. 48).

Assim, as políticas de ações afirmativas, que viabilizam o acesso a determinadas instituições através das cotas raciais, trazem como proposta o processo de reparação das desigualdades sociais que regulam o funcionamento social e institucional brasileiro. Mas vão além desse propósito, pois através da exigência de uma autodeclaração racial para concorrer as vagas reservadas às pessoas negras, essas políticas têm movimentado reflexões individuais e coletivas sobre a pertença racial dos indivíduos (Jesus, 2021). Pois, se por um lado “O conceito de ‘negro’ inclui pretos e pardos numa mesma categoria política construída para beneficiar todas as vítimas do racismo – pretos e pardos –, segundo o princípio de que ‘a união faz a força’” (Munanga, 2019, p. 114), por outro, as buscas de não vivenciar o racismo pautam-se nas tentativas de embranquecimento, como discutimos no item anterior.

A identidade negra como uma identidade política é consequência de uma longa estruturação do movimento negro brasileiro e é justamente essa categoria política, formada por pretos e pardos, que vivenciam cotidianamente as consequências do racismo, a quem as cotas raciais se direcionam (Munanga, 2019). Desse modo, as modificações individuais e coletivas para o acesso universitário não se resumem ao ingressar nessas instituições, pois se identificar como uma pessoa negra e ainda se autodeclarar assim, faz com que haja processos que vão de encontro aos ideais de embranquecimento populacional (Jesus, 2021). Corroboramos ainda o exposto por Munanga (2019) quando enfatiza que o processo de embranquecimento da população fez com que muitas pessoas mestiças e negras que percebiam esse processo como uma possibilidade de ascensão ou de não sofrer racismo, evitassem se unir a um

movimento que visava construir uma identidade coletiva com maior poder de mobilização.

A autodeclaração racial surgiu, em primeiro momento, como o único dispositivo adotado por algumas universidades para que existisse o direito ao acesso via reserva de vagas (Munanga, 2019). Esse processo que contava apenas com a autodeclaração, já extinto, levou a números elevados de fraudes no ingresso universitário, em grande medida utilizando o argumento exposto anteriormente, apontado por Jesus (2021), de que todos os brasileiros são frutos da mistura, mesmo que através de familiaridades parentais distantes e nunca relembradas. Instauram-se, portanto, as bancas de heteroidentificação, seja atentando às legislações que versam sobre a reserva de vagas ou ainda observando o elevado número de denúncias com relação ao acesso indevido às vagas reservadas para acesso de pessoas negras. Munanga (2019) aponta ainda que é justamente através da manipulação da categoria pardo que as fraudes se alocaram (e ainda acontecem). Com relação a isso, destacamos que em contexto brasileiro o que define alguém como negro (preto ou pardo) e, consequentemente, sujeito de direito das cotas raciais é o fenótipo, pois aqui o que leva alguém a ser vítima de racismo são as características físicas que marcam[12] a negritude.

Relembramos as definições de Stuart Hall (2014), onde o autor discorre a respeito das identificações, pois a identificação pode ser observada como

> [...] uma construção, como um processo nunca completado - como algo sempre “em processo”. Ela não é, nunca, completamente determinada - no sentido de que se pode, sempre, “ganhá-la” ou “perdê-la”; no sentido de que ela pode ser, sempre, sustentada ou abandonada. Embora tenha suas condições determinadas de existência, o que inclui os recursos materiais e simbólicos exigidos para sustentá-la, a identificação é, ao fim e ao cabo, condicional; ela está, ao fim e ao cabo, alojada na contingência. Uma vez assegurada, ela não anulará a diferença (Hall, 2014, p. 106).

É a partir do exposto por Hall (2014) que direcionamos o olhar às políticas de ações afirmativas através das cotas raciais como uma possibilidade de deslocamento identitário, em especial daqueles indivíduos que compuseram sua trajetória individual

[12] Em um contexto brasileiro é necessário “parecer” uma pessoa negra. As fraudes tomam como base, em grande medida, as formulações de raça norte-americanas, pautadas na origem das pessoas, de maneira que um único familiar negro, mesmo que distante, torna seus descendentes negros. Uma organização pautada em princípios de segregação e que em nada se aproxima da construção social brasileira, que durante um longo período de tempo defendeu ser uma democracia racial, a inexistência do racismo e a possibilidade de que, eventualmente, pessoas negras se aproximem de ideais de embranquecimento, através de ascensões sociais, políticas e/ou econômicas.

e coletiva, alinhando-se a perspectivas de embranquecimento. Desse modo, diante da possibilidade de acesso às universidades, especialmente depois da instauração da Lei de Cotas[13], a lei nº 12.711/2012 que estendeu a utilização de cotas raciais a todas as universidades federais, aqueles que tiveram sua construção identitária marcada pela possibilidade de se tornar uma pessoa "menos negra"[14] através dos mecanismos de embranquecimento utilizados estrategicamente, deparam-se com questões que ultrapassam os privilégios alcançados ou mesmo as discriminações sofridas ao longo de suas trajetórias. Cabe destacarmos ainda, como aponta Luiz Augusto Campos (2013, p. 89), que "[...] a lei federal não somente obrigou todas as universidades federais brasileiras a usarem o modelo classificatório do IBGE, como também subsumiu as cotas raciais a reserva de vagas para estudantes de escolas públicas".

O processo de se autodeclarar como uma pessoa preta ou parda traz como uma premissa necessária a identificação enquanto parte de um grupo socialmente discriminado e seja diante de uma nova análise sobre si ou a partir da identificação com coletivos negros, a autodeclaração tem como um de seus propósitos que quem a utiliza seja capaz de se afirmar enquanto pertencente a este grupo (Jesus, 2021). É nesse sentido que a autodeclaração relaciona-se com a identificação realizada por cada indivíduo, pois existe, como já abordamos, um movimento para que indivíduos se tornem negros (Souza, 2021), resistindo às imagens de controle (Collins, 2019) e se afirmando através da manutenção de culturas negras (Munanga, 2019).

Jesus (2021) destaca ainda como uma possibilidade e instrumento já utilizado na Universidade Federal de Minas Gerais documentos que atuem como complementares ao processo de heteroidentificação. No caso exposto pelo autor, é a Carta Consubstanciada[15] que atua como um promotor de reflexão a respeito da autodeclaração realizada diante do ingresso universitário. A carta é um dos documentos exigidos àqueles que optam pela reserva de vagas, o material não faz parte do processo de aferição realizado pela banca de heteroidentificação, sendo o principal objetivo da carta agir elevando os custos de falsificações. O autor aponta

[13] Conhecida como Lei de Cotas, a Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

[14] A ideia de circularidade entre as raças branca e negra fazem referência, em parte, a uma discussão que pode ser problematizada a partir do colorismo, entretanto tal temática não será aqui abordada, nem o conceito aprofundado por ser uma discussão extensa que não se faz necessária a problematização delineada.

[15] A Carta Consubstanciada foi implementada na Universidade Federal de Minas Gerais em 2018 e tem servido como instrumento para compreensão dos motivos que levam pessoas a se autodeclararem pretas ou pardas.

ainda que nas cartas é necessário que os candidatos explicitem os motivos que os levam a se declarar como uma pessoa preta ou parda e assim, consequentemente, precisam refletir sobre suas características, suas relações culturais e sua ascendência.

"Nem toda pessoa que se autodeclara negra (preta ou parda) passa, necessariamente, a concorrer pela reserva de vagas, mas para concorrer a reserva de vagas é preciso que o(a) candidato(a) se autodeclare negro(a)" (Jesus, 2021, p. 130). Mas a questão que salientamos aqui é justamente deter certa atenção aqueles indivíduos que compõem a coletividade de pardos desracializados, como denomina Munanga (2019), buscando características que os embranquecem ou ainda aquelas pessoas que se entendem como negras, mas destacam como características valorizadas aquelas que remetem à brancura.

> Ao me defrontar com negros de pele clara que, em razão do imaginário e das políticas de branqueamento, passaram parte da vida se anunciando como brancos ou mestiços desracializados, mas que, em função das políticas de ações afirmativas, passaram a se anunciar como pessoas negras, tive a oportunidade de problematizar minhas próprias representações sobre os "negros essencializados" (Jesus, 2021, p. 131).

Aos questionamentos referentes às reflexões sobre pertencimento e identificação com a negritude de pessoas que nunca se afirmaram enquanto pessoas negras, o autor prossegue:

> [...] se a emergência das políticas de cotas tem possibilitado que sujeitos fenotipicamente negros que, ao longo da vida, se autoidentificaram como não negros passem a reconhecer e valorizar seus traços negros, dando início ao processo de "tornar-se negro", posso dizer que as Políticas Afirmativas cumpriram seu papel (Jesus, 2021, p. 132).

Campos (2013) destaca que o processo de se autodeclarar uma pessoa negra (preta ou parda) é resultado, em determinados casos, da conscientização de que a identidade coletiva da negritude reúne aqueles indivíduos que estão em possibilidade de sofrer racismo. Mais que processos de, individualmente, entender-se como uma pessoa negra, o aumento de acadêmicas e acadêmicos negros proporciona que esses espaços sejam sinônimo de construção de coletivos. Assim, se ao abordarmos *youtubers* negras falamos sobre um movimento de afirmação da identidade que, intencionalmente ou não, incentiva pessoas a construírem sua identificação (Hall, 2014), em espaços universitários são os coletivos negros que desempenham esse

papel. E mais: há, considerando o público jovem universitário, um processo de alinhamento entre aqueles que compõem coletivos negros universitários e os que consomem conteúdo *online* que se relacionam, em alguma medida, com discussões sobre raça, racismo e identidade.

Tal como aponta Luana Ribeiro da Trindade (2022), a universidade visa atuar enquanto um espaço de compartilhamento e transmissão de conhecimentos, mas com a ascensão do número de estudantes negras e negros as universidades passaram por uma mudança em seus perfis. Assim, seja por meio de sensações de não pertencimento àqueles espaços majoritariamente brancos ou por vivenciarem as primeiras experiências discriminatórias, as situações de racismo passem a ser percebidas. Diante disso, estudantes negros "[...] passam a questionar a cultura acadêmica posicionando-se e se organizando coletivamente de diferentes maneiras e conforme as demandas" (da Trindade, 2022, p. 92). Cada coletivo negro universitário carrega suas particularidades e motivações específicas para articulação, compartilham, em sua maioria, o propósito de denúncia dos atos de racismo sofridos em uma unidade universitária, visando através da mobilização enquanto categoria política uma maior representação e validação de suas denúncias. Além disso,

> Esse processo de consciência ou mesmo sensibilidade para as situações relacionadas ao racismo, preconceito e discriminação, seja no âmbito institucional ou vivenciada cotidianamente fora desse espaço, possibilita que eles(as) tornem-se negros(as). Isto é, passam a identificar-se como negro(a), consequentemente posicionando-se e refletindo criticamente a respeito dessas situações vivenciadas (da Trindade, 2022, p. 92).

Retomamos novamente a concepção de Hall (2019), discutindo a identificação como algo que se altera, se adquire, pois nas palavras do autor a identidade "[...] tornou-se politizada" (Hall, 2019, p. 16), observamos as cotas raciais como uma possibilidade de transformação institucional, conferindo aos ambientes universitários uma pluralidade racial. Transformação nas formas de apropriação de uma identidade política que, tenha eventualmente sido utilizada apenas como um instrumento de acesso à universidade, se metamorfoseia em reivindicações políticas, denúncias de racismo, almejo por um ambiente universitário plural e em alguém que "torna-se negro" (Souza, 2021, p. 115).

No capítulo a seguir iniciaremos um processo de afunilamento da problematização aqui proposta, que trata da afirmação social da raça realizada por *youtubers* negras, pois é importante atentarmos que, como pontuamos anteriormente,

dois marcadores são partilhados por Ana Paula Xongani e Gabi Oliveira: a raça e o gênero. Desse modo, pensar as identificações da mulher negra é o que nos direciona ao capítulo seguinte e assim, convidamos a nos acompanhar ao próximo capítulo.

3. Mulher negra: uma identidade histórica, política, social e subjetiva

As mulheres negras estão, independentemente dos estratos sociais e econômicos em que estão inseridas, condicionadas as imagens construídas sobre (e para) elas, marcadas por essencializações e caracterizações depreciativas. As imagens de controle versam sobre as percepções sociais direcionadas às mulheres negras de modo geral. Todos esses processos são consequências da maneira como a cultura da sociedade brasileira foi construída: sob bases racistas e sexistas. Se hoje nos debruçamos sobre discussões dos processos de opressão que ocorrem nas sociabilidades digitais, a partir da afirmação da raça de *youtubers* negras, é importante relembrar e relacionar que a opressão racial que se instaura através de algoritmos, por exemplo, decorre das formas pelas quais racismo e sexismo construíram a sociedade.

3.1. "Não importa aonde a gente chegue, continuamos sendo mulheres negras[16]": as imagens construídas sobre (e para) as mulheres negras

> Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher?
>
> (*E eu não sou uma mulher?* - Sojourner Truth)

Genivalda dos Santos (2009) relembra-nos que o Brasil foi o último país a abolir a escravidão, entretanto, a abolição não foi sinônimo do fim da estratificação racial e social, pois as bases da concentração de renda conforme conhecidas até hoje são reflexos da distância social mantida desde um primeiro momento pós-abolição. Houve uma grande concentração de terra e assim uma divisão da sociedade entre uma elite proprietária rural e a massa de trabalhadores. Entretanto, é importante frisar que a massa trabalhadora deu mais lugar aos imigrantes; a mão-de-obra nacional (ou seja,

[16] Fala de DePretas, realizada no vídeo *Livro e documentário sobre Michelle Obama - 6 lições pra vida*, postado em 2020.

os negros e negras recém-libertos) foram em sua grande maioria excluídos (Santos, 2009).

Os séculos XIX e XX tiveram um ritmo bastante acelerado de urbanização e dessa maneira a concentração de renda tomou proporções ainda maiores, grande parte dos brasileiros foram marginalizados, em especial a população negra (Santos, 2009). Importante destacar que dentre essa população marginalizada o grupo que enfrentou maiores obstáculos e discriminações foi aquele composto pela população negra, sobretudo os pretos e pretas, pois quanto mais escura a cor da pele, mais sujeitos a situações discriminatórias se encontravam. Durante o período da República Velha, não foi garantido à população negra liberdade, nem mesmo igualdade com relação aos demais grupos étnicos (Santos, 2009).

É válido relembrarmos que foi durante o período final do século XIX e a década de 30 do século XXI, que chegaram ao Brasil diversas teorias racistas. Havia ainda a visão de alguns estudiosos sobre a raça branca ser pura, superior e civilizada, ao contrário da população negra e indígena (Santos, 2009). A exclusão social da população negra e a dificuldade de inserção nos mercados de trabalho foram consequências dos processos de desumanização e suposta inferiorização a que eram percebidas as pessoas negras (Munanga, 2019).

Na República Velha, houve um nítido processo de marginalização e estratificação da população negra, segundo a autora Genivalda dos Santos, esse processo se deu por dois motivos principais:

> Primeiro, o modelo de desenvolvimento agroexportador implantado após a abolição da escravatura pouco a pouco acelerou a urbanização, a industrialização e a incorporação do trabalho assalariado; todavia, os negros foram integrados subalternamente na estrutura de classe trabalhadora brasileira. Segundo, aqueles que estudam a tradição republicana liberal concordam que o liberalismo inicial no Brasil era do tipo 'fora do lugar': quando muito, garantia os direitos civis às elites e à classe média urbana embranquecida com a política imigratória. O liberalismo clássico dos direitos individuais, em boa medida, aqui não se aplicou aos trabalhadores, pobres, indígenas e negros, que continuaram sem direitos básicos. A estes foram destinados os territórios urbanos demarcados pela segregação espacial, econômica e cultural: cortiços, favelas, terreiros de roda de samba e de candomblé, irmandades religiosas, serviços gerais e ocupações auxiliares, autodidatismo e falta de educação formal (Santos, 2009, p. 45-46).

Já na Era Vargas, que compreendeu o período entre 1930 e 1945, se abriu espaço para novas questões, começa a ser explorada a sensação de pertencimento a grupos étnicos, através do reconhecimento individual e crenças de origem. Nesse

sentido, houve o intuito de apresentar um Brasil sem preconceitos e com interações inter-raciais, também trabalhado anteriormente. É justamente pensando no mito da democracia racial que Gonzalez (1984) aborda um dos marcos nacionais que continua reproduzindo um dos momentos onde o mito é retomado fortemente: o carnaval.

> [...] e é nesse instante que a mulher negra transforma-se única e exclusivamente na rainha, na "mulata deusa do meu samba", "que passa com graça/fazendo pirraça/fingindo inocente/tirando o sossego da gente". É nos desfiles das escolas de primeiro grupo que a vemos em sua máxima exaltação. Ali, ela perde seu anonimato e se transfigura na Cinderela do asfalto, adorada, desejada, devorada pelo olhar dos príncipes altos e loiros, vindos de terras distantes só para vê-la (Gonzalez, 1984, p. 228).

Assim, é possível observarmos o mito da democracia racial em atuação: sua violência simbólica é posta em prática de maneira muito mais enérgica sobre as mulheres negras, visto que há outro lado nesse endeusamento ocorrido durante o carnaval, quando há a transfiguração em empregada doméstica, destaca a autora. É nesse momento que "[...] a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce com fortes cargas de agressividade. É por aí, também, que se constata que os termos mulata e doméstica são atribuições de um mesmo sujeito" (Gonzalez, 1984, p. 228). Ainda conforme a autora, esse processo tem suas origens no período escravagista, pois o engendramento da figura da doméstica e da mulata ocorre a partir da visão historicamente construída de mucama[17]. A autora enfatiza ainda que, a doméstica passa a ser percebida como a "mucama permitida", e em posição oposta a exaltação observada durante o período carnavalesco, pois enquanto empregada doméstica ela está no cotidiano e é nesse cotidiano que as mulheres negras são percebidas como domésticas.

Ainda que diante de avanços, a situação e a posição da mulher negra em pouco se alteraram, pois a população negra, em especial as mulheres negras, seguem integrando o "lixo da sociedade" (Gonzalez, 2020). Ou como expressa DePretas ao abordar a trajetória de mulheres negras

> Não importa aonde a gente chegue, continuamos sendo mulheres negras (DePretas, 2020 - subversão - Vídeo: Livro e documentário sobre Michelle Obama - 6 lições para vida).

[17] Durante o período de escravização, as mulheres escravizadas tinham como função no sistema produtivo a prestação de bens e serviços, que incluíam a prestação de serviços sexuais.

Assim, seja a partir de Gonzalez (1984, 2020) ou a partir da discussão elucidada pela *youtuber* Gabi Oliveira, o que se enfatiza é que mesmo diante de conquistas, mulheres negras ainda são sujeitas a diversas formas de discriminação.

Destacamos ainda que a problematização e a discussão sobre a construção histórica e social das mulheres negras são essenciais devido às diferentes interpretações concedidas ao grupo feminino e masculino, mesmo que compartilhem o marcador raça. Tal como destaca Mariza Corrêa (1996), ao discorrer sobre a necessidade de pensar gênero e raça concomitantemente, os ideais de embranquecimento foram, historicamente, muito mais acessíveis aos homens negros classificados como mulatos do que as mulheres, visto que enquanto "[...] os homens (mulatos) ao obterem um lugar na sociedade, branquearam socialmente de maneira muito rápida" (Corrêa, 1996, p. 44), a autora afirma não conhecer "[...] nenhuma anedota equivalente a respeito de qualquer mulata na nossa história" (Corrêa, 1996, p. 44).

Corroborando o exposto pela autora, Gonzalez (2020) aponta que além de compartilhar as experiências de racismo com homens negros, por vezes, mulheres negras se deparam diante de manifestações do sexismo daqueles que, em certa medida, configuram companheiros de luta. Mulheres negras experienciaram a história de maneiras que diferem das propagadas pelo movimento feminista hegemônico (ou seja, branco), pois discussões como o mito da fragilidade feminina não fazem parte do reconhecimento dessas mulheres, visto que não tiveram uma construção onde esse espaço fosse ocupado por elas, como aponta Sueli Carneiro (2019).

É pensando nas construções desses imaginários coletivos de mulheres negras (a mulata e a doméstica), que recorreremos ao conceito de imagens de controle explorado por Collins (2019), para pensarmos no quanto o processo de identificação (Hall, 2014, 2019) dessas mulheres é permeado por ideologias racistas, levando (ainda que com uma incidência de sucesso menor quando comparadas a homens negro) mulheres negras a passarem por processos de "fuga" da raça, se alinhando aos ideais de embranquecimento abordados no capítulo anterior.

As imagens de controle são visões estereotipadas, essencializadas, construídas sobre as mulheres negras, "[...] traçadas para fazer com que o racismo, o sexismo, a pobreza e outras formas de injustiça social pareçam naturais, normais e inevitáveis na vida cotidiana" (Collins, 2019, p. 136). A naturalização das imagens de controle traz uma série de consequências, mas destacamos que a medida em que

determinadas concepções relativas a uma coletividade, nesse caso as mulheres negras, são determinadas como naturais, como algo que nada se possa fazer a respeito, os próprios indivíduos sujeitos às imagens podem passar a tomá-las como reais, naturais e até mesmo inevitáveis.

Imagens de controle são constituídas a partir de ordens de pensamento binário, onde aquilo que é diferente traduz-se em o Outro, compor essa classificação é sinônimo de estar exposto a processos de objetificação (Collins, 2019). Seguindo as formulações da autora, destacamos ainda que a compreensão da diferença é, dentro dessa perspectiva pautada no binarismo, utilizada como oposição onde "Uma parte não é simplesmente diferente de sua contraparte; é inerentemente oposta a seu outro" (Collins, 2019, p. 137). Desse modo, mulheres negras são o Outro quando vistas em uma lente binária pautada no gênero: homem e mulher, e na raça: branca e negra. É nesse sentido também que as imagens de controle podem (e devem) ser analisadas a partir de perspectivas que considerem as relações interseccionais de poder (Collins e Bilge, 2021) como determinantes dos lugares (sociais e simbólicos) a que cada indivíduo será direcionado.

> A ideologia dominante na era da escravidão estimulou a criação de várias imagens de controle inter-relacionadas e socialmente construídas da condição de mulher negra que refletiam o interesse do grupo dominante em manter a subordinação das mulheres negras. Além disso, como negras e brancas eram importantes para que a escravidão continuasse, as imagens de controle da condição de mulher negra também funcionavam para mascarar relações sociais que afetavam todas as mulheres (Collins, 2019, p. 140).

Seja direcionando nosso olhar ao período de escravização ou aos contextos contemporâneos, as imagens de controle[18] podem ser percebidas como um instrumento para que as relações de poder obedeçam determinada ordem. Collins (2019) se debruça sobre imagens de controle criadas no contexto dos Estados Unidos, mas podemos trazer os exemplos mobilizados por Gonzalez (2020) para tratarmos das imagens de controle brasileiras, aqui já discutidas: a mulata e a doméstica. Destacamos ainda que, como aponta Collins (2019), há um processo de legitimação institucional das imagens de controle, processo que podemos observar diante da

[18] Cabe destacarmos que as imagens de controle não fazem referência, necessariamente, a concepções e características negativas relacionadas a determinado grupo. As imagens de controle podem se referir a características observadas como virtudes, ou como aquilo que se constrói referente a mulheres brancas, associando assim, como Collins (2019) traz no texto, que essas para serem consideradas mulheres de "verdade", deveriam deter virtudes específicas.

construção nacional da imagem da mulata e do mulato como símbolos nacionais, cada um deles em suas devidas representações, por exemplo (Corrêa, 1996).

Assim, as imagens de controle de mulheres negras socialmente construídas reverberam em consequências no processo de identificação individual e coletiva. É ao longo do período escolar que as articulações ideológicas apresentadas pelo racismo em seu caráter de estrutura social podem induzir a crença de que "[...] ser um homem branco e burguês constitui o grande ideal a ser conquistado. Em contraste [...] considerar que ser uma mulher negra e pobre é um dos piores males" (Gonzalez, 2020, p. 160). Ainda consoante a autora, inicia-se um processo de perda de uma identidade que está em processo inicial de construção, lidando com efeitos da rejeição, vergonha dos traços que remetem a negritude. A negação da identidade negra se aloca, consciente ou inconscientemente, com base nas concepções sociais depreciativas relacionadas a ser uma mulher negra. Os traços negros e as marcas passíveis de mudança, como o cabelo, são motivos que direcionam mulheres negras a não serem capazes de perceber beleza em si mesmas.

Se pensarmos no ambiente digital, as imagens de controle atuam de maneira conjunta com o que Noble (2021) denomina como algoritmos da opressão, conceito que deteremos mais atenção ao discutirmos racismo e sexismo na *internet*. Essa dupla (imagens de controle e algoritmos da opressão) durante um longo período de tempo levou sites de busca, como o Google, a apresentarem imagens com conteúdo sexual, diante de buscas como "meninas negras", enfatiza a autora. Assim, imagens de controle como as que relacionam mulheres negras a processo de hipersexualização e ainda a objetificação através da exposição (muitas vezes sem consenso) dessas mulheres são potencializadas quando algoritmos são utilizados como instrumentos de opressão.

Carneiro (2019) aborda a necessidade de esforços em prol de uma dupla superação por parte das mulheres negras, pois além da superação de uma história hegemonicamente masculina, é necessário buscar a superação do racismo, que

> [...] estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em especial, operando ademais como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas. Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para ação política feminista e antirracista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial como a questão de gênero na sociedade brasileira (Carneiro, 2019, p. 327).

Portanto, seja em um contexto histórico ou diante de sociabilidades digitais, um feminismo negro abarca como principal eixo de articulação os impactos do racismo sobre as relações de gênero, pois o racismo em sociedades que além de multirraciais são pluriculturais assume papel determinante da hierarquia de gênero (Carneiro, 2019). Gonzalez (2020) abarca ainda uma das características brasileiras que não concerne apenas em uma forma efetiva de discriminação, mas sim no racismo cultural que produz reflexos em uma percepção com naturalidade do lugar subalterno ocupado por diversas mulheres negras.

Retomando as imagens de controle, o alto índice[19] de mulheres negras que trabalham como empregadas domésticas está atrelado a falta de perspectiva sobre o desenvolvimento de outras atividades, mas a discussão de que a empregada doméstica apresenta grande importância no processo de emancipação tanto cultural, quanto econômica da patroa é por vezes deixado de lado (Gonzalez, 2020). Ainda conforme a autora, a constatação de que a libertação da mulher branca de classe média para a inserção no mercado de trabalho[20] traz como consequência a exploração de mulheres negra enquanto empregada doméstica e através de remunerações baixas é uma demonstração da falta de representatividade em termos políticos do movimento feminista que se desenvolvia à época, pois a conclusão que se chegava era a de que "[...] a libertação da mulher branca tem sido feita às custas da exploração da mulher negra" (Gonzalez, 2020, p. 43).

A autora discorre ainda que a superexploração da mulher negra, quando exposta por mulheres negras, não é abarcada como uma pauta central pelos movimentos feministas, pois as exposições que ocorrem, diversas vezes, são observadas como "emocionais". Emoção que realmente existe, pois quem denuncia a exploração vivenciada acaba por se afetar por aquilo que é exposto. Assim, "[...] o racismo, enquanto discurso, se situa entre os discursos de exclusão, o grupo por ele excluído é tratado como objeto e não como sujeito. Consequentemente, é infantilizado, não tem direito a voz própria, é falado por ele" (Gonzalez, 2020, p. 43 - 44). Portanto,

[19] Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 21% das mulheres negras são empregadas domésticas. Ao passo que quando direcionamos o olhar a mulheres brancas o índice é de 12,5%.

[20] A liberdade para inserção no mercado de trabalho é uma das pautas que marca a segunda onda do movimento feminista hegemônico. Evidenciando que este feminismo não representa as mulheres negras, pois estas há muito tempo já estavam inseridas no mercado de trabalho.

a autora explica que a atribuição de um “discurso emocional” à fala do excluído é parte expressiva da construção do outro como objeto.

A percepção e o entendimento da negritude de mulheres negras não mais como objetos e sim como sujeitos (Gonzalez, 2020), são fatores importantes para que esses processos de discriminação sejam compreendidos enquanto atitudes racistas, sexistas e segregadoras de um determinado grupo social, ou seja, como relações interseccionais de poder (Collins e Bilge, 2021). Assim, o movimento feminista negro e, mais recentemente, o avanço dos movimentos através das redes sociais se coloca como determinante, seja para mobilizar discussões antes inalcançáveis (Pereira e Thé, 2019), mas também, e ponto central da nossa discussão, para que as identificações com a raça possam ser ampliadas a partir de associações positivas com a negritude.

Voltamos às imagens de controle para abordar o processo de embranquecimento discutido no capítulo anterior, pois se imagens construídas sobre (e para) as mulheres negras são depreciativas e distantes de um ideal que se alinhe as concepções hegemônicas daquilo que remete ao sucesso econômico, social e político, mobilizar estratégias para embranquecer surge como uma possibilidade de se afastar de construções essencializadas. Diante do exposto, pessoas negras passam “[...] a ver-se com os olhos e a falar a linguagem do dominador" (Souza, 2021, p. 60).

Processo que, segundo a autora, é viabilizado através de mecanismos ideológicos que não só constroem imagens estereotipadas sobre as mulheres negras, mas consegue também fazer com que essas imagens de controle sejam credibilizadas também pelas mulheres negras. É principalmente através das imagens de controle naturalizadas por mulheres negras e concebidas, em certa medida, como legítimas que ao invés de processos de afirmação da raça por meio da identificação com a negritude, são reproduzidos processos estéticos que tentam se alinhar a um padrão de beleza branco, por exemplo, o alisamento dos cabelos[21].

Com relação aos processos de afirmação da identidade negra através da estética negra, especialmente o cabelo, Pereira e Thé (2019) discutem o quanto as

[21] Destacamos que os procedimentos estéticos de alisamento capilar, ou quaisquer outros, não são observados como problemas. O que se problematiza aqui são as alterações estéticas relacionadas aos ideais de que somente os padrões estéticos brancos podem ser considerados bonitos e, portanto, devem ser seguidos.

redes sociais, em especial o Twitter, atuou para as organizações de encontros e marchas em defesa da utilização dos cabelos crespos e cacheados, retirando mulheres negras da condição de “reféns” de procedimentos em busca de uma identidade mais alinhada aos padrões hegemônicos. Mais tarde, no YouTube, mulheres negras passaram a compartilhar vídeos onde os cuidados com os cabelos crespos e cacheados se tornaram o foco.

Desse modo, a identificação de mulheres negras com a raça está sujeita aos ideais de embranquecimento e ainda as imagens de controle que versam sobre raça e gênero. Mulheres negras, como Ana Paula Xongani e Gabi Oliveira, ao compartilharem conteúdos que perpassam as temáticas de gênero e raça a partir de uma perspectiva negra, não só compartilham suas experiências como contribuem para a identificação social de outras mulheres negras. É para pensar nos processos de resistência às imagens de controle e as potencialidades da autodefinição que convidamos a leitora e o leitor a nos acompanharem ao próximo item.

3.2 "Eu gosto de dizer que eu nunca alisei o cabelo[22]”: transgredindo imposições e autoconstruindo identidades

Deixa eu te mostrar
que a mulher preta
não é feita
só de dor
(*Jamais peço desculpas por me derramar* -
Ryane Leão)

Kathryn Woodward (2014) define a identidade como algo relacional, pois para existir depende de algo que esteja fora dela, a identidade é marcada, portanto, pela diferença. A identidade utiliza aspectos simbólicos como marcadores, como, por exemplo, a utilização de objetos, roupas, hábitos de consumo. Ainda conforme a autora, um dos aspectos importantes a ser abordado quando se discute questões relacionadas a identidade refere-se aos cuidados para não utilização de perspectivas essencialistas, uma definição essencialista de determinado grupo pode ser observada quando se sugere que exista um conjunto de características autênticas de

[22] Trecho do vídeo *Existência* de Ana Paula Xongani, postado em 2020.

determinado grupo e que não se alteram com o passar do tempo. Ao passo que definições observadas como não essencialistas atentam-se às características comuns em mesma proporção que observam as diferenças e as mudanças que ocorrem com determinado grupo ao longo do tempo (Woodward, 2014).

Se até aqui traçamos discussões onde os marcadores sociais da diferença atuam desconstruindo identidades, afastando mulheres negras das possibilidades da identificação com sua raça a partir de positividades, utilizaremos as palavras de Joaze Bernardino-Costa para destacar que

> [...] é importante reconhecer que nem sempre essas categorias sociais de diferenciação – especialmente classe, raça e gênero – atuam como fontes de desempoderamento. Ao contrário, a depender do contexto social, classe, raça e gênero podem atuar como fontes de projetos decoloniais, engendrando lutas e resistências (Bernardino-Costa, 2015, p. 153).

E é ainda nas primeiras organizações realizadas por mulheres negras, enquanto coletivos políticos que compartilham experiências de racismo e sexismo, que as lutas em prol de resistência e (re)construções se estabelecem. Pois organizações de mulheres negras tiveram início dentro do movimento negro, diante das necessidades de além de discutir sobre o racismo, outras pautas relevantes para elas fossem abordadas, as quais eram consideradas preocupações secundárias por seus companheiros de luta (Gonzalez, 2020). Já o movimento feminista hegemônico, originado na classe média branca, abordava discussões que deixavam a questão racial esquecida, assim as mulheres negras não obtinham espaço para suas discussões, pois questões como a exploração sexual a que mulheres negras estavam sujeitas não era pauta nesses grupos.

A autora aponta ainda que ao passo que, mesmo havendo denúncia dos processos de superexploração das mulheres negras, elas tendiam a manter suas reivindicações alinhadas ao movimento negro, pois além da absorção dessas mulheres por movimentos com mais espaço político de discussão (o movimento negro), muitas delas não compartilhavam perspectivas, o que, de certo modo, implicava na força política e manutenção/descontinuidade dos grupos formados.

Alguns dos grupos formados por mulheres negras eram: Aqualtune[23], em 1979; Luísa Mahin[24], em 1980; Grupo Mulheres negras do Rio de Janeiro, em 1982.

Pontuamos ainda que o afastamento, durante certo período, do movimento feminista negro não distanciou as ativistas das lutas feministas negras, pois estas seguiram engajadas em denunciar as práticas sexistas que eram praticadas pelos irmãos do movimento negro, que por muitas vezes excluíam as mulheres dos processos de tomada de decisão, delegando a elas tarefas que se enquadrassem como “femininas” (Gonzalez, 2020). Assim, mulheres negras em luta por seu espaço e direitos eram, frequentemente, definidas como “não feministas” ou “agressivas”, pois eram enfáticas em afirmar que “[...] o racismo precisava ser parte da luta feminista, já que, assim como o sexismo, era igualmente uma forma estrutural de opressão e exploração” (Gonzalez, 2020, p. 164). Nesse sentido, quando discutimos mulheres negras e questões referentes à afirmação da identidade, o que é colocado em questão são as múltiplas identificações que uma pessoa pode ter, pois além de um processo de identificação a partir da raça, mulheres negras buscam uma identificação a partir do gênero, tal como as particularidades e as diferenças que constituem o ser “mulher negra”.

> A busca pelo conhecimento acerca da questão da identidade perpassa pelo viés existencial, na medida em que os fatores cognitivos, práticos, políticos, sociais e financeiros que englobam a compreensão do nosso lugar no mundo, são suplantados pelo entendimento de se saber influenciar pelas instituições sociais e de poder (Pereira e Thé, 2019, p. 173).

A construção de uma identidade negra, durante longos períodos, esteve atrelada a construção social brasileira daquilo que era considerado ser negro; assim se pontuava (e ainda se pontua) uma série de expressões populares de cunho negativo associadas as definições do que é ser negro (Gonzalez, 2020). Ou seja, se traçarmos um olhar com base no pensamento de Collins (2019), podemos afirmar que a construção identitária de mulheres negras estava condicionada às imagens de controle socialmente construídas, levando até mesmo a processos de “fuga” da raça, como já abordamos. Movimentos de mulheres negras estabelecidos de encontro a essas perspectivas, além de um esforço para a afirmação da identidade negra,

[23] O nome do grupo faz referência a uma princesa congolesa escravizada no Brasil e foi importante personagem na história do Quilombo dos Palmares.

[24] Luísa Mahin atuava como ponto de comunicação e articulação entre os revolucionários atuantes na organização da Revolta dos Malês (1835), que trocavam bilhetes sobre o argumento de comprarem os quitutes de Mahin.

também apresentavam/apresentam a construção dos movimentos de reconhecimento social como representantes de um processo de afastamento das barreiras de exclusão (Carneiro, 2003).

> Esse novo olhar feminista e antirracista, ao integrar em si tanto as tradições de luta do movimento negro como a tradição de luta do movimento de mulheres, afirma essa nova identidade política decorrente da condição específica do ser mulher negra. O atual movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelos movimento negro e de mulheres do país, enegrecendo, de um lado, as reivindicações das mulheres, tornando-as assim mais representativas do conjunto das mulheres brasileiras, e, por outro lado, promovendo a feminização das propostas e reivindicações do movimento negro (Carneiro, 2019, p. 327).

Woodward (2014) atenta ao processo de contestação de identidades como sistemas simbólicos que concedem sentido a experiências de desigualdades sociais e meios de exclusão de determinados grupos. Assim, ao discutir os processos de construção de identidade de indivíduos, é importante salientar que a identidade é percebida como flexível, em processos constantes de mudanças (Hall, 2019). Ao discutir construções identitárias, o autor apresenta categorias para reflexão a partir da identidade cultural.

São elas três diferentes concepções para identidade: a do sujeito iluminista, do sujeito sociológico e do sujeito pós-moderno. A concepção a partir do sujeito iluminista refere-se a um indivíduo centrado e unificado, nessa concepção o núcleo interior do sujeito era algo que surgia com ele, no nascimento e se desenvolvia ao longo de sua vida, com a possibilidade de não apresentar mudanças e manter a perspectiva individualista. A concepção do sujeito sociológico, é a de que o sujeito compreende que o núcleo interior é formado a partir das relações estabelecidas entre as pessoas na sociedade, nessa sua identidade passa por um processo de interação com valores, símbolos e práticas, formadores da cultura (Hall, 2019). Nessa concepção, o autor aborda que o sujeito possui seu “eu real”, entretanto, acaba se formando e apresentando modificações a partir das interações contínuas com “mundos culturais exteriores” e as múltiplas identidades percebidas nesses mundos.

A terceira concepção, e a que utilizamos como um dos dispositivos para compreensão da afirmação da identidade enquanto mulheres negras pelas *youtubers*, é concepção de sujeito pós-moderno. Nessa perspectiva Hall (2019) aborda a identidade como mutável, assim um indivíduo não possui uma identidade permanente,

fixa e afasta-se de definições da identidade como parte de uma essência. Aqui, a identidade é construída e transformada em um processo contínuo baseado na diversidade cultural a que os indivíduos estão rodeados, uma identidade que se define historicamente e não a partir de pressupostos biológicos. A construção da identidade do sujeito pós-moderno passa por processos de identificação mais variáveis, provisórios e em certa medida, mais problemáticos (Hall, 2019).

> O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora "narrativa do eu" (veja, Hall, 1990). A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente (Hall, 2019, p. 13).

Analisarmos, portanto, o "circuito da cultura" é necessário, pois as relações que se estabelecem entre cultura e significado são fundamentais, visto que a compreensão dos significados envolvidos nos sistemas só é possível a partir do conhecimento, mesmo que breve, de "[...] quais posições-de-sujeito eles produzem e como nós, como sujeitos, podemos ser posicionados no seu interior" (Woodward, 2014, p. 17).

> A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar (Woodward, 2014, p. 18).

A reivindicação da construção e, consequentemente, o movimento de assumir a responsabilidade pelas identidades construídas é uma característica latente em alguns membros dos "novos movimentos sociais", tal como o movimento de mulheres, por exemplo (Woodward, 2014). Além disso, a construção de uma perspectiva que compreenda as identidades como fluidas, que mesmo as diferenças que compõem identidades são mutáveis e não fixas para todas as épocas, são alguns dos apontamentos dos "novos movimentos sociais" (Woodward, 2014). Ainda consoante a autora, algumas identidades ultrapassam o pertencimento a classes, como as identidades baseadas em sexualidade, raça e gênero.

O movimento feminista brasileiro, que em diversos pontos é considerado um modelo ao nível internacional, com atuação relevante nas políticas públicas nacionais e a conquista de direitos, tal como as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (Deam), entre tantas outras políticas estabelecidas a partir da luta feminista (Carneiro, 2003). Ao passo que muitas conquistas foram alcançadas e as mulheres representaram papel relevante na luta por anistia, abertura de creches públicas, descriminalização do aborto, entre outras (Carneiro, 2003), o movimento feminista brasileiro é também marcado por, durante longo período de tempo, possuir uma visão universalizante acerca das mulheres, assim apresentando incapacidade de perceber diferenças e reconhecer as desigualdades integrantes das feminilidades, assim deixando outras maneiras de opressão, além das baseadas no gênero, invisibilizadas e fora das pautas de discussão (Carneiro, 2003).

> Por exemplo, as mulheres negras têm lutado pelo reconhecimento da sua própria pauta de luta no interior do movimento feminista, resistindo, assim, aos pressupostos de um movimento de mulheres baseado na categoria unificada de “mulher” que, implicitamente, inclui apenas mulheres brancas (AZIZ, 1992) (Woodward, 2014, p. 36).

O movimento de mulheres negras, portanto, surge tanto como uma luta política em prol de direitos e respeito às diferenças relativas às mulheres negras (Carneiro, 2003), quanto alinhado a afirmação de uma identidade negra que ao mesmo passo que compartilha elementos comuns de uma cultura identitária, também é caracterizada por diferenças, pois enquanto compartilham uma mesma raça, mulheres negras apresentam inúmeras diferenças identitárias, como expõe Núbia Regina Moreira (2007). Nesse sentido, a construção de uma identidade a partir da raça fez parte das pautas do movimento negro, como aponta Carneiro (2003)

> O esforço pela afirmação de identidade e de reconhecimento social representou para o conjunto das mulheres negras, destituído de capital social, uma luta histórica que possibilitou que as ações dessas mulheres do passado e do presente (especialmente as primeiras) pudessem ecoar de tal forma a ultrapassarem as barreiras da exclusão (Carneiro, 2003, p. 129).

O que trazemos para o debate a partir dessa identidade de mulheres negras como “apenas mulheres negras”, é a essencialização da definição de uma categoria (Moreira, 2007). Assim, atentar a construção da identidade como um processo em constante modificação e flexível (Hall, 2019) é necessário quando se discute grupos que partilham identificações na construção de suas múltiplas identidades, levando em

consideração, desse modo, as diferenças que constituem cada indivíduo, como explicita Avtar Brah (2006). A identidade feminista negra é pautada, portanto, na demarcação de diferenças em comparação ao movimento feminista branco e, consequentemente, na afirmação de uma identidade de mulher negra (Moreira, 2007).

Destacamos ainda que abordamos o conceito de diferença com base no pensamento de Brah (2006), onde a autora não define as diferenças como estruturas binárias e que transformam aqueles que não se adequam ao esperado em um Outro, como as formulações hegemônicas fazem com mulheres negras e tantas outras minorias sociais. Essencialismos que levam a percepções estigmatizadas, como crítica Moreira (2007), ao traçar discussões sobre mulheres negras. Podemos perceber a diferença como uma "[...] variedade de maneiras como discursos específicos da diferença são constituídos, contestados, reproduzidos e ressignificados" (Brah, 2006, p. 374).

Moreira (2007) problematiza ainda, a partir das definições essencialistas daquilo que é percebido como ser uma mulher negra, definições que desconsideram características que marcam as diferenças existentes entre essas mulheres, pois além dos marcadores gênero e raça, mulheres negras apresentam distintas classes sociais, diferentes crenças, sexualidades, escolaridades, entre outros. Ou seja, ao analisarmos os canais das *youtubers* Ana Paula Xongani e Gabi Oliveira, percebemos que ambas se afirmam enquanto mulheres negras, o que não implica dizer, automaticamente, que essas têm identidades que são iguais, pois o processo de tornar-se negra (Souza, 2021) é experienciado de maneiras diferentes por cada indivíduo. E mais: outros marcadores da diferença podem implicar nas formas como as identificações dessas mulheres negras se constituem e lidam com as discriminações.

Nesse sentido, observamos que a identidade não se opõe à diferença, pelo contrário, "[...] a identidade depende da diferença" (Woodward, 2014, p. 40). Brah (2006) vai conceituar ainda que as diferenças podem ser analisadas a partir das seguintes percepções: diferença como experiência, diferença como relação social, diferença como subjetividade e diferença como identidade[25]. E ainda que

[25] A diferença enquanto experiência pode ser determinada como um processo de determinação de significados para a realidade; as diferenças como relação social são construídas a partir de discursos dos meios econômicos, políticos e culturais, por exemplo; a diferença como subjetividade está relacionada ao âmbito psíquico, das fantasias e desejos, por exemplo; e a diferença como identidade é uma criação transitória de homogeneidade (Brah, 2006).

determinadas discussões possam ser acionadas ao mesmo tempo, pois "[...] a supressão parcial do sentido de uma identidade pela asserção de outra não significa, contudo, que diferentes 'identidades' não possam 'co-existir'" (Brah, 2006, p. 372).

É, portanto, a partir de sistemas classificatórios que uma população pode ser dividida em grupos: "nós" e "eles" e essa classificação só é possível através da demarcação das diferenças que classificam cada grupo.

Stuart Hall define o conceito da "identidade" como:

> [...] o ponto de encontro, o ponto de *sutura*, entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos "interpelar", nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode "falar". As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós (HALL, 1995). Elas são o resultado de uma bem-sucedida articulação ou "fixação" do sujeito ao fluxo do discurso (Hall, 2014a, p. 111 - 112).

É nesse ponto que podemos retomar as imagens de controle e ainda: o processo de resistir às imagens de controle que foram, historicamente, construídas sobre (e para) mulheres negras (Collins, 2019). Moreira (2007, p. 12) define que "[...] a luta das mulheres negras é comprometida com o resgate das suas histórias, recriando em suas potencialidades a tentativa de buscar mudanças que permitam novas experiências relacionais de poder na sociedade". Nesse sentido, a busca por perspectivas que abarquem a pluralidade de experiências que existem ao se abordar mulheres negras, embora estas compartilhem um local comum de opressão baseado na raça e no sexo, deve levar em consideração as diferenças que constituem sua formação (Moreira, 2007), afastando perspectivas essencialistas das análises.

> Em outras palavras, nem sempre raça, classe e gênero estarão associados à opressão e à desigualdade, em algumas situações raça, classe e gênero podem ser mobilizadas para o estabelecimento de solidariedade política em torno de projetos decoloniais. Muitas vezes, e dependendo do contexto histórico, as categorias sociais de diferenciação que fundamentam a noção de interseccionalidade podem resultar em formas democráticas de agência política (Bernardino-Costa, 2015, p. 154 - 155).

É justamente para pensar os processos de resistência a essas imagens de controle, frequentemente por não se sentirem representadas dentro dessas perspectivas estereotipadas que Collins (2019) utiliza como exemplo a literatura norte-americana produzida por mulheres negras, que "[...] oferece uma visão abrangente

das lutas das mulheres negras para dar forma a autodefinições positivas diante de imagens depreciadas da condição de mulher negra" (Collins, 2019, p. 172). Outra característica central ao processo de reação às imagens de controle é o processo de negação, onde ainda que percebam as definições essencialistas como reais, mulheres negras afirmam "[...] não ser como as demais" (Collins, 2019, p. 173).

Assim, é o conceito de autodefinição que nos dá suporte para pensarmos a identificação e, posteriormente, a afirmação da negritude como processos que se relacionam com perspectivas individuais e coletivas. E mais: que precisam, antes de tudo, desvincular-se das concepções essencialistas construídas a partir das imagens de controle, para que "[...] o processo de crescimento pessoal na direção de autodefinições positivas possa acontecer" (Collins, 2019, p. 174). Podemos definir, de acordo com Collins (2019), a autodefinição como a resistência às imagens de controle e o processo de mulheres negras assumirem o lugar de quem conta quem são as mulheres negras. "Longe de ser uma preocupação secundária no que diz respeito às mudanças sociais, desafiar as imagens de controle e substituí-las pelo ponto de vista das mulheres negras formam um componente essencial da resistência às opressões interseccionais" (Collins, 2019, p. 202).

Nas redes sociais as dinâmicas acontecem reproduzindo as lógicas sociais já incorporadas e, como apontamos no item anterior, Noble (2021) enfatiza o quanto mulheres negras passam por um processo de objetificação na *internet*. Podemos recorrer ainda à Trindade (2022) que traz, através do levantamento de dados, que mulheres negras são as maiores vítimas de discursos de ódio online. É nesse sentido que a problematização sobre a afirmação da identidade de *youtubers* negras retorna, pois se em vivências cotidianas e fisicamente limitadas as imagens de controle "perseguem" as mulheres negras, na *internet* não é diferente. O processo de afirmar a identidade negra em redes sociais compõe, além de construção de uma autodefinição e novas formas de existência, possibilidades de fazer com que outras mulheres negras, a partir do compartilhamento de experiências, construam ou modifiquem suas identificações.

Assim, pensando nos diversos marcadores da diferença que fazem parte daquilo que é ser uma mulher negra e ainda na possibilidade da interseccionalidade emancipadora como uma possibilidade de resistência (Bernardino-Costa, 2015), que convidamos ao próximo capítulo, onde traçaremos possibilidades interseccionais e

suas incorporações enquanto resistência, possibilitando (re)construções, especialmente através das interações por redes.

4. Identidade e coletividade: mulheres negras em movimento

A afirmação da identidade negra, sobretudo a partir de uma perspectiva positiva, se desenvolveu em consonância com acontecimentos sociais e históricos. A utilização das redes sociais como instrumento para discussão de temáticas relacionadas à negritude e como uma rede de apoio utilizam um movimento contemporâneo que traz como premissa alguns instrumentos e formas de mobilização já existentes. Nesse sentido, a percepção da interseccionalidade como um instrumento analítico para a abordagem das diferentes formas de discriminação a que mulheres negras estão sujeitas se faz necessária e ainda como, através da mobilização de mulheres negras, uma prática emancipadora. Além disso, a trajetória de construção dos movimentos coletivos que foram e são responsáveis por diversas conquistas do movimento feminista negro, até que esse se torne parte integrante das sociabilidades digitais.

4.1 "Nós somos pessoas complexas e a gente precisa se ver desse jeito[26]": a interseccionalidade como instrumento analítico e estratégia de resistência

> Estão dizendo por aí que a história dos pretos no Brasil começa no tumbeiro, nas correntes, na escravidão, mas é mentira. Estão dizendo por aí, porque dizem muitas coisas, há muito tempo, assim como silenciam muitas coisas já há tempo demais. A história da pretura nestas terras começa quando os pretos entenderam que precisavam inventar a liberdade. Sozinho nunca foi possível. A história preta daqui começa com resistência.
> (*Resistência Negra* - Globoplay)

A interseccionalidade é um instrumento importante na luta das mulheres negras, pois é a partir dessa concepção que as mulheres negras percebem uma possibilidade de serem compreendidas em sua totalidade, pois através da interseccionalidade somos capazes de considerar a identidade de gênero, levando em conta também as outras particularidades, como sexualidade, raça, classe, religião, entre outras, que cada mulher possui. Foi Kimberle Crenshaw, em 1989, quem cunhou

[26] Fala de DePretas no vídeo *As crianças vão ser veganas?*, postado no ano de 2021.

o termo interseccionalidade em um de seus artigos, mais tarde, utilizou-o novamente para localizar as mulheres negras e sua posição estruturalmente marginalizada na sociedade (Crenshaw, 2002).

Collins e Bilge (2021) definem a interseccionalidade, em aspecto genérico, como algo que:

> [...] investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Collins e Bilge, 2021, p. 15 – 16).

Mulheres negras estão sempre diante, obrigatoriamente, de dois desses pontos de discriminação: raça e gênero. É ainda bastante comum que estejam atreladas discriminações relativas à classe - pois mulheres negras sempre são associadas a classes sociais mais baixas, há um pré-conceito de que mulheres negras são, também, pobres, que estão sempre à margem da sociedade -, além disso, podem somar-se a essas questões discriminações relativas à religiosidade, orientação sexual, questões estéticas além, é claro, das relativas a raça, como explora Carla Akotirene (2019). A autora enfatiza ainda que a percepção desses processos discriminatórios como atuantes em conjunto é importante; a análise desses fatores de maneira isolada não reflete a realidade vivida por mulheres negras, pois a discussão no tangente apenas ao gênero deixa lacunas, bem como relativa apenas a raça. Essas lacunas podem ser percebidas a partir da dificuldade dos movimentos feministas e negro para discutirem as questões de luta de maneira interseccional, assim compreendendo uma maior gama de pessoas e respeitando características que compõem a individualidade.

Destacamos que as categorias discriminatórias, que coincidem com as categorias denominadas como marcadoras da diferença, influenciam em todas as esferas do convívio social, pois mesmo que passem despercebidas e/ou sejam naturalizadas, são reflexo das relações de poder que se formam em cada sociedade (Collins e Bilge, 2021). Ainda conforme as autoras, podemos utilizar a interseccionalidade como uma ferramenta analítica às questões discriminatórias,

mesmo que, sobretudo no Sul global[27], não tenha sido mobilizada, especialmente em suas primeiras manifestações, a partir dessa definição conceitual. Além dessa utilização com uma ferramenta analítica, podemos aplicar a interseccionalidade como forma para solucionar determinados problemas (Collins e Bilge, 2021).

Como "[...] uma lente analítica sobre a interação estrutural em seus efeitos políticos e legais" (Akotirene, 2019, p. 37), a interseccionalidade elucida os cruzamentos a que mulheres negras estão sujeitas. O campo político e legal são importantes nessa discussão, visto que muitas das lutas foram por direitos legais e o movimento feminista negro é, sobretudo, político (Akotirene, 2019). Pode-se assim retomar a ideia de que "o pessoal é político" (Hanisch, 1970), onde a busca por naturalização dos cabelos crespos/cacheados, utilização de turbantes e outras peças que tem suas origens na matriz africana expressa uma posição política, uma ação que toma caráter coletivo.

A interseccionalidade consiste, enquanto instrumento analítico, em uma forma de investigação das maneiras que as "[...] relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedade marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana" (Collins e Bilge, 2021, p. 17). Ou seja, ao direcionarmos o olhar à problematização de pesquisa que construímos aqui, a afirmação da identidade de *youtubers* negras como práticas de novas existências, seremos capazes de perceber que para além da raça e do gênero, essas mulheres são permeadas por outras relações interseccionais de poder que fazem parte de suas identidades. E ainda que as identificações as quais elas afirmam ao longo de suas trajetórias, individuais e coletivas, também são compostas a partir dessas relações.

Akotirene (2019) explora ainda que as discriminações são muitas vezes levadas a outras esferas, em situações que demandam julgamentos, por exemplo. O distanciamento de uma compreensão analítica interseccional a respeito do que foi vivenciado (muitas vezes em ambientes de trabalho), faz com que o processo de julgamento seja limitado, pois há probabilidade de que a combinação de duas causas não sejam possíveis, assim é necessário que os embates judiciais ocorram ou com base em questões relativas a gênero, ou com base em questões relativas a raça.

[27] Immanuel Wallerstein aborda o sistema-mundo como uma perspectiva para formular um quadro abrangente no estudo das desigualdades globais. O sul-global consiste, portanto, na periferia do mundo ("os pobres"), enquanto o norte-global abarca os países do "centro" (Boatcă, 2022).

Relembramos ainda que ao desenvolver as primeiras formulações sobre interseccionalidade, Crenshaw (2002) se baseava justamente em um caso onde uma mulher negra diante do juiz se deparava com tal situação.

Assim, a interseccionalidade é um instrumento de análise que passa a se encaixar para todas as esferas de sociabilidade. O ambiente virtual não é diferente e, além disso, “[...] a própria interseccionalidade se tornou um tópico bastante debatido na internet" (Collins e Bilge, 2021, p. 122). As formas como age no cotidiano de mulheres negras, bem como as implicações que a interseccionalidade traz para a aproximação e identificação de mulheres negras enquanto tais. Assim, “[...] o alcance crescente da mídia digital levanta questões importantes sobre o uso que a interseccionalidade faz e pode fazer dessas plataformas” (Collins e Bilge, 2021, p. 122).

Retomamos ainda a concepção de que interseccionalidade contribui na construção de instrumentos teórico-metodológicos no que tange os entrecruzamentos de opressões, tais como raça, classe, gênero e tantas outras sofridas por mulheres negras (Akotirene, 2019). A autora aponta ainda que ao passo que a interseccionalidade é pensada, por vezes, apenas como as múltiplas identificações que as mulheres negras podem ter, na verdade, ela atua como lente analítica para que se explore as interações estruturais em seus efeitos legais e políticos. As abordagens feministas e antirracistas podem (e devem), portanto, abarcar e aplicar uma ótica interseccional. A partir do momento que não colocamos essa perspectiva em prática, principalmente ao discutir mulheres negras, há um processo de reforço da opressão, que, na verdade, pretende ser combatida pelas lógicas que não se alinham aos sistemas coloniais de pensamento (Akotirene, 2019).

Portanto, destacamos que a interseccionalidade é utilizada como uma ferramenta analítica no processo de resolução de questões, bem como problemas sociais (Collins e Bilge, 2021), utilizações que concedem possibilidades de perceber as diferenças não como componentes de um Outro que foge à normalidade, mas sim como maneiras diversas de se (re)construir, se identificar (Brah, 2006), possibilitando que se desenvolva “[...] uma outra razão” (Gonzalez, 2020, p. 44).

Ressaltamos que a utilização da interseccionalidade como uma ferramenta analítica, como um instrumento, apresenta foco central no que essa perspectiva interseccional faz e não naquilo que a interseccionalidade é (Collins e Bilge, 2021). Utilizar a interseccionalidade como uma ferramenta analítica é o caminho para a

compreensão de sujeitos atravessados por diferentes formas de opressão, discriminação e ainda assim buscam formas de afirmar suas identidades de maneiras positivas, conectando-se a suas culturas e ancestralidades, através de um processo constante de identificações (Hall, 2019).

O movimento de mulheres negras brasileiras representa um excelente exemplo da interseccionalidade como um instrumento analítico posto em prática, pois

> [...] as questões específicas da vivência da mulher negra no Brasil, no cruzamento de racismo, sexismo, exploração de classe, cidadania de segunda classe e heterossexismo, tinham pouco reconhecimento. A história da análise de classes no Brasil, que via o capitalismo e os direitos da classe trabalhadora como forças importantes na formação da desigualdade, abriu espaço para indivíduos excepcionais, como Benedita da Silva. No entanto, quando se tratava de raça como categoria de análise, as mulheres negras enfrentavam pressão similar para subordinar suas preocupações específicas à bandeira da solidariedade de classe. Esses movimentos sociais isolados, contemplando feminismo, antirracismo e movimento da classe trabalhadora, foram importantes, e muitas mulheres negras continuaram a participar deles. No entanto, como nenhum movimento social conseguiu resolver adequadamente as questões específicas das mulheres afro-brasileiras, elas criaram um movimento próprio (Collins e Bilge, 2021, p. 44).

A interseccionalidade age, portanto, como um instrumento que confere criticidade política às feministas negras no processo de compreensão da multiplicidade das identidades que impõe sujeitos a condições de subordinação de classe, gênero, raça, dentre outras (Akotirene, 2019). Direcionando o olhar a pesquisa destacamos utilização da interseccionalidade como um instrumento de análise para abordar a afirmação das identidades de *youtubers* negras, pois ainda que Ana Paula Xongani e Gabi Oliveira sejam ambas marcadas pelo gênero e pela raça, suas identificações são constituídas de maneiras distintas.

Partimos da interseccionalidade também para pensarmos a respeito das identificações (Hall, 2014, 2019), pois através da compreensão interseccional de identidades individuais como algo que se constrói, as essencializações tornam-se cada vez menos usuais nos processos de autodefinições (Collins e Bilge, 2021). Ainda assim, cabe destacarmos que a interseccionalidade não diz respeito, apenas, às identificações simultâneas que cada indivíduo tem. A interseccionalidade, na perspectiva de Collins e Bilge (2021) é uma forma de observar as relações de poder considerando que as diferentes instituições e estruturas sociais implicam na forma com que indivíduos podem ou não (e como podem) explorar suas identificações diante de contextos sociais específicos. Consideramos então que as identificações, sejam

individuais ou coletivas, estão condicionadas à realidade social em que se está inserida, pois mesmo que a identificação enquanto mulher negra não se altere em diferentes regiões, por exemplo, o delineamento social vai determinar como é se afirmar uma mulher negra naquele espaço.

Além de um instrumento analítico, podemos traçar a interseccionalidade como uma prática emancipatória, como uma estratégia de resistência (hooks, 2019). Se um legado de mulheres negras não tivesse lutado e resistido às imagens de controle que compõem o imaginário social coletivo desde a escravização, mulheres como Ana Paula Xongani e Gabi Oliveira não teriam a possibilidade de estar produzindo e compartilhando conteúdo *online*, expondo opiniões pautadas na criticidade, se posicionando e, consequentemente, influenciando outras mulheres, levando-as a se identificarem a partir de uma perspectiva positiva com a raça.

É bell hooks (2019) que direcionando um olhar interseccional aos temas mobilizados nos ensina, que a resistência política se desenvolve através do ato de amar a negritude, ou seja, o quanto se afirmar uma mulher negra é resistir politicamente. A autora pontua que

> [...] pessoas negras que “amam a negritude”, isto é, que descolonizaram suas mentes e romperam com o tipo de pensamento supremacista branco que insinua que somos inferiores, inadequados, marcados pela vitimização etc., geralmente concluem que somos punidos pela sociedade por ousar romper com o *status quo*. Em nossos empregos, quando nos expressamos a partir de um ponto de vista descolonizado, arriscamos ser vistos como perigosos e pouco cordiais (hooks, 2019, p. 46).

Colocar em prática a autodefinição é resistir. Resistir às imagens de controle que operam na sociedade são formas de não corroborar com as construções colonizadoras as quais estamos inseridos. Afirmar-se negra através das redes sociais, através do YouTube e abordar temas que perpassam as identificações individuais, como fazem Ana Paula Xongani e Gabi Oliveira, é amar a negritude, nas palavras de bell hooks (2019). Utilizar as redes sociais como espaço de discussões a partir de uma perspectiva negra é estar exposta ao racismo (Gonzalez, 2020), aos discursos de ódio (Trindade, 2022), aos algoritmos opressores (Noble, 2021) e racistas (Silva, 2022), e mais: a todas as discriminações referentes aqueles marcadores que as tornam o Outro (Collins, 2019). É nesse sentido que se afirmar uma mulher negra é resistir, buscar a liberdade, a emancipação, seja em sociabilidades mediadas pela *internet* ou não.

Cabe destacarmos ainda que os processos de resistir, de se afirmar enquanto mulher negra, de traçar políticas de emancipação, hoje, na internet, são processos que vem de longe, são processos que tem como ancestrais as mulheres que fizeram parte das primeiras gerações do movimento feminista negro, o movimento negro com as articulações e denúncias sobre as discriminações racistas presentes na sociedade. Além disso, os movimentos sociais foram responsáveis pela implementação de cotas para o acesso de pessoas negras de modo geral às universidades e, particularmente, as mulheres negras. Afinal, sejam ou não fruto da política de ações afirmativas de cotas raciais para o acesso à universidade, Xongani e DePretas compõem gerações que tiveram a possibilidade de ocupar espaços universitários. Espaços onde a presença negra passa a ser naturalizada a partir da implementação das cotas (Jesus, 2021).

Collins (2022) aponta que “Qualquer que seja a forma de opressão que vivenciem – raça, classe, gênero, sexualidade, idade, capacidade, etnia e nação –, grupos subordinados têm um interesse pessoal em resistir a ela” (Collins, 2022, p. 149). Pensarmos, portanto, nas lutas de mulheres negras em um contexto nacional, é pensar sobre estratégias de resistência que foram implementadas visando a emancipação dessas mulheres. Se os movimentos de resistência às imposições de um sistema colonial preenchem a nossa história desde a formação do país, muitas delas surtiram efeitos, avanços foram alcançados. A questão apresentada por Bernardino-Costa (2015) ao conceituar a proposta de uma interseccionalidade emancipadora passa justamente por uma das lutas travadas por mulheres, especialmente mulheres negras. Ana Paula Xongani, ao abordar o conceito, observável na vivência de mulheres negras, pontua que

> [...] a gente precisa entender que por conta da interseccionalidade de raça, a luta das mulheres negras pode, ainda, ser a mais básica possível. Como, por exemplo, só o direito de existir. E não sou eu que tô dizendo, os números também dizem isso: por exemplo, as mulheres negras são as que mais sofrem violência sexual, são as mulheres negras as que mais sofrem violência obstétrica. São as mulheres negras, inclusive, que tem mais chance de morrer em um aborto (Xongani, 2022 - subversão - Vídeo: “A mulher rei” é bom mesmo? #XongsOpina).

Xongani atenta que quando pensamos a interseccionalidade a partir das relações interseccionais de poder que atravessam mulheres negras em geral e especificamente mulheres negras e pobres, é importante considerarmos que, muitas

vezes as preocupações essenciais podem ser resumidas em processos de manutenção da vida.

Como discutimos ao longo dos capítulos anteriores, mulheres negras foram atreladas, especialmente, a duas imagens de controle[28] que constituem o imaginário social: a mulata e a mãe-preta/empregada doméstica. Foco de diversas discussões ao longo do século XXI, o trabalho doméstico passou a ser questionado por não ser contemplado pelas legislações trabalhistas tal qual outras funções. Coincidentemente ou não, a maioria das pessoas que compõem essa categoria de trabalho são mulheres negras. Tardiamente, no ano de 2015, através da aprovação da Lei Complementar nº 150/2015 (Brasil, 2015), conhecida como "PEC das Domésticas" ficou definido que "[...] aquele que presta serviços de forma contínua, subordinada, onerosa e pessoal e de finalidade não lucrativa à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas, por mais de 2 (dois) dias por semana" (Brasil, 2015, s. p.) passou a ter garantia de direitos que já eram, há bastante tempo, considerados básicos aos trabalhadores.

Bernardino-Costa (2015) aborda o movimento das domésticas como um exemplo de resistência pautado na interseccionalidade emancipadora, pois o autor trabalha com a organização política realizada pelas domésticas para que a ampliação de direitos fosse concedida. Pois, ao passo que "Nas narrativas de vida destas trabalhadoras, recorrentemente os marcadores de idade, raça, gênero e classe foram mencionados para falar das dificuldades e agruras do dia a dia do trabalho doméstico no Brasil" (Bernardino-Costa, 2015, p. 152), é possível observarmos que essas mulheres estavam (e muitas continuam) diante de relações interseccionais de poder (Collins e Bilge, 2021). A interseccionalidade passa, em contextos como o de articulação política das domésticas em busca de direitos, a ser pensada como uma forma de resistência às organizações sociais pautadas em construções coloniais e ainda formas para pensar mobilizações políticas e a emancipação.

Podemos explicar a afirmação da identidade negra a partir de uma das definições de bell hooks, onde a autora diz que "Amar a negritude como resistência política transforma nossas formas de ver e ser e, portanto, cria as condições

[28] Outras imagens de controle acompanham mulheres negras. Essas duas, em especial, além de serem as que detivemos mais atenção ao longo das discussões estabelecidas, também são construções que acompanham o desenvolvimento da sociedade brasileira desde os períodos de escravização. A modificação que observamos é com relação à imagem da mãe-preta se associando a de empregada doméstica à medida que a prestação de serviços domésticos deixa de acontecer em um regime de escravização.

necessárias para que nos movamos contra as forças de dominação e morte que tomam as vidas negras" (2019, p. 49). E é justamente ao discutir identidade e interseccionalidade que Collins e Bilge (2021) destacam que a interseccionalidade não é uma teoria sobre identidades, está relacionada ao analisar as realidades sociais, considerando as relações interseccionais de poder ali contempladas. Consequentemente, considerando relevante contemplar como as identidades, especialmente identidades daquelas pessoas marcadas como Outro, são condicionadas às imagens de controle e se autodefinem diante de tais arranjos sociais.

> A política identitária repousa sobre uma relação recorrente entre indivíduos e as estruturas sociais, quando os primeiros criam um coletivo baseado em lugares sociais semelhantes nas relações de poder. Uma identidade transformada pode ser transformadora e duradoura. Uma vez que as pessoas mudam no nível individual por meio da conscientização política, também se tornam atores da mudança coletiva. O foco no eu, em sua totalidade, proporciona um impulso importante ao empoderamento individual e coletivo (Collins e Bilge, 2021, p. 210).

Voltamos nosso olhar as *youtubers*, Ana Paula Xongani e Gabi Oliveira, pois se mudanças individuais no cotidiano são capazes de uma ação transformadora, a afirmação da negritude no YouTube possibilita alcançar milhares de pessoas, fazendo com que a produção de vídeos que abordam assuntos diversos a partir de uma perspectiva negra sejam atores de mudanças coletivas. Brendesha Tynes, Joshua Schuschke e Safiya Umoja Noble (2016) apontam as necessidades de utilizarmos a interseccionalidade como teoria crítica ao tratarmos das sociabilidades que acontecem em ambientes digitais, visto que pessoas marginalizadas ficam expostas às relações interseccionais de poder também na *internet*. As autoras destacam ainda que a utilização da interseccionalidade como uma teoria social crítica é uma possibilidade para que os estudos realizados na *internet* sejam conduzidos. Vão destacar ainda que os padrões de funcionalidade da *internet* são racistas e tendem oferecer mecanismos de proteção a quem é alvo desses ataques em menor medida do que condenação a quem os profere.

A utilização da *internet* como instrumento estratégico para o empoderamento individual, através de construções e afirmações de identidades femininas negras é um exemplo de interseccionalidade como prática, e se relaciona com as questões identitárias por possibilitar que afirmações positivas da negritude, nesse caso, aconteçam (Tynes, Schuschke e Noble, 2016). Através das mobilizações *online* e do acesso a conteúdos que versam sobre a negritude a partir de lógicas positivas,

espaços *online* passaram a ser, em meio às possibilidades de opressão, também espaços de construção de empoderamento, como apontam as autoras. Além disso, para que a compreensão de como essas relações interseccionais de poder operam é necessário ter em mente aplicações da interseccionalidade como uma teoria social crítica.

Teoria que, como aponta Collins (2022, p. 21) pode ser brevemente definida como algo que "[...] tanto explica quanto critica as desigualdades sociais vigentes com o olhar voltado para a criação de possibilidades de mudança". A interseccionalidade como uma teoria social crítica, além de compreender as desigualdades sociais e em que elas se alicerçam, também traça possibilidades para que essa realidade seja alterada em alguma medida. Assim, podemos retomar as discussões de Nascimento (2016) e Souza (2021), pois se o primeiro discute a mestiçagem introduzida na sociedade como uma estratégia de genocídio da população negra brasileira, a segunda vai afirmar que diante da realidade a que pessoas negras são condicionadas, é necessário tornar-se negro, através de construções sociais e políticas que permitem, como nos disse hooks (2019), amar a negritude.

Nesse sentido, é necessário primeiro compreender a realidade social e teorizar sobre ela, como fizeram diversos autores ao abordar as questões de raça e gênero, para que a proposição de mudanças a partir de uma perspectiva interseccional, tais como amar a negritude, articular movimentos sociais, possam carregar em suas abordagens alterações sociais efetivas para determinadas realidades sociais. Partindo da interseccionalidade, percorremos a discussão sobre a afirmação social da raça de mulheres negras, de *youtubers*, na internet como forma de novas existências. É pensando ainda nas práticas de novas existências e nas afirmações sociais que no próximo item discutiremos as ações coletivas que tornaram (e tornam) possíveis que reivindicações se forjem coesas, retomaremos ainda a discussão sobre essencialização e suas aplicabilidades nesses movimentos, nos direcionando a pensar nesses movimentos como instrumentos para (re)construção de identidades individuais.

4.2. "Eu sou mulher preta. E ser mulher preta é o quê?! Ser mulher preta é ser múltipla[29]": essencialização, transformações e o (re)pensar identidades

> A gente é criada para ser assim, mas temos que mudar. Precisamos ser criadas para a liberdade. O mundo é grande demais para não sermos quem a gente é.
> (Elza Soares)

A mobilização de mulheres negras em grupos, coletivos e marchas acontece pelo compartilhamento de objetivos, busca por direitos e conquista de espaços comuns. Formas de enfrentamento ao racismo se manifestam de diferentes maneiras, como exemplo de movimentos sociais, pode-se observar a busca por compreensão da cultura negra através da apropriação teórica sobre o tema, adesão a marcos identitários da cultura negra, assim contribuindo para uma política de construção de uma identidade negra positiva pelas pessoas que fazem parte dessa parcela da população historicamente marginalizada (Pereira e Thé, 2019).

Ainda segundo as autoras, o trabalho desenvolvido através das redes sociais por mulheres negras não é sempre diretamente relacionado às questões relativas à raça, gênero e classe. Entretanto, é importante atentar a ocupação de lugares que discutam temas diversos, observando a população negra, em geral, especialmente as mulheres negras, como sujeitos aptos a inserção em discussões diversas. Por outro lado, mesmo esse processo de inserção de pessoas negras em outros ambientes precederam ações que atuaram como estratégias de enfrentamento ao racismo (Pereira e Thé, 2019).

Sidney Tarrow (2009) explora o confronto político como fator importante dos movimentos sociais, pessoas comuns ao lutarem por mudanças ou conquistas culturais, políticas e internacionais passaram a tomar as ruas fazendo essas exigências. A interação e manutenção das lutas é mais persistente quando conta com o apoio de redes sociais densas e têm símbolos que são representativos ao movimento em questão, enfatiza o autor. Esse processo de ações que se consolidam, bem como o conjunto de determinadas características, resultam em movimentos sociais.

[29] Trecho do vídeo *Mapa de Conteúdos*, postado em 2022 por Xongani.

> O extremismo é uma forma exagerada dos quadros de significado encontrados em todos os movimentos sociais; a privação é uma fonte particular de propósitos comuns que todos os movimentos expressam; e a violência é uma exacerbação de desafios coletivos. Em vez de ver os movimentos sociais como expressões de extremismo, privação e violência, eles são mais bem definidos como *desafios coletivos baseados em objetivos comuns e solidariedade social numa interação sustentada com as elites, opositores e autoridade* (Tarrow, 2009, p. 21).

A definição dos movimentos exposta por Tarrow (2009) tem como característica quatro propriedades empíricas, são elas: protesto coletivo, objetivo comum, solidariedade social e interação sustentada. Pereira e Thé (2019) atentam que em um contexto de globalização, as características relativas à identidade cultural têm ganhado espaço no escopo de discussões dos movimentos sociais e são articuladores de problematizações que englobam temas referentes à nacionalidade, gênero, raça, ancestralidade, entre outros. Ainda segundo as autoras, no caso das mulheres negras, por exemplo, essas adesões se manifestam através da inserção em movimentos sociais organizados que apresentam políticas de aproximação e incorporação da cultura negra através de ações coletivas.

As ações coletivas se estabelecem, portanto, como um mecanismo de combate ao racismo que se apresenta como um elemento estruturante da sociedade. Tarrow (2009) aborda a necessidade de compreender o surgimento e ainda a dinâmica a que os movimentos sociais estão inseridos para entender a relação entre estes e a estrutura de oportunidades políticas, que podem ser definidas como dimensões de caráter consistente que moldam o ambiente político e estimulam as ações coletivas mobilizadas pelas pessoas, mesmo que não atuem em caráter permanente ou formais. Assim, as ações coletivas podem ser observadas como uma resposta àquilo que é vivenciado em sociedade.

> Tendo em vista as temáticas emergentes na sociedade em relação ao racismo, alguns modelos de enfrentamento se fazem materializados. A adesão aos movimentos sociais organizados, o estudo e incorporação da cultura negra – incluindo seus marcos identitários expressos por meio de estampas, turbantes, uso de tranças, cabelo black, dentre outros – favorecem uma construção positiva e diferenciada da identidade dos sujeitos que se reconhecem enquanto negros, pertencentes a uma minoria historicamente segregada, que na atualidade demandam reconhecimento. Portanto, manter os cabelos naturais e cuidar deles permite que a ancestralidade afro seja resgatada, tratada com respeito e reverência, numa complexa gama de significantes relacionados à espiritualidade, memória e cultura negra (Pereira e Thé, 2019, p. 179).

Os movimentos de ações coletivas são estabelecidos a partir da percepção de oportunidades políticas se ampliando. Além disso, a percepção do estabelecimento de alianças pelos sujeitos envolvidos nas ações também é uma característica importante (Tarrow, 2009). “O confronto se cristaliza em movimento social quando ele toca em redes sociais e estruturas conectivas embutidas e produz quadros interpretativos de ação coletiva e identidades de apoio capazes de sustentar o confronto com oponentes poderosos” (Tarrow, 2009, p. 43), fazendo, de oportunidades externas, recursos. Quando esse quadro é estabelecido, os custos em atrair pessoas diminui, pois a inserção em determinada ação coletiva fornece a sensação de pertencimento, conferindo sentido mais amplo às reivindicações, construindo a ideia de não estar sozinho em prol de uma causa (Tarrow, 2009).

Observamos ainda, como expressa o autor, que essa integração de indivíduos aos movimentos de ação coletiva, através do poder que essas ações passam a deter, é diferente e em nada se aproxima do poder de controle e manutenção desses movimentos. O autor aborda ainda que, assim, os índices de sucesso ou falta dele nas mobilizações iniciais de cada movimento, de modo geral, fogem do controle daqueles que inseriram o movimento no debate político e social. Utilizando como aproximação a ideia de que feminismos são plurais e diversos, os movimentos de ação coletiva também podem assumir caráteres e até mesmo pautas diversas, pois alguns tomam dimensões não calculadas, implicando assim na falta de poder sobre perspectivas de controle e manutenção das mesmas (Tarrow, 2009).

> Particularmente, se ação coletiva é bem sucedida, essas oportunidades produzem ciclos mais amplos de confronto que se espelham dos ativistas dos movimentos, para aqueles aos quais se opõe, para grupos de interesses comuns e partidos políticos e, inevitavelmente, para o Estado. Como resultado desta dinâmica de difusão e criação, os movimentos têm sucesso ou falham como resultado de forças que estão fora de seu controle (Tarrow, 2009, p. 43).

Maria da Glória Gohn (2014) aborda o papel das mulheres que integram movimentos sociais e questionam modelos de democracia em vigência. Utilizando como base para sua argumentação as análises de Alan Touraine, a autora discorre sobre as lutas dos movimentos sociais que se desenvolvem voltadas a segmentos diversos e um destes dirige-se aos movimentos identitários que travam suas lutas por causas ligadas ao processo de construção identitária em busca de direitos políticos, econômicos, culturais e sociais. É comum, mas não uma regra, que os integrantes

desses movimentos pertençam aos segmentos de minorias sociais (Gohn, 2014).

As mulheres, de modo geral, são maioria na participação em movimentos populares que lutam por melhores condições de vida, trabalho e conquista de direitos. São as mulheres também as responsáveis por apresentarem maior índice de participação em redes solidárias que trabalham em projetos de inclusão de crianças e adolescentes em situação de rua (Gohn, 2014). Ainda conforme a autora, é através do conjunto de ações coletivas que ao unir categorias sociais, cria-se sujeitos produtores dos movimentos sociais: “Categorias sociais que estiveram até agora em situação de exclusão socioeconômica e inferioridade na escala de prestígio social, tal como tem ocorrido historicamente com a categoria ‘mulher’, têm formado movimento sociais para se libertar” (Gohn, 2014, p. 135). Observamos esse processo de libertação proporcionada por movimentos sociais, por ações coletivas como individual e coletivo ao mesmo tempo, pois o processo de transformação individual pode agir como contribuições em um coletivo. A identificação que se constrói individualmente é capaz de influenciar pessoas que estão ao redor.

Ao desenvolverem marchas, tais como a “marcha dos cabelos crespos”, além de estabelecerem possibilidades de identidades através da aproximação de traços culturais (Hall, 2014), encadeiam ações coletivas que devido às proporções que alcançam deixam de assegurar às organizadoras iniciais papéis de manutenção e controle das mesmas (Pereira e Thé, 2019). Ainda consoante as autoras, as marchas apresentam como um dos intuitos a afirmação de uma identidade positiva, pois a construção social do negro brasileiro foi forjada e perpetuada de maneiras depreciativas. A identidade racial, portanto, é formada a partir dos traços fenótipos semelhantes e, dentro de determinado grupo, é marcado pelas situações comuns que os sujeitos experienciam, sejam estas positivas ou negativas; a construção de uma identidade positiva da população negra é um dos objetivos a ser alcançado através das marchas (Pereira e Thé, 2019).

É pensando nessa dupla característica de poder ser observada tanto do ponto de vista individual quanto do coletivo e ainda pela capacidade de contribuir com as construções identitárias dos indivíduos que cabe empregarmos um olhar interseccional as ações mobilizadas por grupos organizados, pois

> A política identitária evoca a interligação entre o empoderamento individual e o coletivo. Como a identidade individual evoca o domínio interpessoal do poder, situar a identidade na análise de poder pela interseccionalidade

> destaca como os domínios estruturais, culturais e disciplinares do poder influenciam a identidade individual. Criamos nossas identidades individuais nas relações de poder interseccionais, e as ações coletivas dos indivíduos sustentam o protesto social local, nacional e global. Quando se trata de identidades coletivas baseadas em grupos, uma abordagem mais produtiva consiste em examinar como as dimensões políticas de identidade individual e coletiva podem construir um ponto de partida para a investigação e a práxis interseccionais, não um fim em si mesmas (Collins e Bilge, 2021, p. 209).

Pereira e Thé (2019), ao explorarem o exemplo das marchas dos cabelos crespos com o processo de identificação individual, enfatizam que essas se desenvolveram em processos de organizações coletivas que, ao longo do tempo, culminaram em outras ações voltadas à construção de uma identidade negra positiva. Podemos retomar os coletivos negros abordados ao longo do primeiro capítulo, pois a mobilização de universitários a partir das ações afirmativas de cotas raciais foi responsável tanto pela organização de ações coletivas e movimentos sociais dentro das universidades, quanto por contribuir com o processo de identificação e afirmação da identidade negra de uma série de estudantes. Esses movimentos são centrais à valorização da identidade negra, porque como afirma Munanga (2019, p. 110) “[...] a identidade é um processo sempre negociado e renegociado, conforme os critérios ideológico-políticos e as relações do poder”. Xongani, ao retomar a história do cabelo crespos e expressar a representatividade para a população negra, destaca que:

> O cabelo crespo foi, basicamente, criado por uma adaptação climática. Na África o clima é predominantemente quente. Somente na parte norte e no extremo sul que tem algumas áreas onde o tempo é um pouco mais frio. Isso quer dizer que, durante todo o ano, as temperaturas são bastante altas. [...] Na história do Brasil, as pessoas africanas que foram trazidas forçadas, também foram obrigadas a abandonar os seus costumes, a sua cultura, enfim. Sua própria forma de lidar consigo mesmo, né?! Anita Pequeno, que é uma socióloga, concluiu na sua tese de mestrado que foi só em 1930 que pessoas negras começaram a recuperar sua autoestima e, consequentemente, o seu cabelo (Xongani, 2023 - subversão - Vídeo: A verdadeira história do cabelo crespo).

A *youtuber* fala sobre um processo de recuperação da autoestima que teve início em 1930, mas que não pode ser observado como concluído, pois ainda no século XXI são diversas as manifestações racistas pautadas na utilização do cabelo crespo em sua forma natural. Além disso, Xongani destaca que

> Cabelo afro esse que também tem a ver com uma questão estética e política, e não necessariamente considerado esses dois pontos separados (Xongani, 2023 - subversão - Vídeo: A verdadeira história do cabelo crespo).

Ou seja, afirmar-se uma pessoa negra é uma questão política e ao longo do processo histórico brasileiro, muitas vezes negado, fazendo com que as identificações construídas e afirmadas socialmente levando em conta as relações interseccionais de poder que se estabelecem (Collins e Bilge, 2021).

Ao retomarmos a atenção às sociabilidades digitais, as páginas, blogs e contas pessoais surgem com o intuito de compartilhar conteúdo, dar espaço a mulheres negras que têm experiências a compartilhar, conectar pessoas e divulgar informações. Um exemplo que podemos apontar relativo às mulheres negras no universo digital e que vem trabalhando de maneira exitosa ao longo dos anos é o projeto *Blogueiras Negras* que surge a partir da *Blogagem Coletiva da Mulher Negra*[30]. Através dos projetos, percebeu-se que havia uma imensidão de mulheres negras escrevendo materiais de interesse comum às mulheres negras e relevantes, os quais deveriam ser divulgados, compartilhados (Blogueiras Negras, s. a.).

O *blog* abre espaço para que toda mulher negra interessada em compartilhar conteúdo possa fazer a busca pela temática desejada. Entre elas estão o combate ao racismo, gordofobia, lesbofobia e sexismo, os quais são algumas das vertentes do *blog*, que preza ainda a troca de vivências como um dos objetivos comuns. Muito mais que um espaço de escrita e de leitura, o *Blog Negras* se propõe a "[...] ser uma comunidade; um espaço de acolhimento, empoderamento e visibilidade voltados para a mulher negra e afrodescendente" (Blogueiras Negras, s.a., s.p.). Um dos primeiros movimentos que teve grande mobilização de mulheres negras através das plataformas digitais é o referente a aceitação do cabelo crespo/cacheado, a busca da percepção do cabelo natural da mulher negra como belo e não mais como uma característica negativa, como aponta Laila Oliveira (2016). O *Blogueiras Negras*, em conjunto com outras páginas, é um dos responsáveis pelo crescimento dos movimentos de transição capilar e aceitação dos cabelos crespos e cacheados.

Esses movimentos constituem, sobretudo, um posicionamento político, visto que um dos mecanismos de disseminação do racismo está relacionado a fragilidade da autoestima da população negra, que é gerada a partir da construção hegemônica dos padrões estéticos e pelo baixo índice de representação positiva de negras e negros em espaços de mídia (Oliveira, 2016). Pereira e Thé (2019) discorrem sobre o

[30] Movimento organizado com intuito de mobilizar mulheres negras a escreverem sobre o Dia da Consciência Negra e o Dia internacional de combate a violência contra mulheres.

caráter político que a pessoalidade exerce na sociedade, nesse sentido a adoção do cabelo natural passa a ser a utilização do corpo como "[...] dispositivo não neutro, mas carregado de significações" (Pereira e Thé, 2019, p. 178). Assim, prosseguem as autoras, se ultrapassa a esfera individual, assumindo caráter coletivo, ao passo que o cabelo crespo constitui um símbolo, anteriormente associado a inferioridade, que tem importância na construção histórica e social da sociedade.

> Souza (2010) observa que há um processo com relação a uma estética afirmativa da mulher negra brasileira, que gradativamente passa a aceitar os seus traços genéticos, o que inclui um cabelo crespo, que não precisava mais passar por 'modificações' ou 'transformações' para se tornar liso. O que não significa a ausência de cuidados com o cabelo por meio de produtos de beleza, mas era preciso agora reforçar a naturalidade do cabelo negro, e a afirmação estética atual está diretamente relacionada com a naturalidade do cabelo e o ser mulher negra. Contudo, o surgimento desses novos discursos, emerge um interesse mercadológico em desenvolver produtos estéticos e cosméticos direcionados a esse público (Génot, 2018, p. 151).

Apontamos, portanto, que se forma um interesse mercadológico a partir do processo de afirmação da negritude, bem como a utilização de marcadores identitários, produtos específicos para cuidados dos cabelos crespos e cacheados passam a ser explorados de novas maneiras por empresas (Pereira e Thé, 2019). Ou seja, mesmo que passe a existir uma indústria que produz para as especificidades negras, é importante refletir sobre quais os propósitos desse segmento, pois ainda que estejam contribuindo para a afirmação de uma identidade, a comercialização desses produtos pode estar unicamente direcionada a geração de lucro, sem quaisquer alinhamentos políticos ao processo de tornar-se negra.

Ao contrário, a produção de conteúdo para compartilhamento nas redes sociais pode ser muito mais do que a busca por informar aos demais usuários da rede, pode também ser um instrumento de autodefinição própria através do compartilhamento de vivências, um espaço utilizado como porta-voz de lutas políticas, dentre outras possibilidades. Além disso, com o espaço aberto para emissão de comentários dos usuários, é possível que redes de sociabilidade se formem através dos canais do YouTube e acompanhando as demais redes sociais que as *youtubers* mantêm ativas.

O trabalho desenvolvido pelas *youtubers* no processo de criação e divulgação de conteúdo compartilha algumas das premissas da definição de ações coletivas e levando em conta as características de compartilhamento de conteúdo através da *internet*, a perda do poder referente ao controle e manutenção dos movimentos que

são incitados a partir da divulgação dos vídeos tem seu caráter ampliado. Além disso, o processo de identificações (Hall, 2014), através da sensação de não estar sozinha em prol de determinadas causas (Tarrow, 2009) e a composição de mulheres negras múltiplas (Moreira, 2007), partindo da perspectiva das diferenças não como algo que marginaliza, mas sim como algo que compõem os indivíduos a partir das variadas formas que os discursos podem ser construídos, reproduzidos, ressignificados (Brah, 2006).

Cabe destacarmos que, especialmente no que diz respeito a ações coletivas e movimentos sociais realizados por minorias sociais, existem processos como o de essencialização estratégica, que tal como apontam Collins e Bilge (2021) servem tanto para se ancorarem em pressupostos comuns de luta, quanto para adquirirem força política em prol de determinados objetivos.

> O essencialismo estratégico se apoia na escolha de uma plataforma em torno da qual indivíduos e grupos possam se unir. A leitura do contexto social é um aspecto importante para saber se é preciso se apoiar no essencialismo estratégico ou não, e, em caso afirmativo, como utilizá-lo. No Brasil, as mulheres negras conseguiram integrar ao movimento tantos segmentos diferentes porque tinham alianças cambiantes com muitos grupos. É visível em seu trabalho o uso do essencialismo estratégico como tática política legítima muito importante na luta pela justiça social. Ver o essencialismo estratégico como uma ferramenta preciosa para a interseccionalidade cria espaço para que grupos subordinados usem a política identitária com fins políticos (Collins e Bilge, 2021, p. 208).

É pautado no conhecimento sobre as formulações estratégias das identidades que podemos discutir as relações interseccionais de poder, pois permitem pensarmos sobre as formas que as dinâmicas de poder relacionam-se com a individualidade e a coletividade (Collins e Bilge, 2021). É nesse sentido que as autoras destacam ainda que

> A política identitária evoca a interligação entre o empoderamento individual e o coletivo. Como a identidade individual evoca o domínio interpessoal do poder, situar a identidade na análise de poder pela interseccionalidade destaca como os domínios estruturais, culturais e disciplinares do poder influenciam a identidade individual. Criamos nossas identidades individuais nas relações de poder interseccionais, e as ações coletivas dos indivíduos sustentam o protesto social local, nacional e global. Quando se trata das identidades coletivas baseadas em grupos, uma abordagem mais produtiva consiste em examinar como as dimensões políticas da identidade individual e coletiva podem constituir um ponto de partida para a investigação e a práxis interseccionais, não um fim em si mesmas (Collins e Bilge, 2021, p. 210).

É nesse sentido que os processos mobilizados pelas *youtubers*, Ana Paula Xongani e Gabi Oliveira, mesmo que parte de iniciativas individuais, ao passo que atinge milhares de pessoas, faz com que aquilo colocado como identificação pessoal delas, gere identificação em outras mulheres. Consequentemente, desenvolvendo ações coletivas e a afirmação da identidade negra de outras mulheres, pois como já pontuamos, “Uma identidade transformada pode ser transformadora e duradoura” (Collins e Bilge, 2021, p. 210). Assim, pensando especificamente nas sociabilidades que se desenvolvem nos ambientes digitais e nas formas de interação realizadas através da internet, convidamos a leitora e o leitor a nos acompanharem ao próximo capítulo.

5. Explorando o ambiente digital: identidades negras frente às novas sociabilidades

Observamos que as redes sociais, no contexto contemporâneo, se apresentam como parte integrante do cotidiano de grande parte das pessoas, são utilizadas como lazer, mas também como fonte de estudo, trabalho e até mesmo um instrumento para orientações e definições de perspectivas políticas e sobre assuntos diversos. Apresentamos algumas das múltiplas implicações das conexões digitais, bem como as formas de reprodução de um racismo digital, de um racismo algorítmico, sobretudo a partir das perspectivas que proporcionam pseudo-anonimato e levam aos discursos de ódio através das redes sociais. É relevante compreendermos a posição reservada às *youtubers* negras e as identificações que desenvolvem (pessoal ou coletivamente) durante o período que mantêm seus canais ativos na plataforma do YouTube. Além disso, algumas observações sobre o funcionamento e relevância da *internet* de modo geral, e do YouTube particularmente se fazem relevantes diante do debate sobre afirmação social da identidade negra de *youtubers* enquanto práticas de resistência e construções de novas formas de existência.

5.1. "Faz um tempo que a internet vem definindo os caminhos políticos das nossas vidas[31]": o YouTube e as sociabilidades digitais em debate

> É necessário pensar o ambiente digital não como algo novo, mas como continuidade e extensão da realidade que já vivemos no mundo físico.
> (Nina da Hora)

A *internet* possibilita que indivíduos e coletividade se relacionem, como pontuam Lara Facioli e Felipe Padilha (2020). A utilização dos termos “mídia”, “tecnologias digitais”, “tecnologias da informação”, “mídias digitais” apresentam como intuito “cobrir tanto o conjunto de suportes técnicos de dispositivos conectados em rede quanto a própria rede” (Facioli e Padilha, 2020, p. 23). O "digital" é empregado como “[...] um termo que comporta um conjunto de interações e relações sociais

[31] Fala de Ana Paula Xongani no vídeo *Anitta e Felipe Neto na política, antes tarde? Ou nunca?*, postado em 2020.

radicalmente condicionadas pela tecnologia, sem que isso implique em afirmar que tais relações sejam determinadas pela tecnologia", prosseguem os autores (p. 25).

Hall (1997) aborda a cultura enquanto elemento central, sobretudo no que faz referência às trocas culturais, meios de produção e formas de circulação na expansão através de tecnologias e revolução da informação. Além dos elementos culturais envolvidos nas dinâmicas das tecnologias digitais, os processos sociais também articulam forças econômicas, políticas e as formas de distribuição de recursos técnicos substanciais. Como reafirmam Facioli e Padilha:

> A mídia digital com acesso a internet seria, portanto, um 'espaço relacional', na medida em que leva em conta o local de acesso e a constante relação com outros espaços. Para uma análise sociológica das mídias, isso implica pensar sobre como são construídas e negociadas fronteiras diversas como, por exemplo, de classe social, gênero, local de acesso, questões raciais, nível de instrução, local de moradia, entre outras diferenças, que estão postas no plano off-line e que produzem um tipo de estratificação digital (Facioli e Padilha, 2020, p. 27 - 28).

Antes de direcionarmos o olhar de maneira mais detida aos processos de estratificação que se dissimulam para que se mantenham em atividade também nos espaços digitais, cabe observamos o funcionamento, o avanço e a ampliação de acesso em determinados períodos no contexto nacional. É nesse sentido que os autores abordam o caráter inesperado da velocidade com que as tecnologias digitais tomaram espaço no cenário nacional, "[...] no ano de 2013, quando a então presidenta Dilma Rousseff assinou decreto que zerou as alíquotas da contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)" (Facioli e Padilha, 2020, p. 22), implicando no declínio dos preços dos smartphones e aumento do consumo, consequentemente.

A pandemia de COVID-19, caracterizada como uma crise sanitária mundial, fez com que a utilização dos meios digitais crescesse de maneira acelerada, até mesmo em contextos profissionais e acadêmicos, passando a ser, em alguns ambientes, a forma exclusiva de contato com colegas de trabalho e familiares mais distantes (Faustino e Lippold, 2023). Ainda segundo os autores, a pandemia caracterizou uma possibilidade de experimentação de momentos históricos onde a tecnologia toma espaço central no cotidiano, o período pandêmico caracteriza também experiências nos repertórios culturais, investigativos e simbólicos.

Ao discutir a relevância da pandemia nas sociabilidades digitais, os autores enfatizam ainda que a COVID-19 representou um processo de aceleramento em algo

que já estava em processo, sendo responsável por se consolidar “[...] como um dos mais poderosos dispositivos de subjetivação e conversão ampliada da vida em uma grande coleção de mercadorias” (Faustino e Lippold, 2023, p. 38). Tal processo influenciou diretamente na construção de experiências de mulheres negras e pessoas marginalizadas de maneira geral, pois ainda que o processo de acesso à *internet* tenha se expandido a partir de 2013, como pontuam Facioli e Padilha (2020), são as populações marginalizadas expostas a um processo de estratificação também no ambiente digital, como discutiremos mais detidamente no próximo item deste capítulo.

Ao direcionarmos o olhar às discussões em um sentido mais amplo e atento a algumas definições conceituais, destacamos inicialmente que “O digital não é apenas um dado *objetivo* da realidade, mas também - assim como outras produções humanas ao longo da história - alterou decisivamente nossa percepção subjetiva acerca do tempo e do espaço” (Faustino e Lippold, 2023, p. 37). É nesse sentido também que Christine Hine (2015, p. 169) pontua que a *internet* em um contexto contemporâneo “[...] permeia completamente aspectos centrais da vida cotidiana para grande parte da população - mas, é claro, nem toda”.

Assim, retomamos o recorte temporal estabelecido para o desenvolvimento desta pesquisa, que consiste no período que a pandemia de COVID-19 foi classificada como emergência de saúde pública de importância internacional, período compreendido entre 20 de janeiro de 2020 e 05 de maio de 2023. Outro ponto que cabe destacar é que a plataforma que deteremos maior atenção é o YouTube, mas que determinadas formas de organização, principalmente com relação à sistematização de algoritmos, como deteremos maior atenção no item a seguir, ocorrem de maneira semelhante.

Francisco Santos e Cristina Cypriano (2014) destacam que as redes sociais podem ser exploradas como espaços onde a sociabilidade é manifesta e definem esta como uma forma de “[...] interferência mútua das ações de indivíduos em interação” (Santos e Cypriano, 2014, p. 63). Nesse sentido, os autores abordam que o processo não consiste apenas em ações que acontecem no mesmo espaço, mas formas de ação que afetam tanto quem consome, quanto quem produz e/ou compartilha determinado conteúdo. Com relação ao YouTube, e especificamente as *youtubers* aqui mobilizadas, podemos destacar como Xongani encerra a maioria de seus vídeos:

> Agora aquele momento que eu mais gosto: que é vocês deixando os comentários de vocês, acrescentando nesse papo. [...] E vocês já sabem?! Não esquece de comentar o comentário dos outros Xongs! [...] Eu tô de olho em tudo, eu leio tudo e eu quero muito saber o que vocês vão escrever disso aqui (Xongani, 2021 - subversão - Vídeo: A verdadeira história do cabelo crespo).

A *youtuber* destaca, ao finalizar a maioria dos vídeos compartilhados, a relevância do processo de interação, tanto para quem consome o conteúdo produzido, como também para quem produz. Além de, através dos comentários, conseguir mobilizar conteúdos para produção dos vídeos seguintes, conversas estabelecidas por meio dos comentários também influenciam na construção de identificações de Xongani. Ou seja, a análise dos reflexos dessa sociabilidade nas redes sociais abrange tanto os aspectos de interação entre os indivíduos, como as formas de expressão de si, a redefinição de espaços caracterizados como público e privado e ainda a individualidade daqueles que expõem parte da vida *online* (Santos e Cypriano, 2014).

No cenário brasileiro, o YouTube aparece entre as quatro redes sociais mais utilizadas (Trindade, 2022). Seguindo a discussão, o autor explora ainda as possíveis motivações para serem estas as redes sociais que apresentam destaque nos índices de utilização[32] e conclui que:

> Uma das prováveis explicações para o sucesso obtido por YouTube e Instagram no Brasil pode ser de ordem econômica, pois uma busca na internet permite identificar literalmente milhares de artigos e tutoriais explicando como obter renda ativa e passiva por intermédio das duas plataformas. Sendo assim, em tempos de crise econômica e escassez de empregos formais, é bastante normal que as pessoas busquem fontes alternativas de geração de renda com o uso de novas tecnologias. Inclusive esse fenômeno se encaixa no que recentemente os economistas passaram a chamar de uberização do mercado de trabalho (Trindade, 2022, p. 97).

Além disso, como já explorado no capítulo *Ação coletiva e movimentos sociais: essencialização, transformações e o (re)pensar identidades*, as mulheres negras fizeram das redes sociais um espaço de mobilização e organização de ações coletivas, como pontuam Pereira e Thé (2019). O YouTube representa ainda a possibilidade de compartilhamento de conteúdo que versam sobre os cuidados com o cabelo crespo, pois ainda que os movimentos e as marchas incentivando e defendendo o uso do cabelo natural tenham sido majoritárias no Twitter, foi através do

[32] As redes sociais mais utilizadas, de acordo com pesquisa realizada no ano de 2021 são, respectivamente, Facebook, Whatsapp, Youtube e Instagram (Trindade, 2022).

compartilhamento de vídeos que produtos adequados, cuidados e penteados passaram a ser compartilhados. Processos múltiplos se estabelecem na vivência de mulheres negras que buscam como uma das formas de identificação com a identidade negra valorizar o cabelo crespo, a estética negra. Um processo que diversas vezes se reflete ao longo da trajetória inteira da vida, como pontua DePretas ao compartilhar parte de sua história com o cabelo:

> Foi a Gabi de quatro anos de idade que passou pela sua primeira transformação capilar e essa mudança veio com um sentimento de não adequação. Foram anos e anos de mudança, transformações, mas com muitas inquietações e frustração também. O sentimento de rejeição era constante, anos tentando me afastar do cabelo que hoje é motivo de orgulho. Orgulho crespo! (DePretas, 2020 - autodefinição - Vídeo: Eu tenho uma novidade para contar pra vocês!!!).

Assim, plataformas como o YouTube possibilitam que temas que em determinados momentos refletiam em rejeição e não aceitação passem a ser compartilhados, observados a partir de outras perspectivas, gerando identificações e novas formas de definição a determinados segmentos. Entretanto, a plataforma passou por um processo de crescimento até que pudesse ser observada como uma das mais utilizadas no Brasil, por exemplo. A criação do YouTube, assim como exploram os autores Jean Burgess e Joshua Green (2009), aconteceu em junho de 2005 por três ex-funcionários do site Paypal: Chad Hurley, Steve Chen e Jawed Karim. O compartilhamento de vídeos não era exclusividade da plataforma, o diferencial conferido pelo YouTube consistia em conseguir oferecer aquilo que alguns já se propunham: interface simples e intuitiva, possibilitando que usuários sem conhecimentos técnicos vastos navegassem tranquilamente.

Em 2006 o Google comprou o YouTube e o crescimento exponencial da plataforma tem início, entretanto, existem diferentes versões para os reais motivos que levaram ao crescimento da plataforma (Burgess e Green, 2009). Durante sua inserção e ascensão *online*, o YouTube se caracterizou como elemento de produção de vídeos independentes, sem quaisquer conhecimentos técnicos ou mesmo de produções de vídeos. Ainda conforme os autores, à medida que o processo de crescimento toma proporções maiores, a plataforma passa a atuar em sistema de mercado, disponibilizando espaço para produção de conteúdos profissionais.

Os autores definem ainda o YouTube como um site de cultura participativa, devido a sua interface acessível, possibilidade de compartilhamento de conteúdo por

todos os usuários e viabilidade e alteração em relações de poder, quando relacionado a consumidores e mercados. Além disso, as definições da plataforma, que vigoram atualmente, vão ao encontro do exposto pelos autores, pois o YouTube apresenta como missão dar uma voz a todos e mostrar a esses usuários o mundo (YouTube, s. a.). Na seção Sobre, é disponibilizada a seguinte mensagem “Nós acreditamos que todos merecem ter uma voz, e que o mundo é um lugar melhor quando nós escutamos, compartilhamos e construímos comunidades através de nossas histórias” (YouTube, s. a., s. p., tradução nossa).

José Van Dijck (2013) pontua ainda que um dos objetivos da plataforma consistia em revolucionar a experiência de assistir televisão, pois diante do YouTube, tal atividade se tornaria mais interativa, com a possibilidade dos usuários definirem o que assistir. Com o avanço do YouTube e a compra realizada pelo Google, novos delineamentos tomam espaço e vídeos profissionais, de empresas que trabalham com a produção de conteúdo, passaram a compor a gama de vídeos disponíveis (Burgess e Green, 2009). Ao passo que é incorporada a empresa Google, isso representa maior publicização, devido ao poder exercido pela empresa e consequentemente, maior popularidade do YouTube.

Com relação ao YouTube, Van Dijck (2013) destaca que a plataforma tem como elemento de organização os algoritmos, elementos que em funcionamento distinto da televisão, controlam o que usuários irão consumir através de sugestões, tais como “mais populares”, “em alta”, “feito pra você”. Ao contrário do sistema mobilizado pelos sistemas de comunicação de massa tradicionais, no YouTube o controle do que será consumido e a tentativa de atrair usuários não se orienta através de uma grade expositiva da programação, mas sim através da algoritmização dos dados.

Os algoritmos podem ser definidos como o conjunto de combinações matemáticas responsáveis por processos de aprendizagem das máquinas, assim é através da implementação algorítmica que determinadas redes sociais e sites, de maneira geral, definem quais conteúdos devem ser direcionados a determinados públicos (Silva, 2022). Isso significa afirmar, como destaca Noble (2021), que as definições do que é consumido por cada usuário, mais do que um sistema de aprendizado de preferências individuais, reflete também na ordenação de relações interseccionais de poder (Collins e Bilge, 2021). Assim, para Silva:

> Multiplicando-se por diversas esferas humanas, os sistemas automatizados imprimem lógicas algorítmicas com a aplicação de inteligência artificial em processos anteriores, que já estavam em transformação graças à digitalização, tais como a mídia televisiva, o mercado financeiro, a segurança pública e praticamente qualquer esfera em que pontos de dados podem se tornar matéria extrativa para o capitalismo informacional (Silva, 2022, p. 60).

No YouTube tal lógica também se reproduz, e além de serem aplicadas, em determinada medida, as preferências individuais dos usuários, a aplicabilidade de conteúdos que corroborem as lógicas do capitalismo informacional são também implementadas. Por outro lado, a forma que tais tecnologias são ordenadas faz com que o público que utiliza a plataforma construa a sensação de que tem total poder sobre os vídeos que está acessando. “Em outras palavras, os princípios de classificação e popularidade regem a arquitetura da plataforma do YouTube” (Van Dijck, 2013, p. 113, tradução nossa).

A autora pontua, ainda, que há um processo de constituição mútua, da vida cotidiana e da ordenação concedida às redes sociais, de maneira geral. Assim, as interações sociais estabelecidas através das redes sociais, as experiências vivenciadas em ambientes digitais não podem mais ser observadas como relações não reais. Como enfatiza Hine (2015), os processos de observação da *internet* se alteraram e foi necessário que ideias pautadas em “[...] que as atividades on-line eram, de certo modo, muito limitadas para contar como atividades sociais *reais*” (Hine, 2015, p. 168) não fossem mais utilizadas.

Corroborando a perspectiva de que tais interações são reais e ainda de que as interações mediadas por tecnologias podem extrapolar as telas, conferindo significados outros as identificações individuais e coletivas de cada indivíduo, pontuamos, em consonância com Faustino e Lippold, que:

> [...] as redes sociais são “estruturas” sociais compostas de pessoas conectadas por determinados tipos de relação que antecedem e extrapolam a internet, não dependendo dela para existir. As redes sociais digitais são um tipo específico de redes proprietárias mediadas pela internet. A observação desse aspecto evita que se reduzem as redes sociais à internet, e, por sua vez, que se reduza o debate sobre a internet às plataformas virtuais controladas pelos grandes monopólios neocoloniais informacionais, perdendo de vista, portanto, as possibilidade reais de subversão que se abriram neste novo contexto (Faustino e Lippold, 2023, p. 178).

Destacamos, portanto, que, ainda que o debate aqui estabelecido tenha como ponto de partida e de análise o compartilhamento de conteúdo através do YouTube e que a afirmação de identidades e resistência às imagens de controle sejam

mobilizadas como discussão, tais mobilizações não dependem da *internet* ou das redes sociais para existirem. Exemplo disto é pensar, como exposto nos primeiros capítulos, os movimentos organizados pelos coletivos negros e coletivos de mulheres negras em prol de direitos. Mulheres negras e tantos outros grupos marginalizados, podem utilizar as redes sociais como instrumentos que corroborem em determinados processos, mas suas existências, suas reivindicações e seus debates existem além das redes sociais.

> Se as tecnologias digitais impulsionam movimentos sociais progressistas que promovem agendas e solidariedades interseccionais, elas também estimulam movimentos populistas de extrema direita que cooptam pessoas por meio de plataformas digitais e visões racistas, sexistas e homofóbicas. De fato, evidências mostram que os movimentos de direita se beneficiaram mais das tendências digitais que os movimentos de esquerda, pois têm mais dinheiro e uma estrutura mais hierarquizada, o que maximiza estratégias eficientes de comunicação digital (Collins e Bilge, 2021, p. 154).

Desse modo, retomamos a perspectiva de que ainda que as redes sociais e a *internet* como um todo, possibilitem que barreiras entre quem produz e quem consome sejam rompidas, ainda assim, existem grupos específicos que se beneficiam das possibilidades disponibilizadas por tais tecnologias. Mulheres negras não estão apenas expostas às relações de poder interseccionais frente às sociabilidades fora das redes sociais, mas também nesses espaços.

Ao passo que o acesso a tecnologias confere caráteres positivos e que concedem aceleramento no processamento de dados, facilitação na execução de tarefas, acesso a conteúdos, meios tecnológicos de comunicação, instrumentos para assessoria no desenvolvimento de trabalho; é também através da tecnologia que muitos usuários das diversas plataformas aproveitam as possibilidades do pseudo anonimato *online* para práticas de racismo e sexismo. A discussão sobre o racismo *online*, bem como as estruturas algorítmicas das redes que possibilitam a manutenção de um sistema estruturalmente racista, é tema central para compreensão do lugar que mulheres e pessoas negras de modo geral ocupam na hierarquia de conexões através da *internet*. Assim, convidamos a nos acompanhar ao próximo item, onde desdobramos a discussão sobre as formas de opressão que se reproduzem no ambiente digital e algumas de suas formas de operação.

5.2. "Eu assisto pessoas que eu consigo me identificar[33]": racismo e sexismo na internet

> As redes sociais refletem exatamente o que acontece no mundo real. Não só em relação ao comportamento do algoritmo, mas na preferência da audiência por conteúdo branco. (Luana Xavier)

Ao direcionarmos o olhar ao cenário nacional, podemos observar que grande parte da população brasileira é composta por pessoas negras, ainda assim as representações midiáticas são, muitas vezes, estereotipadas, em números reduzidos e/ou inexistentes. O discurso que deveria ser respaldado nas mídias de "[...] uma sociedade mais aberta, diversa e compreensiva em relação às diferenças", como assinala Luana Génot (2018, p. 136), na verdade, apresenta a perpetuação de imagens essencializadas da população negra, que remetem aos padrões de embranquecimento e se alinham às imagens de controle.

O estudo crítico das mídias, através, sobretudo, de um olhar atento às imagens que se repetem, está além de sua importância enquanto fator econômico, pois as mídias configuram um dos mais eficientes veiculadores de mensagens simbólicas e discursos (Génot, 2018). Ainda segundo a autora, mesmo que a análise de conteúdos de mídia apresente um aumento da proporção de negras e negros nas mídias, esse aumento ainda é muito distante de uma representação real relativa à proporção de negros e brancos existentes no país, além disso, é bastante comum que os papéis exercidos por pessoas negras sejam de figurantes ou papéis secundários, quando se analisam os meios de comunicação de massa. O avanço das tecnologias digitais, a globalização e o fácil acesso aos diferentes meios de comunicação fez com que a *internet*, sobretudo as redes sociais, passassem a integrar o dia a dia dos indivíduos, assim fazem parte das relações que se formam, muitas delas, inclusive, são construídas exclusivamente através de meios de comunicação virtuais e, nesse sentido, a internet passa a ser um dos instrumentos de contato e interação (Pereira e Thé, 2019).

> Os meios de comunicação vêm se constituindo em um espaço de interferência e agendamento de políticas do movimento de mulheres negras,

[33] Fala de DePretas no vídeo *Possível TDAH, tratamento com cannabis e padronização das blogueiras*, postado pela *youtuber* em 2023.

> pois a naturalização do racismo e do sexismo na mídia reproduz e cristaliza, sistematicamente, estereótipos e estigmas que prejudicam, em larga escala, a afirmação de identidade racial e o valor social desse grupo. [...] Se partimos do entendimento de que os meios de comunicação não apenas repassam as representações sociais sedimentadas no imaginário social, mas também se instituem como agentes que operam, constroem e reconstroem no interior da sua lógica de produção os sistemas de representação, levamos em conta que eles ocupam posição central na cristalização de imagens e sentidos sobre a mulher negra. Muito tem se falado a respeito das implicações dessas imagens e dos mecanismos capazes de promover deslocamentos para a afirmação positiva desse segmento (Carneiro, 2003, p. 125).

Carneiro (2003) explora a utilização dos meios de comunicação de massa como mecanismos atuantes no processo de perpetuação da estrutura racista presente na sociedade brasileira. A autora não faz sua análise tomando como base a mobilização da *internet* como um dos meios utilizados para esse processo, entretanto, destacamos que assim como nos meios de comunicação de massa tradicionais, como a televisão, nas redes sociais tal cenário se repete. Entretanto, ao abordar a manutenção de estruturas racistas nas redes sociais, o que entra em discussão são os algoritmos, o racismo algorítmico. Este pode ser definido como uma dissimulação do racismo já presente na sociedade, uma forma adaptada ao mundo virtual (Silva, 2020). Assim como o racismo, já explorado ao longo de nossa discussão, o racismo algorítmico atua em caráter sistêmico, apresentando como característica a manutenção de privilégios a determinados grupos, sejam estes relacionados a gênero, raça ou quaisquer outros marcadores.

Silva (2020) define os sistemas de algoritmos como capazes de tomar decisões pelos usuários e sobre os usuários das redes sociais com uma frequência cada vez maior, pois decisões que necessitavam de reflexões humanas, passam a ser feitas de maneira automática. Segundo o autor, esse processo de tomada de decisões e modulações implicam em diferentes níveis de impacto, ocasionando até mesmo a influência de condutas e comportamentos dos usuários, de maneiras que podem ocorrer de forma discreta, mas reproduzem relações de opressão e poder tais como as já existentes na sociedade. Nesse sentido, os algoritmos são desenvolvidos por pessoas, pessoas que transmitem suas perspectivas (mesmo que inconscientemente) aos algoritmos, assim estabelecendo sistemas que “[...] favorecem o treinamento enviesado de sistemas que intensificam discriminações e opressões” (Silva, 2020, p. 124).

Joana Nyland (2023) aponta a importância, ao estudar racismo algorítmico, de compreender a lógica de funcionamento da inteligência artificial, pois esta

> Além de tornar as mídias sociais mais atrativas ao usuário por mostrar o conteúdo exato pelo qual o usuário se interessa, mostra também uma infinidade de anúncios relacionados a seus gostos pessoais. Dessa forma as pessoas passam a consumir mais, gerando assim uma lucratividade ainda maior às indústrias relacionadas com as mídias sociais ou organizações que anunciam nas mídias. Muitas vezes esses anúncios não contemplam em sua totalidade o público fazendo com que determinada informação ou anúncio acabe provocando uma certa segregação do público podendo causar uma certa discriminação involuntária no anúncio (Nyland, 2023, p. 2).

Esse processo é o que se caracteriza como racismo algorítmico, pois se utilizam os algoritmos de modo a reproduzir processos de segregação; a autora pontua como exemplo a utilização de ferramentas de busca para o encontro de “cabelos bonitos” e o resultado refletido em imagens de cabelos lisos (Nyland, 2023). Seguindo, a autora aborda que assim, os algoritmos de pesquisa atuam baseados nas preferências sociais, ao passo que, se está inserida em sociedades racistas, os algoritmos atuam reproduzindo essa mesma lógica. O racismo algorítmico atua, portanto, como uma maneira de discriminar conteúdos digitais produzidos por pessoas negras e consequentemente, disponibilizando uma maior gama de recursos e visibilidade nas redes sociais para pessoas brancas (Nyland, 2023).

Com relação às redes sociais, Génot (2018) expõe a perspectiva de um conjunto de autores, levando a ideia de que essas podem ser percebidas como espaço para o ativismo político, consideram ainda a coexistência dos movimentos no campo virtual e fora dele, considerando a importância das redes sociais, para organização de eventos, movimentos de protesto, entre outros. Ainda segundo o discutido pela autora, a ampliação dessas discussões e movimentos mais autônomos através de redes como o Twitter, retiram de cena a visão dos mediadores tradicionais.

Oliveira (2016) retoma a construção desse vasto acesso às mídias digitais e a década de 1990 com o movimento de popularização da *internet* e maior acesso a computadores de uso individual e coletivo. A inversão das maneiras de divulgação das mensagens, onde não existe mais a hierarquia apresentada pelos meios de comunicação tradicionais (rádio, televisão), faz com que qualquer indivíduo que esteja conectado à rede possa ser, além de receptor, também um emissor de conteúdo; nesse sentido, através do acesso à *internet*, “[...] o público pode ser parte integrante do processo comunicacional” (Oliveira, 2016, p. 814). É nesse processo de inserção do público no processo de produção de conteúdo que diversas páginas surgem,

muitas delas como resistência ao racismo *online* que se reproduz conforme o racismo *offline*.

O racismo, manifestado através dos discursos de ódio, como explorado por Trindade (2022) tem um índice elevado, seja em virtude da distância física ou ainda pela falsa ideia de que manifestações disseminadas através das redes sociais tem a garantia de anonimato, em grande medida devido a legislações omissas em casos de crimes praticados *online* (Nyland, 2023). Silva (2022) corrobora tal perspectiva ao evidenciar que as redes sociais funcionam como um espelho da sociedade *offline* e, consequentemente, o comportamento demonstrado nas redes sociais reproduz o mesmo adotado no dia a dia. O autor enfatiza ainda, assim como Trindade (2022) e Nyland (2023), que as redes sociais implicam em possibilidades de massificação do ódio através de agressões discursivas que, eventualmente, evoluem para agressões materiais e passam por um processo de intensificação pautada em crenças de uma possibilidade de anonimato.

Destacamos que, a proliferação de discursos de ódio, sejam eles racistas ou outras formas de agressão, são processos conscientes e que, frequentemente, são realizados a partir de iniciativas individuais (Trindade, 2022). O autor destaca ainda o alto índice de ataques a mulheres negras, evidenciando que elas são as maiores vítimas de discursos de ódio de cunho racista nas redes sociais. O que convém abordarmos aqui são as formas de dissimulação do racismo que ultrapassam as manifestações individuais e desenvolvidas com o objetivo de atacar pessoas negras, ou seja, o racismo algorítmico.

Voltaremos, inicialmente, a um conceito brevemente explorado no item anterior: os algoritmos. Podemos defini-los como “[...] sistematizações de procedimentos encadeados de forma lógica para realizar tarefas em um espaço computacional” (Silva, 2022, p. 60). Além disso, “Algoritmos medeiam quais sujeitos são ou não inclusos, como são ordenados, suas hierarquias de valor ante os objetos e o capital e também situações em que vidas são consideradas descartáveis” (Silva, 2022, p. 66). Em outras palavras, os algoritmos, são um instrumento para que o processo de aprendizagem da máquina possibilite que filtros definam o que vai ser exposto aos usuários como tendências.

Machine learning é a denominação utilizada para o processo que consiste na inteligência artificial incorporada às máquinas visando o aprendizado do comportamento humano, para replicá-lo. O *machine learning* age buscando padrões

que gerem engajamento nas interações do usuário, criando padrões para unir usuários que gerem engajamento a produtos lucrativos tanto para o usuário, quanto para a plataforma a que está vinculado (Nyland, 2023). Observamos, portanto, que se o algoritmo busca o aprendizado do comportamento humano e percebe nas características de sociabilidade dos usuários movimentos discriminatórios com base na cor da pele, tal comportamento é reproduzido na apresentação de conteúdos *online* (Nyland, 2023).

Desse modo, "[...] as abordagens conexionistas focam no aspecto correlacional dos dados para realizar os cálculos, frequentemente em direção a categorias de tomada de decisão e desenhos preditivos, como ranking de currículos, escores de risco, identificação de características biométricas" (Silva, 2022, p. 62). Vale destacar ainda que a visão transferida no processo de programação dos algoritmos é a comercial, assim um dos pontos desse processo de programação é a busca por uma rentabilidade cada vez maior (Nyland, 2023). A autora destaca ainda que as grandes fortunas concentram-se, em sua grande maioria, nas pessoas brancas, portanto o foco da programação passa a ser a população branca, inserindo o comportamento racista nas sociabilidades digitais.

Ou seja, os algoritmos privilegiam as partes histórico-sociais que dispõe mais recursos, seja através do direcionamento de conteúdos a esse público, seja através de definições realizadas com base nas preferências de tais indivíduos. Outra possibilidade a se considerar é que quem faz o processo de programação e define os caminhos viáveis de aprendizado das máquinas, também são pessoas que pertencem aos grupos socialmente privilegiados (Noble, 2021). Assim, cabe direcionarmos o olhar as questões que surgem como problemáticas diante do racismo algorítmico (Silva, 2022), ou ainda do que pode ser denominado como algoritmos da opressão (Noble, 2021), pois como pontua a autora, as discriminações que ocorrem no ambiente digital, assim como fora dele, não partem exclusivamente de questões pautadas na raça, mas outros marcadores podem ser mobilizados.

O racismo algorítmico pode ser definido "[...] como o modo pelo qual a disposição de tecnologias e imaginários sociotécnicos em um mundo moldado pela supremacia branca realiza a ordenação algorítmica racializada de classificação social, recursos e violência em detrimento de grupos minorizados" (Silva, 2022, p. 66). Valentina Fonseca da Luz (2023) destaca ainda que o racismo algorítmico objetiva a manutenção do sistema que privilegia econômica, política e culturalmente pessoas

brancas também nos ambientes digitais. Ou seja, o processo de aprendizado da máquina é mobilizado para que padrões sociais sejam reproduzidos também nas sociabilidades mediadas pela *internet* (Luz, 2023).

Processos de "[...] omissão de pessoas racializadas em sites e apps, suposição de criminalidade em dispositivos de videomonitoramento, violações de privacidade de dados, invisibilização em ferramentas de reconhecimento facial, não banimento de discursos supremacistas brancos" (Luz, 2023, p. 12) são algumas das formas de atuação do racismo algorítmico. Além disso, plataformas digitais visam a obtenção de lucro e é diante disso que Collins e Bilge enfatizam a necessidade de observar "[...] como os algoritmos de buscadores como o Google moldam as opressões interseccionais e como aplicativos digitais discriminatórios ampliam a supremacia branca" (Collins e Bilge, 2021, p. 146).

Destacamos ainda, enfatizando a necessidade de uma observação crítica, tanto dos buscadores quanto das redes sociais, que

> Embora se possa acreditar que a busca em um mecanismo de pesquisa irá apresentar a informação mais relevante e, portanto, mais útil, a busca na verdade é condicionada por uma matriz de formas pelas quais páginas estão linkadas entre si e indexadas na internet. Tornar conteúdo na web (páginas) localizável através de mecanismos de busca é um projeto expressamente social, econômico e humano que diversos estudiosos já detalham. Esse processo é entregue aos usuários mediante uma série de passos (algoritmos) implementados no código de programação e então naturalizados como "objetivos". Uma das razões pelas quais isso é visto como um processo neutro é porque soluções algorítmicas, científicas e matemáticas são avaliadas por práticas procedimentais e mecanicistas, que nesse caso incluem rastrear hyperlinks entre páginas (Noble, 2021, p. 74 - 75).

Ou seja, quando direcionamos o olhar às mobilizações negras, sejam informativas, de novas existências e/ou afirmação da identidade, é importante atentarmos ao fato de que mulheres negras, como no caso aqui exposto, e grupos marginalizados de maneira geral, passam por processo de invisibilização nas redes sociais.

> Outra consequência do racismo algorítmico é a invisibilidade do trabalho de pessoas negras, indígenas e não brancas na internet. Existem muitas pessoas negras que produzem conteúdo de qualidade e que interessaria ao usuário, porém são boicotadas por algumas plataformas de mídia social. As plataformas com esse tipo de conduta deveriam rever o que vem se mostrando como referência in loco da rede para que se haja engajamento. Ou seja, distinguir esse tipo de comportamento racista e extirpá-lo da rede para que não se propague o preconceito e a falta de oportunidade a uma determinada raça (Nyland, 2023, p. 5).

É possível afirmarmos que “Desigualdades estruturais da sociedade estão sendo reproduzidas na internet” (Noble, 2021, p. 113), pois muito além de perspectivas que vão discutir a invisibilização de conteúdos produzidos por pessoas negras na *internet*, o racismo algorítmico é responsável por auxiliar no processo de reprodução de um problema histórico: o encarceramento em massa de pessoas negras (Silva, 2022). O autor destaca o processo de dissimulação do racismo historicamente presente nas atividades policiais, expresso nas prisões em números elevados de pessoas negras, através da implementação de sistemas de videomonitoramento em diversas cidades do país[34].

As decisões de quais indivíduos são suspeitos ou ainda, efetivamente criminosos, faz com que processos de “[...] decisões automatizadas sobre indivíduos e grupos a partir de aprendizado de máquina intensificam as tendências de apagamento e opacidade das desigualdades” (Silva, 2022, p. 104). Esse processo se concretiza, pois há, no senso comum, a perspectiva de que os algoritmos, por serem desenvolvidos a partir de combinações numéricas, são, consequentemente, elementos neutros, incapazes de corroborarem formas de agir racistas ou quaisquer outras formas de discriminação.

Retomamos a perspectiva de Collins e Bilge (2021) que enfatizam que mulheres negras estão, frequentemente, suscetíveis às relações interseccionais de poder, pois além de vivenciarem os processos de discriminação do racismo, estão expostas também ao sexismo e quaisquer outras formas de discriminação que possam incidir sobre suas individualidades. Através do avanço nas discussões sobre relações interseccionais de poder e as dissimulações desses processos diante das novas sociabilidades, foi possível expor

> [...] as diversas maneiras pelas quais o abuso digital se imbui de relações de poder interseccionais: não são apenas aquelas pessoas que são alvo frequente de abuso digital que estão na interseção entre várias formas de opressão, como racismo, sexismo e transfobia; os próprios autores podem ser agressores interseccionais – por exemplo, misóginos que também são abusadores domésticos e/ou racistas de extrema direita. Há interseções significativas entre a violência digital antifeminista e a racista: ativistas

[34] Cabe destacar o projeto *Smart* Sampa, que apresenta um projeto onde cerca de 20.000 câmeras serão instaladas na cidade de São Paulo, até o ano de 2024. O projeto previa, ainda antes de sua instalação, a possibilidade de ampliação para que até 40.000 sejam instaladas. O que cabe destacar diante do projeto são os altos índices de prisões indevidas, pois cerca de 90% das prisões efetuadas através de sistemas de videomonitoramento implementados no país são de pessoas negras. Do total de pessoas negras presas, mais de 80% são prisões de pessoas erradas, muitas delas nunca tiveram qualquer passagem pela polícia anteriormente (Oliveira e Spolle, 2023).

> antifeministas e de extrema direita combatem o suposto declínio da masculinidade (branca) e da civilização ocidental e atribuem a culpa desse suposto declínio às mulheres, às minorias étnicas e raciais e à esquerda (Collins e Bilge, 2021, p. 153).

Ao direcionarmos o olhar especificamente às mulheres negras, utilizando a discussão de Noble (2021), ao expor como o Google fomenta e lucra com o racismo, observamos que as imagens de controle (Collins, 2019) operam também no ambiente digital, através dos processos de hipersexualização de mulheres negras, bem como de associações depreciativas que acontecem nos sites de busca. A autora pontua que ao utilizar o Google, um dos buscadores mais recorrentes globalmente, entre os anos de 2011 e 2012, com o intuito de encontrar atividades que pudessem interessar suas sobrinhas adolescentes, digitando as palavras “meninas negras” tinha retorno de sites de pornografia. Tais processos, além de demonstrarem efetivamente a aplicação das imagens de controle nos buscadores, faz com que se construa a concepção de que tais resultados são apresentados porque condizem com as buscas mais comuns com relação a mulheres negras na *internet*, pois buscadores como o Google tem um alto índice de credibilidade por parte dos usuários. Nesse sentido, é importante salientarmos que

> Na realidade, monopólios de informação como o Google têm a capacidade de priorizar resultados de buscas na internet com base em uma variedade de tópicos, como promover seus próprios interesses mercadológicos sobre os de competidores ou empresas menores que são clientes de publicidade menos lucrativos do que as grandes corporações multinacionais (Noble, 2021, p. 46 - 47).

Assim, a autora corrobora a perspectiva de que as tecnologias digitais não são neutras e explora o conceito de algoritmos da opressão. Conceito que pode ser definido como a capacidade que existe de que através dos algoritmos os processos de opressão já presentes na sociedade se dissimulem e continuem a atuar de maneira inalterada (Noble, 2021). Importante considerarmos ainda que “Tornar conteúdo na web (páginas) localizável através de mecanismos de busca é um projeto expressamente social, econômico e humano” (Noble, 2021, p. 74) e mais: que “[...] uma das razões pelas quais isso é visto como um processo neutro é porque soluções algorítmicas, científicas e matemáticas são avaliadas por práticas procedimentais e mecanicistas” (Noble, 2021, p. 75). Entretanto, lembramos mais uma vez, ainda que compostos por procedimentos mecânicos e pautados em fórmulas, os algoritmos são desenvolvidos por indivíduos socialmente situados.

A autora destaca ainda que

> Em vez de asseverar que resultados problemáticos ou racistas são impossíveis de corrigir, de maneira como o aviso do Google sugere, eu creio que um olhar feminista, associado a consciência racial sobre aspectos interseccionais de identidade, oferece um novo campo de interpretações para compreender as implicações de tais posições problemáticas sobre a instrumentalização benigna de tecnologias. Os meios de saber de feministas negras, por exemplo, podem observar buscas sobre termos como “meninas negras” e trazer à tona evidências sobre as tendências históricas de má representação de mulheres negras na mídia (Noble, 2021, p. 63).

Voltando nosso olhar novamente às *youtubers* negras, especialmente a Xongani e DePretas, podemos afirmar que elas, sendo mulheres negras que compartilham suas vivências e expõem suas perspectivas de maneira crítica na internet, estão suscetíveis a diversas formas de discriminação, sejam estas em formas de discurso de ódio ou via atuação dos algoritmos da opressão e do racismo algorítmico. Ao discutir, por exemplo, quais são os vídeos que tiveram maior repercussão na *internet*, Xongani expõe em sua fala que são os vídeos onde compartilha situações de sofrimento enquanto uma mulher negra, seja através de racismo, sexismo ou outras manifestações, os que têm maior repercussão na *internet*.

> Eu acho que quando você compartilha alguma coisa, diz muito sobre quem você é. E não diz só pro mundo não, diz pra você mesmo, que é o mais importante, na minha opinião. Vocês sabem que eu carrego uma *little* frustração de que todos os vídeos, ou pelo menos a maior parte deles, são vídeos onde eu estou sofrendo muito, ou sofrendo racismo, ou chorando muito, ou sofrendo racismo somado ao colorismo. E isso já compartilhei com vocês em vários posts lá no Instagram, pensando que eu tenho, sei lá, 300 vídeos pensando em construção, novas formas de pensar, diálogos, autoestima, combate ao racismo, antirracismo, sobrevivência ao racismo, mas geralmente as coisas que viralizam é dor e sofrimento. Claro que isso não é só sobre mim. [...] Não são coisas da *internet*, são coisas da nossa vida social. E vida social tá na *internet* e fora dela (Xongani, 2020 - subversão - Vídeo: Vídeo viral e você, tudo a ver).

Ou seja, conteúdos que reproduzem e retomam as imagens de controle e/ou se referem a processos de discriminação, segregação e opressão de uma mulher negra detém mais espaço na *internet* do que discussões sobre ancestralidade, autoestima e formas de reduzir as implicações do racismo. Aqui, podemos retomar uma perspectiva que delineamos ainda no primeiro capítulo, ao discutir as marcas que o processo de genocídio negro e tentativa de embranquecimento da população deixaram na sociedade (Munanga, 2019). Pois, a *internet* é um dos instrumentos disponíveis hoje para que processos de resistência às imagens de controle e

autodefinição sejam uma possibilidade (Collins, 2019).

Por outro lado, assim como existem dissimulações do racismo, resultando em algoritmos da opressão e racismo algorítmico, processos de reprodução da negação da raça, buscando um processo de aproximação do ideal de embranquecimento, também podem ser reproduzidos (Souza, 2021). É nesse sentido que DePretas destaca que

> A gente fala muito sobre o impacto do racismo e da estrutura da nossa sociedade que nos afetou de várias formas. [...] O auto-ódio vem sendo discutido por homens e mulheres negras dentro dos movimentos desde a década de 60, mas ainda hoje, em 2022, a gente reconhece a importância de falar sobre isso (DePretas, 2020 - subversão - Vídeo: Lancei um livro! Venha conhecer o Cartografia dos Afetos!).

É a partir de discussões como as estabelecidas por Ana Paula Xongani e Gabi Oliveira que podemos destacar a centralidade de que mulheres negras e pessoas marginalizadas de modo geral, detenham atenção ao utilizarem a *internet*. Como pontua Noble (2021, p. 54 - 55)

> [...] é importante para as pessoas, particularmente as marginalizadas - como mulheres e meninas e pessoas não brancas -, serem críticas de resultados que se propõem a representá-las nos primeiros dez ou vinte resultados de um mecanismo de busca comercial. Essas pessoas não têm o capital econômico, político e social para suportar as consequências da má representatividade. Se alguém detém grande quantidade de poder, é possível suportar ou amenizar a má representatividade em nível de grupo e com frequência até em um nível individual. Já pessoas marginalizadas e oprimidas estão vinculadas ao status de seu grupo e é menos provável que lhes sejam concedidos um status individual e proteção contra as experiências dos grupos com os quais se identificam.

A discussão sobre algoritmos da opressão e racismo algorítmico passa, muitas vezes, sem que seja evidenciada, principalmente no que se refere às técnicas para se afastar desses mecanismos de opressão, pois as formas de atuação e as dissimulações do racismo nesses ambientes tem como uma de suas características marcantes a opacidade (Silva, 2022). Além da dificuldade em detectar determinados padrões, surgem também discussões a respeito de quem deve, efetivamente, ser responsabilizado por sistemas que apresentem “falhas” raciais.

Compreender algumas das dinâmicas da composição social da sociedade enquanto formada com base no racismo, como desenvolvemos nos capítulos anteriores e a compreensão dos padrões de dissimulação que levam o racismo a atuar também nas redes sociais se faz necessário para podermos compreender que discutir

sobre *youtubers* negras, as afirmações de identidade negra e as novas práticas de existência mobilizados por elas, versam também sobre muitas outras mulheres. Para nos aproximarmos um pouco mais das *youtubers,* nos aprofundarmos na metodologia aplicada e na análise dos vídeos, convidamos a leitora e o leitor a nos acompanharem.

6. Afirmando identidades e construindo novas existências: Ana Paula Xongani e Gabi Oliveira

A trajetória de Ana Paula Xongani, a Xongani, como é chamada por muitas das pessoas que acompanham suas redes sociais e a história de Gabi Oliveira, ou DePretas, o nome que iniciou sua trajetória no YouTube e ainda faz parte da identificação da *youtuber* trazem pontos convergentes com as histórias de muitas outras mulheres negras. Neste capítulo nos aprofundamos na história e em algumas características que marcam a individualidade e o pertencimento coletivo dessas mulheres, além disso, aprofundamos o olhar à análise desenvolvida ao longo de nossa discussão e expressamos ainda alguns dados relevantes que fazem de Xongani e DePretas uma possibilidade de identificação com a negritude para outras mulheres negras.

6.1. "Você tá preparado pra ver beleza em uma mulher preta?[35]": conhecendo as youtubers

> Esse canal teve muitas transformações, no começo eu queria fazer os vídeos o mais leve possível. Meu sonho era fazer vídeo de maquiagem, vídeo de look, falar sobre moda, mas logo eu entendi que o racismo ainda não possibilitava esse lugar. Entendi que a gente precisava construir esse espaço, então eu, junto com várias outras criadoras, começamos a falar muito sobre racismo, sobre violências raciais e pautas raciais aqui no YouTube.
> (Ana Paula Xongani)

Iniciamos aqui através do percurso que nos levou até os perfis de Xongani e DePretas. No *software YouTube Data Tools*, empregamos os seguintes termos: mulher negra, mulher preta e raça e gênero. Também efetuamos buscas com os seguintes termos: negritude e identidade negra. Entretanto, os resultados obtidos foram descartados por trazerem como retorno, no primeiro caso, resultados, em sua expressiva maioria, referentes ao grupo musical que carrega no nome o termo e no

[35] Frase mobilizada por Ana Paula Xongani no vídeo *Existência*, postado em 2020.

segundo caso, os resultados levavam, majoritariamente, a canais que abordam futebol e identificam-se como rubro-negros.

As buscas na plataforma ocorreram entre os dias 18 e 20 de setembro de 2023, buscando levantar listas, a partir dos termos empregados, com 50 canais cada uma delas. Os dados aplicados para busca consistiram em canais que tiveram sua criação antes do ano de 2020 e conforme a relevância dos mesmos. Destacamos que, com relação à relevância dos canais, as métricas de definição são as do YouTube, visto que o *software* utilizado apenas sistematiza os dados coletados no site. Ou seja, o sistema algorítmico que determina a relevância dos canais é o do YouTube e não o do conjunto de ferramentas disponíveis no *YouTube Data Tools*.

Como resultados, a partir dos marcadores já expostos, obtivemos 150 canais do YouTube, sendo que parte significativa deles possuía no nome do canal ou na descrição os termos utilizados como elementos-chave. Em processo subsequente, realizamos três etapas de filtragem quantitativas, sendo elas as seguintes: 1) acesso a cada um dos canais e exclusão daqueles que não estavam ativos, o que resultou em 44 canais. 2) Exclusão dos canais institucionais, musicais, de organizações não governamentais, grupos acadêmicos e canais que tratavam exclusivamente de um único tema, resultando assim em 17 canais. 3) Nessa etapa nos deparamos com alguns canais em duplicidade e consideramos apenas uma das aparições. Além disso, foi realizada uma filtragem com base no número de inscritos no canal, desconsiderados para análise aqueles que tivessem número inferior a 5.000 inscritos.

Diante das etapas quantitativas aplicadas, obtivemos como resultado 9 canais, listados abaixo:

Canal	Ano de Criação	Número de Inscritos	Descrição
Gabi Oliveira	2015	663 mil	Gabi Oliveira é comunicadora social e criadora de conteúdo para internet, atualmente reúne um público de seguidores virtuais em suas redes de aproximadamente 1 milhão de pessoas, sendo um dos canais participantes do programa Creators For Change, da Google. É também parceira-colaboradora da Avaaz na luta contra a desinformação no Brasil e colaboradora de uma das campanhas da ONU Brasil. Ela já palestrou no Brazil Conference na Universidade de Harvard, pontuando a importância do ativismo digital. Além

Canal	Ano de Criação	Número de Inscritos	Descrição
			disso, sua palestra no TEDx intitulada “Um novo olhar sobre a pessoa negra; novas narrativas importam” já conta com mais de 200 mil visualizações na plataforma Youtube.
Papo de Preta	2015	193 mil	O canal Papo de Preta existe para dar vez e voz a mulher negra! Cultura pop, cotidiano, beleza, sociedade... Tudo comentado com o olhar de duas mulheres negras. Representatividade! Isto define nosso canal. Seja bem-vinda(o)!
Patrícia Avelino - Beleza Negra	2010	100 mil	Olá! Esse é o canal Patrícia Avelino, 100% voltado a valorização da beleza da mulher negra. Aqui você encontra tudo sobre cabelo crespo, maquiagem, resenhas e muito mais. Quer se manter atualizada no nosso conteúdo? Inscreva-se!
Ana Paula Xongani	2012	96,3 mil	Por aqui, proponho conversas gostosinhas pra falar com leveza e responsabilidade sobre temas sempre importantes e urgentes para que todo mundo junto construa um mundo mais justo e acolhedor para todas as pessoas, especialmente para as mulheres pretas. Ativismo afetivo, como costumo dizer.
Preta Araújo	2013	89,3 mil	Canal pra pensar na vida, compartilhar experiências, dar risada e aprender (ou não rs) seja bem vinde ao canal Preta Araújo :) você me encontra como @pretaraujo em todas redes sociais
Rosajorosa	2010	70,5 mil	Canal sobre estética negra e empoderamento da mulher negra. Dicas de maquiaguem, cuidados com os cabelos e autoestima email: rosepoxto@hotmail.com
Nathalia Braga	2010	15,7 mil	
Opinião da preta - by Ruth Lopes	2017	10,4 mil	OPINO SOBRE TUDO,SEMPRE COM O OLHAR DE UMA MULHER PRETA , 40 + QUE É QUEM EU SOU .
Impressões de Maria	2011	9,34 mil	Este canal é uma extensão do blog Impressões de Maria, que é um blog que existe desde 2013 e desde então apresenta resenhas de livros, filmes, relatos sobre eventos, e tem se estabelecido como uma referência no que concerne à indicações livros, principalmente de Literatura Negra, com um recorte de raça e gênero.

Tabela 2 - Canais analisados qualitativamente

As etapas subsequentes e que levaram a definição de quais *youtubers* teriam seus canais analisados consistiu no acesso e análise de cada um dos canais,

observando os seguintes itens: a) diversificação dos temas abordados, b) periodicidade das postagens e c) aproximação de temáticas que versam, em alguma medida, sobre gênero e raça. Assim, os canais de Ana Paula Xongani e Gabi Oliveira foram os que se mostraram adequados ao recorte da pesquisa.

O canal *Papo de Preta*, expõe ainda em sua descrição o objetivo de “dar vez e voz a mulher negra”, explorando discussões que se alinham à proposta de pesquisa, conduzido inicialmente por Maristela e Natália, entretanto no ano de 2022 Natália faleceu. Em consequência, o canal passou a ter postagens trimestrais, deixando um longo período do recorte estabelecido por nós sem conteúdo para ser analisado. Ao direcionarmos o olhar para o canal *Patrícia Avelino - Beleza Negra*, observamos que no período definido como intervalo a ser analisado, os vídeos compartilhados pela youtuber se relacionam, quase que exclusivamente, com cuidados para os cabelos crespos, não conferindo diversidade de temas.

Preta Araújo compartilha vídeos onde traz sua opinião sobre assuntos diversos, perpassando temáticas que atravessam mulheres negras de maneira geral, ainda assim o canal não pode ser incluído na análise devido aos longos períodos sem publicação dentro do recorte estabelecido, que em determinados períodos chega há oito meses consecutivos sem publicações. O canal *Rosajorosa*, tal como o conduzido por Patrícia Avelino, apresenta como foco os cuidados estéticos com os cabelos crespos, não explorando temas diversos.

O canal conduzido por *Nathalia Braga* apresenta como tema central discussões sobre sexualidade, com pouca ênfase em questões que perpassam a raça, ou identidade racial. Além disso, o canal passou por alguns períodos onde as postagens de vídeos não aconteceram. *Opinião da preta - by Ruth Lopes* é o espaço onde a *youtuber* compartilha opiniões sobre assuntos diversos, considerando o olhar de uma mulher negra, o que desqualifica o canal ao recorte de pesquisa é o período de sete meses sem nenhuma postagem. Por fim, no canal *Impressões de Maria*, a youtuber aborda discussões que incluem gênero e raça, entretanto com foco exclusivo na literatura.

Gabi Oliveira pontua, ao falar sobre as implicações de seu trabalho e corroborando a perspectiva de Xongani que um dos principais objetivos é

> [...] naturalizar a vivência de mulheres negras e nós fazemos de tudo (DePretas, 2020 - subversão - Vídeo: Vamos falar sobre Lívia Zaruty).

Ana Paula Xongani, busca transformar temas sérios e do cotidiano de mulheres negras em “conversas gostosinhas”, evidenciando as potencialidades e diversidade da vivência negra, seja compartilhando suas vivências pessoais ou abordando temáticas que perpassam o cotidiano de grande parte da população negra. Gabi Oliveira, ou como chamada por alguns dos inscritos no seu canal: DePretas, apresenta uma abordagem que se altera ao longo dos anos de análise, fazendo com que os vídeos críticos correspondam aos momentos de vida da *youtuber*. Para desenvolvermos as análises, duas categorias foram mobilizadas: autodefinição e subversão. Categorias definidas a partir da teoria mobilizada que versa sobre as temáticas de racismo, imagens de controle e processos de construção de resistência através do amor à negritude.

A categoria **autodefinição** se refere ao conjunto de vídeos que fazem referência às formas de definição das próprias *youtubers*, suas identificações (Hall, 2019). Reunimos, portanto, vídeos onde DePretas e Xongani compartilham suas vivências pessoais, assim para a análise dessa categoria as seguintes subcategorias foram delineadas: **cabelo, maternidade/ancestralidade e autoestima**. Nessa categoria reunimos vídeos onde as *youtubers* refletem sobre os processos que as tornaram negras.

Na categoria **subversão** foram reunidos vídeos que pensam nos processos de resistir às imagens de controle estabelecidas sobre (e para) pessoas negras no geral e mulheres negras em particular, a partir de discussões que expõem como objetivo o processo de influenciar, sem partir da individualidade das *youtubers*. Nessa categoria são reunidos os vídeos que trazem como proposta a subversão de imaginários sociais pautados na branquitude, pensando em novas formas de existência. Assim, para direcionar o olhar a essa categoria, as seguintes subcategorias foram definidas: **antirracismo, política/informação e cultura**. Cabe salientarmos ainda que foram acompanhados, entre o período de 20 de janeiro de 2020 e 05 de maio de 2023, 182 vídeos.

Assim, através do recorte de análise e temporal estabelecido por nós, tivemos acesso aos conteúdos produzidos e compartilhados por duas mulheres que têm pontos convergentes nos processos de afirmação de sua identidade negra, bem como apresentam formas de subverter as construções hegemônicas, os padrões da branquitude e constroem para si, e para quem as acompanha, novas formas de existência. Xongani e DePretas são ambas mulheres negras, pretas de pele retinta

que, apenas por ocuparem um espaço onde mulheres com o tom de pele delas era raridade, já utilizam a *internet* como um espaço de subversão aos padrões hegemônicos impostos pela branquitude e tornam as construções de novas formas existências possíveis.

Relembramos que os vídeos acompanhados se referem ao período que a pandemia de COVID-19 foi considerada como emergência de saúde pública de importância internacional. Tal recorte se justifica pelo aceleramento de um processo já em desenvolvimento: a imersão em redes sociais e a incorporação da inteligência artificial e das possibilidades disponibilizadas pela internet para realização de atividades de trabalho, estudo, lazer, entre outras. Com relação ao período de acompanhamento dos vídeos, foi possível detectar que ambos os canais passam por uma oscilação no número de visualização dos vídeos, consoante aos processos de ampliação e flexibilização das medidas de distanciamento social.

A etnografia de tela (Rial, 2004), como já evidenciamos, foi aplicada para a análise dos vídeos, sendo importante ressaltarmos que, como pontua a autora, tal metodologia parte de uma perspectiva foucaultiana, onde compreende-se "[...] que os discursos não são apenas textos, mas práticas sociais, muitas destas análises apontaram para o poder da mídia em desencadear fenômenos sociais e estabelecer ou modificar estereótipos" (Rial, 2004, p. 13). Utilizando a etnografia de tela, podemos direcionar o olhar aos contextos e as mensagens que querem ser transmitidas através das falas das *youtubers*, sem que haja necessidade de nos determos, necessariamente, a padrões de repetição de cada expressão, por exemplo. Antes de direcionarmos o olhar aos conteúdos dos vídeos, direcionaremos atenção a algumas especificidades de Xongani e DePretas.

Ana Paula Xongani é uma mulher negra, de pele retinta e que se declara como preta. Hoje, aos 35 anos, se define como uma mulher potente. Expõe que teve sua trajetória marcada por mulheres que foram (e ainda são) ativistas, que participavam e, consequentemente, apresentaram a ela movimentos e iniciativas pessoais que "[...] tinham o objetivo de fortalecer os caminhos de existência da população negra" (Ana Paula Xongani, s. a., s. p.).

A *youtuber* alega que a afirmação de sua identidade como mulher negra, como mulher preta, iniciou-se ainda na infância, observando outras mulheres como ela lutarem em prol da conquista de direitos da população negra. Processo que se desdobrou ao longo da história de Xongani e em 2008, ao realizar viagem para

Moçambique, teve contato com uma diversidade de cores e formas possibilitadas pelos tecidos que se deparava, descobriu que em uma das línguas faladas no país, changana, xongani é um sinônimo de “enfeite-se”, “fique bonita”. Dessa descoberta teve origem uma das múltiplas atividades que Xongani desenvolve, além de ser criadora de conteúdo para as redes sociais[36]: o Ateliê Xongani. Criado em parceria com sua mãe, Cristina Mendonça, o ateliê segue em atividade há mais de 10 anos e visa ser um “[...] negócio de exercício e compartilhamento de criatividade, saberes, propósito e fortalecimento de identidade” (Ana Paula Xongani, s. a., s. p.).

Visando uma conexão com suas origens e, também, como um ato de autodefinição e resistência aos processos de colonização que ainda expõe suas marcas no cenário brasileiro, Ana Paula deixou de utilizar seu sobrenome[37] e o substituiu por Xongani. A *youtuber* conta que aquilo que iniciou como um ato de resistência e busca por ancestralidade, se transformou em uma identidade, enfatizando que hoje muitas pessoas a chamam apenas pelo sobrenome que adotou: Xongani. A marca criada por mãe e filha foi desenvolvida para valorizar a diversidade de corpos que se expressa na feminilidade negra (Ana Paula Xongani, s. a.). O canal no YouTube, que aqui exploramos como parte da nossa análise, em conjunto com outras redes sociais, foi criado para ampliar a divulgação do trabalho desenvolvido pelo ateliê, entretanto houve a necessidade, a partir das demandas de quem acompanhava Xongani, por mais. Assim, hoje, o canal aborda temas como “*Lifestyle*, autocuidado, questões raciais e de gênero, maternidade” (Ana Paula Xongani, s. a., s. p.).

Xongani se define como multi-empresária, atua como administradora de empresas e também na área de comunicação, já desenvolveu trabalhos para grandes marcas, sejam elas de tecnologia, beleza e ainda voltadas à linha de alimentação. Seus direcionamentos são a moda e comunicação. E é justamente através da comunicação que o canal no YouTube pode ser destacado, pois além de ter como objetivo o registro da pluralidade da mulher negra, é também uma possibilidade de

[36] Xongani cria conteúdo e compartilha em várias redes sociais, tem atualmente exercido atividades de maneira mais sistemática e frequente no Instagram, onde produz vídeos curtos que versam, em sua maioria, sobre racismo, sexismo, colorismo e formas de identificação pessoal e coletiva.

[37] Visando evidenciar a potência dos processos de identificação mobilizados por Ana Paula ao incorporar o sobrenome Xongani como parte de sua identidade, não iremos expor nessa discussão o sobrenome de origem da *youtuber*.

construir um espaço onde sua filha, Ayoluwa[38], possa encontrar referências como ela na plataforma (Ana Paula Xongani, s. a.).

> A criação de conteúdo de Ana Paula Xongani se relaciona diretamente com criar uma "cartografia preta" na internet. Através do registro de si, e de tantas mulheres como ela, o conteúdo que produz é também sobre ocupar espaços, falando de tudo o que atravessa existências, alimenta o bem viver e fortalece a autoestima. Partindo dos tutoriais que ensinavam a usar as roupas e acessórios do Ateliê Xongani, Ana Paula Xongani já realizou grandes feitos, sendo um dos mais queridos o minidoc "Por que precisamos voltar à escola", a convite da Obama Foundation e YouTube. Suas plataformas equilibram beleza, inspiração e militância, boa parte do que constitui sua personalidade, com os trabalhos que já realizou para mais de 40 marcas, sempre com o cuidado e atenção de expandir olhares sobre a vida de corpos como os dela. Já fez de tudo junto com sua audiência, os Xongs: leu livros e HQs, foi ao teatro, tomou vinho, se divertiu com a família, entrevistou diferentes pessoas para conhecer suas histórias de vida, cuidou da casa, de si, e muito mais (Ana Paula Xongani, s. a., s. p.).

Com abordagem de temas diversos, Xongani possibilita que a existência de mulheres negras seja observada com mais naturalidade, sem destacar apenas temas de sofrimento, discriminação e opressão. A *youtuber* destaca também as alegrias e os aprendizados que fizeram com que a construção da mulher que Xongani é hoje fosse desenvolvida. Construção que, como pontua a *youtuber*, se altera ao longo de sua trajetória e das pessoas que compõem com ela sua trajetória.

Na atividade de apresentadora, Xongani conheceu lugares, pessoas e histórias, seja na televisão, na *internet* ou através da participação em *podcasts*, possibilidades de impactar e ser impactada a partir de outras pessoas, outras vivências e trocas são mobilizadas. A *youtuber* destaca ao longo de seus vídeos que o processo de influenciar não é apenas de quem produz conteúdo, mas de quem consome, compartilha e deixa seus comentários também, pois grande parte das interações entre os Xongs[39], são acompanhados pela *youtuber*. O acompanhamento dessas interações é responsável tanto por contribuir na definição dos próximos temas abordados no canal quanto por fornecerem possibilidades de conteúdos e locais para que Ana Paula

[38] Em iorubá, Ayo significa alegria, enquanto Ayoluwa pode ser traduzido como: a alegria da nossa família.

[39] Como são chamados os seguidores de Ana Paula Xongani, seja no YouTube, no Twitter ou no Instagram. A denominação foi definida através de uma votação realizada nas redes sociais, onde os próprios Xongs votaram para definir como seriam chamados.

conheça.

Outro desdobramento da carreira de Xongani é o espaço ocupado como colunista no *site* da Uol, onde há um olhar com ênfase em discussões sobre moda, entretanto uma moda pensada a partir de subjetividades negras, considerando a multiplicidade de corpos, de personalidades. A *youtuber* problematiza a pouca representatividade nos espaços voltados à moda e evidencia projetos que destacam a beleza negra, a criatividade e a produção negra. A coluna conduzida pode ser definida como “Um espaço dedicado a lançar novos e diversos holofotes para a relação da moda e da indústria da beleza com o comportamento social direcionado aos corpos ‘não padrão’, dissidentes” (Ana Paula Xongani, s. a., s. p.).

A multiplicidade de Xongani e a presença em empresas de diferentes segmentos possibilitou que convites para compartilhar suas perspectivas em palestras fossem (e sejam) parte de sua trajetória, como destaca a *youtuber*. Com destaque ao período posterior a 2020, a *youtuber alega que* passou a ocupar mais espaços como palestrante e apresentadora de eventos. Esse trabalho, em conjunto com os outros desenvolvidos por Xongani resultaram na criação de um curso, denominado Impacto Xongani que, consoante a definição exposta no site de Xongani é voltada para “[...] para empreendedores e criadores de conteúdo que querem ter – ou ser – uma marca impossível de ser ignorada a partir da própria história” (Ana Paula Xongani, s. a., s. p.).

Apresentando como lema que acompanha todas as páginas acessadas do site e também assunto abordado em diferentes momentos nos vídeos compartilhados no YouTube, Xongani destaca necessário “Para além de resistir, existir”. Entre momentos de resistência e novas existências, observamos uma ampla gama de vídeos que se alinham a categoria por nós definida como **subversão**, onde mais que compartilhar experiências pessoais, Xongani levanta discussões e sentimentos que perpassam a vivência de grande parte das mulheres negras em algum momento de suas vidas, compartilha novas formas de pensar, formas que subvertem perspectivas alinhadas ao pensamento hegemônico.

A **autodefinição**, categoria também definida por nós para a sistematização dos vídeos acompanhados, se alinha diretamente ao exposto por Collins (2019), quando a autora destaca tantos exemplos de formas utilizadas por mulheres negras para construírem uma imagem própria que vá de encontro às imagens de controle.

Presente no YouTube desde 2012, os vídeos compartilhados por Ana Paula Xongani, o compartilhamento das experiências pessoais não assumem o protagonismo dos vídeos, processo evidenciado através de uma maior expressão dos vídeos que se enquadram na categoria subversão.

Gabi Oliveira, ou DePretas, como é conhecida e chamada por alguns de seus seguidores nas redes sociais, é uma mulher negra, que se autodeclara preta. Hoje, aos 32 anos, DePretas compartilha seu cotidiano com o objetivo de naturalizar realidades vivenciadas por mulheres negras. Formada em Relações Públicas pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), onde tem início o interesse as temáticas que perpassam questões sobre negritude e racismo. O espaço universitário foi responsável por fazer emergirem inquietações que deram origem ao canal.

O surgimento do canal no YouTube aconteceu depois de alguns fatos observados ainda durante a faculdade, pois ao desenvolver seu objeto de estudo que consistia em direcionar o olhar a estética da mulher negra e suas representações nas redes sociais, Gabi Oliveira alega ter percebido que mesmo diante do crescimento de movimentos direcionados às mulheres negras nas redes sociais, o encontro de conteúdos produzidos por mulheres negras de pele retinta eram (e ainda são) escassos (Rodrigues, 2020).

Além de se deparar com um cenário sem representatividade para mulheres de pele retinta, DePretas também acreditava que aquilo que estava sendo aprendido na faculdade era tema passível de compartilhamento com outras pessoas. Assim, motivada pela necessidade de se sentir representada e pela vontade de compartilhar as informações que tinha acesso no ambiente formal de aprendizagem, Gabi Oliveira iniciou o compartilhamento de conteúdo no YouTube. Presente na plataforma desde 2015, a forma de produção de conteúdo e o direcionamento das conversas foi se alterando ao longo do tempo e por compartilhar conteúdos que perpassam as experiências pessoais da *youtuber*, o canal acompanha as fases da vida em que Gabi está e suas renovações de ciclos.

Após o desenvolvimento do estudo sobre representações de mulheres negras nas redes sociais e diante do desemprego, DePretas idealizou um canal que teria como tema central debates sobre raça. O percurso para a consciência racial e a afirmação da negritude se desenvolveram ao longo da trajetória da Gabi Oliveira, entretanto os debates sobre raça e racismo não eram amplamente explorados no

contexto familiar e foi na fase adulta que muitos processos vivenciados e debates puderam ser aprofundados. Em entrevista concedida em 2020, a *youtuber* declara que

> Depois de terminar a faculdade, o trabalho em que eu estava durou só mais seis meses. Nisso, eu pensei: por que eu não tento passar as mensagens que aprendi no meio acadêmico, com que só tive contato porque estava na universidade, de forma natural e traduzida para o grande público? Porque essas discussões fizeram toda diferença na minha vida e estavam mudando também a vida da minha família. Sempre levei tudo que aprendia para a mesa da minha família, com minha mãe e minha tia, principalmente. Aí nós começamos a falar mais sobre essas questões. "Por que, como mulheres negras, a gente se autodeprecia tanto?", começou a ser um questionamento nosso (Gabi Oliveira, 2020, s. p.).

A produção de conteúdo foi algo que se mostrou como uma fonte de renda e é o que mantém DePretas e a família atualmente. Em 2019, período que não compreende nosso recorte de pesquisa, Gabi Oliveira ganhou o prêmio Influenciadores Digitais, na categoria comportamento e estilo de vida. Ainda que o prêmio não compreenda nosso período de análise, podemos afirmar que a indicação para tal categoria é decorrência da forma autêntica com que a *youtuber* expõe seu cotidiano e as dificuldades de vivenciar algumas experiências sendo uma mulher negra.

DePretas expressa posicionamentos politicamente situados, relembrando a perspectiva de que o “pessoal é político” (Hanish, 1970), principalmente quando se faz parte de populações marginalizadas.

> Eu escolhi mostrar partes da minha vida que quebra as expectativas do outro sobre mim. Acho que a gente fala muito de estereótipos, e realmente uma das coisas que me fez entrar na internet foi esse combate contra eles. Mas também quero combater a expectativa do outro.
> Parece que as mulheres negras mais especificamente não têm um lugar no meio-termo, na normalidade, entende? Ou somos apagadas totalmente, ou estamos naquele lugar da senhora que aparece no filme do nada para dar um conselho para a protagonista, mas a gente nada sabe da história dela. Hoje eu escolho expor vivências e imagens que quebram com estereótipos que foram construídos especialmente em cima de mulheres negras de pele escura. Mas também romper com a expectativa do outro de que não vou e não quero só ser chamada para falar sobre questão racial, porque eu não sou só isso. Também não aceito ser colocada no lugar de alguém despolitizado, porque não sou isso. Eu sou politizada. Eu tenho minha voz e quero expor o que penso (Gabi Oliveira, 2020, s. p.).

Além de atuar produzindo conteúdos para serem compartilhados no YouTube,

Instagram e proporcionar uma aproximação maior do cotidiano com o público através do Twitter, DePretas também é uma das vozes que conduz o *podcast* Afetos, onde em parceria com Karina Vieira, mobilizam temáticas diversas que abordam tudo aquilo que de alguma maneira, as afeta. O *podcast* apresenta diálogos que buscam ser profundos e uma possibilidade de identificação com outras pessoas, outras mulheres e especialmente, outras mulheres negras que, muitas vezes, passam por sentimentos e são afetadas por questões comuns às expostas pelas condutoras da conversa. No *podcast* Gabi Oliveira e Karina Vieira visam humanizar subjetividades.

Afetos transformou-se no livro *Cartografia dos afetos: uma conversa sobre vivências, descobertas e os caminhos do autoamor*, lançado em 2022, uma parceria entre Gabi e Karina, que transforma as discussões que aconteceram ao longo do tempo no *podcast* em um livro. Escritas que compartilham aquilo que as afeta, passando por diversas esferas da vida, individual, familiar, afetiva, profissional, entre outras. Assim como no livro, o canal de DePretas no YouTube também expõe conteúdos que a afetam, abarcando-os de maneira didática e com posicionamentos politicamente situados. Uma das características que pode ser responsável pelo elevado número de seguidores e inscritos nas redes sociais de Gabi é o processo de compartilhar o dia a dia com quem a acompanha.

Dilemas e problemas do cotidiano, perpassados ou não pela questão da raça, são expostos por Gabi com naturalidade, além de periodicamente apresentar conteúdos onde esclarece as dúvidas dos seguidores. Outro aspecto que frisamos é a interatividade com os seguidores e a abertura para se deixar ser influenciada por quem a acompanha, utilizado dicas e recomendações de seguidores em diversas atividades da sua rotina.

Nas redes de Gabi Oliveira, seja o YouTube ou o Instagram, ganharam destaque os conteúdos produzidos que versavam sobre o processo de adoção vivenciado ao longo dos últimos anos. Na sequência de vídeos, além de compartilhar sua intimidade e dos filhos, a *youtuber* esclarece dúvidas sobre todos os procedimentos do processo, fazendo com que públicos diferentes (os interessados em adotar e aqueles que já acompanham seu cotidiano) sejam alcançados. Mário e Clara Lua, os filhos de Gabi Oliveira, passam a ser um dos temas abordados no canal e, consequentemente, a rotina e as percepções sobre o mundo a partir da perspectiva de uma mulher preta e mãe.

DePretas é, além do já exposto aqui, coordenadora de conteúdo de outros produtores, e com sua formação direcionada à comunicação social, organiza e prepara o que é divulgado nas próprias redes (Rodrigues, 2020). Além disso, ainda que não seja tema central e seja pouco abordado no canal da *youtuber*, o debate sobre o espaço reservado a públicos negros *online* e o racismo digital são mobilizados, como podemos observar no trecho a seguir, de uma entrevista concedida em 2020:

> Eu acho que a internet é um espaço mais democrático do que outros, obviamente. Mas ser mais democrático não significa que ela é democrática, que ela é para todo mundo, que qualquer um pode produzir, que qualquer um pode tornar o trabalho sustentável na internet. Quando sai a lista dos maiores Youtubers do Brasil, por exemplo, quase não tem pessoas negras. E aí ao mesmo tempo as pessoas falam que no YouTube qualquer um pode criar, quem não criou foi porque não quis. Só que quando a gente olha para nossa sociedade, primeiro que a gente é treinado a consumir conteúdo produzido por pessoas brancas, e pessoas negras estão em um lugar de adaptação. A gente se adapta. [...]
> Quando eu entrei no YouTube, morava na casa da minha mãe, não estava desesperada com o que eu ia comer, não estava desesperada pensando em como eu ia pagar a luz... Isso fez com que eu pudesse tornar esse trabalho sustentável em algum momento. Eu produzi um ano e meio sem receber nada, fazia bico nos finais de semana. Foi uma junção de coisas que fez com que meu canal conseguisse se tornar um canal sustentável, mas eu sei que essa não é a realidade para todo mundo. Por isso, não posso falar que é um espaço democrático (Gabi Oliveira, 2020, s. p.).

DePretas apresenta vídeos onde aborda o racismo e os sentimentos que são compartilhados por diversas mulheres negras, pensando nos processos coletivos de formação e nas mobilizações voltadas à construção de novas formas de existência. Através da busca por naturalizar a vivência de mulheres negras e tentar implementar a percepção de que mulheres negras são diversas, Gabi compartilha o seu cotidiano, suas experiências individuais. Através do compartilhamento dessas experiências, expressa em vídeos sua **autodefinição**, como possibilidade de influenciar quem acessa seu conteúdo através de identificações com os medos, vitórias, fracassos e conquistas individuais compartilhados pela *youtuber*.

Nos próximos itens deteremos maior atenção às similaridades e distinções apresentadas ao direcionarmos o olhar aos vídeos das youtubers. Entretanto, enfatizamos, inicialmente, que os canais de Ana Paula Xongani e Gabi Oliveira apresentam números de inscritos e média de visualizações dos vídeos bastante discrepantes, quando comparados, ainda assim, podemos observar que os períodos em que os canais passaram por diminuição no número de visualizações foi

coincidente, passando por um declínio a partir do segundo semestre de 2022[40].

O canal de Ana Paula Xongani, criado em 2012, conta com 96,3 mil inscritos, enquanto o canal de Gabi Oliveira, em atividade desde 2015, tem 663 mil inscritos. A forma de compartilhar conteúdo no canal de Xongani é direcionada a vídeos que, em sua maioria, são curtos, apresentando, em média, 6 minutos de duração. A *youtuber* apresenta como proposta abordar temas sérios de uma maneira leve, enfatizando potencialidades negras, por exemplo. DePretas desenvolve conteúdos onde os vídeos são mais longos, com tempo médio de 16 minutos, onde é comum a incorporação de referências teóricas nas discussões, principalmente nos vídeos que versam sobre raça, racismo e mulheres negras.

Ao direcionarmos novamente o olhar as categorias delineadas: **autodefinição** e **subversão**, podemos destacar que as discussões de Xongani e DePretas apresentam elementos que reforçam as pautas de movimentos sociais que antecedem as *youtubers*, tais como o movimento negro e o movimento feminista negro. A busca por um rompimento com os estereótipos construídos sobre (e para) as mulheres negras, em forma de imagens de controle (Collins, 2019) é elemento central nos debates realizados, tanto por Xongani quanto por DePretas, pois as *youtubers* apresentam como um de seus objetivos em comum que beleza, autoestima e potência possam ser encontradas em mulheres pretas.

Ao passo que as abordagens de Xongani se direcionam, na maior parte dos vídeos, a perspectivas que podem ser observadas como processos de desconstrução das imagens de controle, sem que o tema abordado no vídeo tenha sido, efetivamente, vivenciado por ela, enfatizamos uma maior concentração de vídeos na categoria definida por nós como **subversão**.

Canal	Autodefinição	Subversão	Número total de vídeos
Ana Paula Xongani	31	76	107

Tabela 3 - Vídeos de Xongani

[40] Ao longo do ano de 2022 diversas atividades voltaram a acontecer em modalidade presencial, além disso, com o processo de vacinação muitas pessoas passaram a desenvolver suas atividades sem utilizarem as medidas de distanciamento social estabelecidas em função da pandemia de COVID-19.

Além disso, as categorias mobilizadas apresentaram os seguintes números de vídeos analisados em cada subcategoria:

Subcategoria: Autodefinição		
Cabelo	**Maternidade/ ancestralidade**	**Autoestima**
11	5	11
Subcategoria: Subversão		
Antirracismo	**Política/informação**	**Cultura**
23	30	23

Tabela 4 - Subcategorias dos vídeos de Xongani

A expressão de mais vídeos onde a categoria **subversão** é mobilizada não se reflete em não abordar experiências pessoais que marcaram seu processo de **autodefinição**. Pois em sua composição como mulher negra, Xongani destaca que, ainda que o racismo tenha a atravessado diversas vezes ao longo de sua trajetória, a negação da raça não foi necessária, tampouco considerar que o que é bonito remete a padrões da branquitude. Assim, é justamente ao mobilizar a categoria **autodefinição**, que Xongani expressa o quanto o fortalecimento da estética negra desde a infância foi importante para construção de sua identidade e, consequentemente, para o processo de afirmação da identidade nas redes sociais e a contribuição para que novas existências emerjam. Se, como pontua Souza (2021), não se nasce negra, torna-se, Ana Paula Xongani expressa que começou seu processo de construção da negritude ainda na infância, o que possibilitou não só uma identificação (Hall, 2014) com a estética negra, mas também a associação do cabelo com uma possibilidade de proteção e fortalecimento das discussões que a *youtuber* mobiliza.

DePretas proporciona, na maior parte dos vídeos, reflexões que se iniciam em processos vivenciados por ela, explorando e expondo como aquele evento a afetou e, consequentemente, causa identificações com seu público. Nesse sentido, a maioria dos vídeos que acompanhamos se alinham a categoria de **autodefinição**, como apresentado na tabela a seguir:

Canal	Autodefinição	Subversão	Número total de vídeos
Gabi Oliveira	46	29	75

Tabela 5 - Vídeos de DePretas

Apresentamos ainda a distribuição dos vídeos analisados e suas respectivas subcategorias:

Subcategoria: Autodefinição		
Cabelo	**Maternidade/ ancestralidade**	**Autoestima**
8	14	24
Subcategoria: Subversão		
Antirracismo	**Política/informação**	**Cultura**
8	17	4

Tabela 6 - Subcategorias dos vídeos de DePretas

Consideramos, portanto, que há, na maior parte dos vídeos analisados, um processo de compartilhamento das identificações individuais de DePretas, para que depois sejam possibilitadas associações a outras vivências. Processos perpassados por aproximações e distanciamentos das imagens de controle, pois a *youtuber* compartilha seu processo de amor à negritude e também as frustrações diante da imposição social às imagens de controle (Collins, 2019) construídas sobre (e para) mulheres negras. Imagens de controle que contribuem para a manutenção das relações de poder interseccionais (Collins e Bilge, 2021), mesmo diante de dissimulações das discriminações.

O trabalho de Gabi Oliveira, que teve início a partir da percepção de que eram poucas as mulheres de pele retinta produzindo conteúdo para internet, principalmente pensando questões sobre autoestima, identificação e formas de se perceber de uma maneira positiva, valorizando a estética negra, exprime também a centralidade do cabelo na afirmação de uma identidade negra. Um dos elementos que cabe destacar no processo de identificação com a negritude é o cabelo, que aparece como elemento que marca o que hooks (2019), define como um processo de amar a negritude e presente nos canais de ambas *youtubers*.

Os processos de construção histórica, social e política que permeiam a população negra, as representações essencializadas e ideais de embranquecimento (Munanga, 2019) ainda presentes na sociedade, são mecanismos que reforçam a necessidade de que movimentos direcionados ao processo de construção de uma identidade negra positiva sejam necessários. Como pontuam Gonzalez (2020), Munanga (2019), Guimarães (2021), bem como outros autores mobilizados, há um processo de marginalização da população negra e, ainda que existam pessoas brancas pobres, são as pessoas negras as que têm uma possibilidade menor de ascensão social (Hasenbalg, 2005).

Direcionando o olhar novamente aos canais do YouTube, enfatizamos que o processo de afirmação da identidade negra, de resistência às imagens de controle, construindo autodefinições sobre o que é, de fato, ser uma mulher negra e, consequentemente, práticas de novas formas de existência podem ser observados em ambos os canais, todavia as formas de delineamento desses processos se constituem por caminhos distintos. Xongani e DePretas ampliam um espaço ainda pequeno no universo dos influenciadores digitais: o dedicado a ouvir e ver a potência de mulheres pretas. Desse modo, convidamos a leitora e o leitor a nos acompanharem ao próximo item, onde tem início a discussão mais detida a uma das categorias por nós estabelecidas: **autodefinição**. A seguir, convidamos a adentrar na categoria **subversão**.

6.2. “O que existe é pluralidade. Existem pessoas negras de todos os tipos[41]”: construindo a autodefinição

Menina, eu queria te compor
em versos,
cantar os desconcertantes
mistérios
que brincam em ti
mas teus contornos me
escapolem.
Menina, meu poema primeiro,
cuida de mim.

[41] Trecho do vídeo *Cozinha e fala: os negros no BBB21*, compartilhado por DePretas em 2021.

(*Menina* - Conceição Evaristo)

A categoria **autodefinição** reflete os vídeos onde as youtubers partem do compartilhamento de experiências pessoais que as direcionaram ao processo de hoje se afirmarem mulheres negras, enfatizando as potências da negritude. Nessa categoria, o "tornar-se" negra, como pontua Souza (2021) é evidenciado e acompanhamos o que cada uma das youtubers compartilhou ao longo do período de análise sobre os processos que compuseram suas autodefinições. Ana Paula Xongani e Gabi Oliveira constroem suas identificações (Hall, 2014) tentando se afastar das imagens de controle (Collins, 2019) histórica e socialmente direcionadas às mulheres negras.

Através da delimitação desta categoria objetivamos identificar como as *youtubers* realizam a afirmação da identidade negra a partir da **autodefinição**, assim as seguintes subcategorias foram definidas: **cabelo, maternidade/ancestralidade** e **autoestima.** Essas subcategorias são reflexo de temas que aparecem com frequência quando Xongani e DePretas compartilham o processo de construção de suas identidades e/ou enfatizam elementos que compõem sua **autodefinição** como mulher negra. Ao direcionarmos o olhar a subcategoria **cabelo**, nossa análise tem início nas diferentes formas de usar o cabelo apresentadas pelas *youtubers* ao longo do período em que acompanhamos os vídeos. Durante esse período as *youtubers* utilizaram *dreads*, cabelos longos, curtos, tranças e rasparam a cabeça, processos possibilitados às mulheres negras que se desvinculam das definições hegemônicas de um cabelo dito bonito, pautada em processos de alisamento capilar (Pereira e Thé, 2019), que visam estratégias de embranquecimento (Munanga, 2019).

O **cabelo** aparece para as *youtubers* como parte de sua formação e afirmação racial. O que para Xongani sempre foi motivo de alinhamento ao que construiu desde a infância, para DePretas representou um processo de construção de uma identidade, principalmente ao longo da fase adulta e através do contato com literaturas negras. Processos que se desenvolveram em diferentes fases da vida e de formas opostas, em determinados momentos, mas que ainda assim, centralizam a relevância do cabelo, não só nas falas, mas também nas imagens das *youtubers*, pois o processo de influenciar se desenvolve também a partir de estímulos visuais. Ao compartilhar sua experiência com o **cabelo**, Xongani pontua

> Eu gosto de dizer que eu nunca alisei o cabelo, não porque eu não queria, mas porque eu não precisava, porque todos os meus desejos capilares eram realizados. E hoje, como mãe, eu percebo o quanto de amor, resistência, ensinamento, cuidado tem quando você coloca uma criança aqui ó, no seu colo, no meio das suas pernas, pra cuidar da cabeça, pra cuidar o cabelo dela. [...] Cabelo era minha grande proteção, porque às vezes era ele que fortalecia o meu discurso da diversidade (Xongani, 2020 - autodefinição - Vídeo: Existência).

A *youtuber* enfatiza que não ter sido condicionada aos processos de embranquecimento, através do **cabelo** e a partir da vivência de uma liberdade capilar desde a infância fez com que os seus processos de identificação (Hall, 2014) ao longo dos anos, fizessem do **cabelo** parte importante de sua individualidade, mas também algo que acompanhava (e acompanha) as discussões que mobiliza publicamente. A construção do orgulho crespo, como explorado por Pereira e Thé (2019), é composto por identificações e engloba a sensação de pertencimento, o tornar-se negra. Desse modo, a **autodefinição** da identidade negra é um processo que, muitas vezes, se desdobra ao longo dos anos, começando a ser vivenciado ainda na infância. É nesse sentido, e como brevemente explorado no capítulo *"Faz um tempo que a internet vem definindo os caminhos políticos das nossas vidas": o YouTube e as sociabilidades digitais em debate*, que DePretas compartilha

> Foi a Gabi de quatro anos de idade que passou pela sua primeira transformação capilar e essa mudança veio com um sentimento de não adequação. Foram anos e anos de mudança, transformações, mas com muitas inquietações e frustração também. O sentimento de rejeição era constante, anos tentando me afastar do cabelo que hoje é motivo de orgulho. Orgulho crespo! (DePretas, 2020 - autodefinição - Eu tenho uma novidade pra contar pra vocês!!!).

Ao contrário do que é exposto por Xongani, o processo de identificação com a negritude realizado por DePretas passou por processos onde a afirmação da identidade negra não foi tema de debate familiar desde a infância, assim o maior contato com perspectivas de valorização da negritude se desenvolveu na fase adulta, sobretudo no espaço universitário. Recorremos a Souza (2021) para pensar, mais uma vez, no processo de se tornar uma mulher negra e a hooks (2021) diante da afirmação da autora ao enfatizar que o processo de amar a negritude requer disposição, pois é necessário um rompimento com os padrões hegemônicos que determinam as imagens de controle sobre indivíduos marginalizados (Collins, 2019).

No vídeo intitulado como “O Corte”, Xongani compartilha o momento em que decidiu cortar os cabelos e raspar a cabeça. Após utilizar por muitos anos os cabelos

com *dreads*, passou por uma mudança. E pontua que é importante para ela, como mulher negra, poder se permitir, mas sobretudo, importante para que a filha dela, Ayoluwa, possa crescer tendo referências de mulheres negras que se autodefinem a partir de imagens positivas.

> O cabelo é um negócio importante, o cabelo é fundamental. O cabelo é fundamento. [...] Eu tenho certeza que isso vai impactar outras pessoas, mas é primeiro pra mim, em segundo lugar pra minha filha. Ela cresceu, nasceu, com esta mãe aqui, com o cabelo comprido, que performa feminilidade e ela precisa conhecer novas belezas. A minha mãe fez isso por mim também, ela tirou o cabelão alisado, pra me mostrar a possibilidade do cabelo crespo. E agora é minha vez (Xongani, 2020 - autodefinição - Vídeo: O corte).

Expressões como a da *youtuber* enfatizam as relações entre feminilidade e **cabelo**, desse modo podemos destacar que os padrões hegemônicos do que representa a feminilidade também são processos que corroboram com as políticas de embranquecimento social. A mobilização social que condicionava (e ainda condiciona) diversas mulheres negras a buscarem beleza através do alisamento dos cabelos, construindo processos de negação da raça (Gonzalez, 2020; Souza, 2021) e, consequentemente, corroborando as imagens de controle direcionadas a população negra é deixada de lado na lógica proposta pela *youtuber*. E é nesse sentido, com o objetivo de construir novas formas de existência, que a valorização do **cabelo** natural, crespo, é necessária nos processos de afirmação da identidade negra, sobretudo a identidade feminina negra.

DePretas, ao longo do período em que acompanhamos os vídeos, também passou por processo de cortar os cabelos, entretanto, ao contrário de Xongani, apresentou dificuldade em construir imagens positivas de si mesma no período em que estava careca, assunto brevemente pontuado pela *youtuber*. Ao pensar no **cabelo** como elemento que representa a identificação positiva de mulheres negras, Gabi Oliveira destaca

> A gente passou por um processo onde a gente teve essa coisa da valorização dos cachos né?! Transição capilar, mas o cabelo crespo ainda é um cabelo que as pessoas ainda olham torto e tal, o black...não gostam muito (DePretas, 2020 - autodefinição - E a carência na quarentena? Como anda o processo de adoção?).

Expressando que, ainda que hoje trabalhe afirmando sua identidade como mulher negra e buscando que outras mulheres, assim como ela, sintam orgulho da sua pele, seu **cabelo**, ainda percebe incomodo e discriminação frente a esse

processo. Atentando ainda a categoria **cabelo** e as discussões no capítulo *"Eu assisto pessoas que eu consigo me identificar": racismo e sexismo na internet*, onde mobilizamos autoras como Collins e Bilge (2021) e Noble (2021) para explorar que as redes sociais, de maneira geral, objetivam a geração de lucro, observamos que ambas *youtubers* tiveram, ao longo do período que acompanhamos seus vídeos, produtos de **cabelo** que carregavam seu nome lançados, além disso, foram embaixadoras[42] das marcas às quais estavam vinculadas.

Xongani já era embaixadora da *Salon Line* há dois anos e meio, período marcado por ser a primeira embaixadora de *dreads* e também a primeira embaixadora careca da marca. O lançamento da sua linha de produtos para **cabelo**, denominada *Linha S. O. S. Cachos Abacate Ritual de Cuidado Salon Line, by: Xongani e Cris Mendonça*, aconteceu em agosto de 2021. DePretas, por outro lado, foi embaixadora da marca Seda e em movimento semelhante, também teve o lançamento de uma linha que foi composta a partir de escolhas e requisitos determinados pela *youtuber*, com o nome de *Seda by Gabi Oliveira.* Destacamos, nesse sentido que, ainda com índices de inscritos distintos na plataforma, as *youtubers* têm uma rede ampla, a qual influenciam, criando tendências de consumo, mesmo que façam parte da gama de produtores de conteúdo sujeitos ao racismo algorítmico (Silva, 2022).

Nesse sentido, é necessário pontuarmos que a representação positiva proporcionada pelas linhas de produtos que carregam o nome e as imagens de mulheres negras vinculadas são elementos importantes para um processo de construção de identidade coletiva (Pereira e Thé, 2019). Ao mesmo tempo, é necessário enfatizar que a escolha de quais produtoras de conteúdo serão embaixadoras das linhas, ou mesmo aquelas que terão linhas de produtos desenvolvidas, é uma escolha estratégica e que está alinhada ao processo de geração de lucro.

Ainda que tais processos estejam diretamente relacionados ao lucro, a atenção direcionada às necessidades de mulheres negras, sejam através do **cabelo**, ou de outras características, são conquistas coletivas, pois mulheres negras passam a ter a possibilidade de cuidar dos cabelos sem, necessariamente, se adaptarem aos padrões da branquitude. E também conquistas individuais de quem ocupa e representa esses

[42] Embaixadoras de uma marca tem como atribuições acreditar e compartilhar a marca, defendendo os produtos que ela produz.

processos, é justamente explorando essas perspectivas de conquista que Xongani se questiona:

> Sério, que eu tô alcançando e conquistando esses espaços com o cabelo crespo, endreado? Sendo eu uma mulher preta, de corpo volumoso? Eu desacreditava, assim (Xongani, 2020 - autodefinição - Vídeo: Existência).

A *youtuber* compartilha não só o processo da conquista, mas o processamento de que uma mulher como ela, com alguns marcadores interseccionais agindo sobre ela, tenha efetivamente alcançado espaços que, frequentemente, são reservados a pessoas brancas. O **cabelo,** expressado aqui como uma categoria que compõe o processo de **autodefinição** das *youtubers,* é representado nas discussões que abordam diretamente os cuidados com **cabelo**, a relação das *youtubers* com o cabelo e ainda na imagem refletida nos vídeos que, ao longo do período em que acompanhamos, apareceram utilizando o **cabelo** de diferentes formas, influenciando tanto a liberdade de se identificar através dele, como as possibilidades de experimentação e de mudanças.

Ao direcionarmos o olhar a subcategoria **maternidade/ancestralidade** é necessário, em primeiro momento, enfatizar que há representações dessa categoria nas formas de relação que se estabelecem com o cabelo, subcategoria que abordamos previamente. Ao mobilizarem discussões sobre a centralidade do cabelo para sua **autodefinição**, as *youtubers* recorrem, em diferentes medidas, às referências familiares e o relacionamento estabelecido entre elas e o cabelo na infância, partindo daquilo que suas mães observavam como importante referenciar ou não referenciar. Na subcategoria **maternidade/ancestralidade**, propomos pensar os processos de **autodefinição** que se desenvolvem nas relações familiares, especialmente entre as relações que as *youtubers* estabelecem com suas mães e filhos. Além disso, cabe destacarmos que os entrelaçamentos entre as diferentes subcategorias, o cabelo como um elemento importante nas relações de **maternidade/ancestralidade**, serão exploradas ao discutirmos como a interseccionalidade tem sido mobilizada pelas *youtubers*.

A partir da **maternidade/ancestralidade** construções pautadas em diferentes focos foram mobilizadas pelas *youtubers*, Xongani divide suas relações entre aquilo que aprendeu desde a infância e os ensinamentos oferecidos por sua mãe, como explora na situação onde comenta que todos seus desejos capilares foram atendidos

ao longo da infância. Concomitantemente, a *youtuber* explora essa relação a partir de sua experiência como mãe e compartilha as formas através das quais tenta possibilitar que Ayoluwa, sua filha, tenha exemplos e percepções positivas sobre o que é ser uma mulher negra, buscando evitar que sua filha vivencie aquilo que Souza (2021) denomina como um processo de negação da raça.

DePretas mobiliza a subcategoria **maternidade/ancestralidade** compartilhando sua rotina, alegrias e desafios com os filhos. Ao longo do período que acompanhamos os vídeos, a *youtuber* compartilhou a trajetória do processo de adoção, e nos vídeos mais recentes, as crianças, Mário e Clara Lua, passaram a aparecer nos vídeos, destacando que a maternidade não precisa ser algo a parte do trabalho desenvolvido por ela. Com relação ao processo de **autodefinição** que DePretas tenta estimular nos filhos, é interessante destacar que a *youtuber* estimula, incentiva e concede liberdade para que as crianças mantenham vivas as lembranças e as histórias da família de origem, pois o que já foi vivenciado pelas crianças é parte que compõe a identidade e as identificações construídas por elas (Hall, 2014; 2019).

DePretas, enfatiza que

> As crianças que mais precisam de amor vão pedir isso da maneira menos amável possível (DePretas, 2020 - autodefinição - Adoção 1 ano depois - passo a passo).

Assim, expondo as dificuldades do processo de adoção e a construção dos laços afetivos. A **autodefinição** é elemento importante nessa trajetória, no vídeo onde comenta sobre as experiências com as crianças um ano depois da adoção, a *youtuber* enfatiza a realização dos desejos das crianças, possibilitando que construam uma imagem positiva delas mesmas (Collins, 2019) e que as resistências que estão sendo construídas sejam pautadas no amor (hooks, 2019), amor por eles mesmos e pelas identificações mobilizadas desde a infância. Como exemplo do estímulo à construção da identidade dos filhos, destacamos o trecho onde a *youtuber* conta:

> Eu lembro quando o Mário tava no abrigo ainda e a gente conversava por vídeo, é, ele me falou que queria deixar o cabelo crescer. Que era uma grande vontade dele deixar o cabelo crescer e agora ele tem um cabelão grande e tal e ele é todo vaidoso (DePretas, 2022 - autodefinição - Vídeo: Adoção 1 ano depois - passo a passo).

Esse processo de liberdade para as autodefinições das crianças, bem como processos de autonomia para arrumar malas, escolher roupas, a exposição de livros

escritos por autoras e autores negros no quarto, são elementos que corroboram para que desde a infância Clara Lua e Mário tenham a liberdade de estabelecerem suas autodefinições (Collins, 2019), resistindo através do amor (hooks, 2019) e definindo suas identificações (Hall, 2019) sem que seja necessário vivenciar, ou vivenciando de maneira menos intensa, os processos de negação da raça. Além disso, segundo a *youtuber*, no decorrer do primeiro ano com as crianças

> O olhar deles foi mudando muito, muito, muito. E a gente se encanta quando a gente percebe (DePretas, 2022 - autodefinição - Vídeo: Nossa retrospectiva com fotos □□ - Adoção 1 ano depois).

Processo atribuído às conexões estabelecidas entre Gabi Oliveira e as crianças que tem sido pautada em uma construção coletiva, onde as crianças também tem espaço para expor seus desejos e assim construírem suas identificações.

Ana Paula Xongani expressa, principalmente, o quanto o cabelo e as representações de sua imagem foram possibilitadas desde a infância e corrobora ao longo de seu discurso e de suas representações visuais, o que hooks (2019) enfatiza sobre as maneiras de resistir:

> A gente tem que celebrar as famílias pretas, o amor preto e a gente sabe que isso é resistência (Xongani, 2022 - autodefinição - Vídeo: ENCONTRO de GERAÇÕES: levei minha filha para a FEIRA PRETA).

A *youtuber* enfatiza a construção do amor em famílias negras, relacionando esse processo à resistência, uma resistência pautada na liberdade para que os processos de **autodefinição** possam ser mobilizados, bem como os processos coletivos que tornam viáveis essas possibilidades. Tal como enfatiza hooks ao afirmar que

> Sem uma luta de resistência contínua e movimentos progressistas de libertação dos negros pela autodefinição, massas de pessoas negras (e de todas as outras pessoas) não têm uma visão de mundo alternativa que afirme e celebre a negritude.
> Rituais de afirmação (celebrando a história dos negros, feriados etc.) não podem intervir na socialização da supremacia branca se existirem fora de uma luta antirracista ativa que busque transformar a sociedade (hooks, 2019, p. 47).

Movimentos observados em diferentes perspectivas exploradas por Xongani, seja através de vídeos onde histórias são relembradas, feiras divulgadas e o trabalho de mulheres negras compartilhado, discussão que nos deteremos na categoria de

subversão. Aqui, destacamos o vídeo *Creators for Change: Por que preciso voltar à escola*, que é por nós classificado como um vídeo da categoria subversão, por ser resultado de um projeto que Xongani foi convidada a participar, entretanto, nesse vídeo a *youtuber* faz a leitura de uma carta que escreveu para sua filha, fazendo com que a carta, especificamente, se adeque na categoria de **autodefinição** e na subcategoria **maternidade/ancestralidade**. Assim, compartilhamos a carta escrita por Xongani, para Ayoluwa:

> Filha amada, eu perdi as contas das vezes que reescrevi essa carta, mas tenho certeza que em todas elas comecei te chamando de "amada". Era um belo dia e você me surpreendeu querendo saber como eu era na escola. É uma pergunta corriqueira, própria, inclusive, de uma criança da sua idade. Veio um turbilhão de memórias, me emocionei, mas quando te respondi, disfarcei a voz embargada e te disse: “Eu? Eu era uma das melhores alunas da sala e tirava as melhores notas”' É. É tudo verdade. Mas tem algumas coisas que eu não te contei e por isso te escrevo. Sabe, filha, a escola, esse lugar que a gente aprende a fazer parte do mundo que a gente vive, também me transformou em coisas que eu não queria ser. Também me fez experimentar sentimentos que eu não queria sentir. Por isso, preciso voltar para a escola e entender a menina que ali ficou sozinha. É filha, você deve estar se perguntando: “Por que, mesmo com racismo, machismo, desafetos, ainda assim mandamos você pra esse mesmo lugar?” Mandamos porque sabemos que várias coisas importantes tem ali. Desenhar, ler, escrever, correr, sonhar, imaginar, inventar, negociar, negar, aceitar, fazer amigos. Enfim, um monte de coisas. E é justamente isso que eu quero que você viva, que você experimente. É filha, toda criança em processo de educação passa por dificuldades, mas para meninas negras como a gente, as dificuldades são ainda maiores. Porque antes de enfrentarmos a jornada, precisamos ter a possibilidade de existir.
> Todos nós somos seres educadores. E se pensar como ser educador é pensar que a gente tem que estar constantemente aprendendo, reaprendendo, desaprendendo, aprendendo de novo. E principalmente atento. Atento pra garantir que crianças, meninas e principalmente meninas negras possam existir na nossa sociedade, possam existir nesses ambientes de educação. Só existindo a gente pode ser o que quiser e a escola precisa ser um lugar onde a gente possa existir plenamente. A educação para meninas precisa garantir justas oportunidades de aprendizado e de desenvolvimento. Ensinar para você e para todo mundo sobre quem é você, seu nome, o lugar de onde você vem, seus cabelos, sua pele, seus povos, sua história, sua ancestralidade, sobre o futuro que você quer, que você pode querer, que você e todas as meninas merecem (Xongani, 2020 - autodefinição - Video: Creators for Change: Por que preciso voltar à escola).

Na carta, Xongani explora o quanto a escola, ainda que siga representando espaços de opressão e formas de discriminação, é um ambiente importante para a formação individual e coletiva de todos nós. Destaca ainda que as lutas, sejam de mães e/ou movimentos negros, são direcionadas a construir ambientes de aprendizagem onde a história e a ancestralidade negra sejam respeitadas e tenham espaço. A *youtuber* enfatiza que o movimento desenvolvido por ela, visando a

possibilidade de que sua filha tenha a possibilidade de se autodefinir, deve ser mais ampla, incluindo também os espaços de educação e construções coletivas.

Ao nos voltarmos a subcategoria **autoestima**, destacamos que nossa perspectiva aqui está além dos processos estéticos, consideramos a **autoestima** como um processo de construção de bem-estar, seja ele pautado em procedimentos estéticos, nos cuidados diários ou ainda nas relações estabelecidas com o espaço físico que envolve as *youtubers*. Assim, é importante destacar que as Ana Paula Xongani e Gabi Oliveira tem acesso aos bens materiais e experiências que não fazem parte da realidade da maior parte da população negra, para sintetizar acompanhamos a fala de DePretas, a seguir

> Eu tô aqui pra te tranquilizar, pra te lembrar que a gente tá num sistema que ele é desigual e que muitas vezes possibilita que uns tenham muito e outros tenham muito pouco, que não tenham nem pra sobreviver. E aí o que faz uns terem muito e outros não terem nada não é só sorte, não é fé, não é ser abençoada, não é somente perseverança, não é somente trabalhar muito. Depende da área que você atua, depende de vários fatores. Depende sim de perseverança, mas perseverança unida com sorte, unida com indicações, às vezes, unida com a localização que você mora. [...] Eu sou exceção, as pessoas que vocês assistem aqui, por muitas vezes são exceção. E essas exceções existem pra que você, que não consegue, continue com o sonho de conseguir, mas o sistema que a gente tá, ele é formulado pra que poucas pessoas consigam (DePretas, 2023 - autodefinição - Vídeo: Tour pela nossa casa nova + Mensagem pra vocês).

Ainda que exceções, por vivenciarem o processo de ascensão social, possibilitando que economicamente as *youtubers* se colocassem em uma posição social diferente, as relações interseccionais de poder seguem atuando sobre elas (Collins e Bilge, 2021). As relações de poder pautadas no racismo e no sexismo atuam sobre mulheres negras sem que seja possível definir o momento em que cada relação se sobrepõe a outra, pois muitas vezes sua atuação é conjunta.

Assim, podemos retomar as discussões de Munanga (2019), quando o autor afirma que o ideal de embranquecimento através de ascensão social, por exemplo, passa a ser almejado por parte da população negra, que ao não alcançar associa tal “derrota” a uma incapacidade individual e não a uma consequência da forma que as possibilidades são estruturadas. Além disso, outros dois pontos podem ser destacados: as imagens de controle e quem, geralmente, são os indivíduos passíveis de ascensão. O processo de construção de imaginários coletivos sobre as mulheres negras, ou seja, as imagens de controle (Collins, 2019), corroboram o processo de dupla discriminação vivenciado por determinadas mulheres: as negras.

E mais: a possibilidade de embranquecer socialmente direcionada aos indivíduos mestiços, por poderem se afastar de determinados traços da negritude com maior facilidade e, de acesso dificultado quando se é uma mulher mestiça, como pontuado por Corrêa (1996), não são possibilidades, nem mesmo remotas, quando se é uma mulher de pele retinta. Nesse sentido, os processos de negação da raça, ou afirmação da identidade negra são intensificados, pois não há quaisquer possibilidades de uma associação, física e esteticamente falando, dos ideais de embranquecimento. É nesse sentido que as *youtubers* vão debater, muitas vezes, as especificidades de ser uma mulher negra de pele retinta, uma mulher preta.

> Eu sou mulher preta. E ser mulher preta é o quê?! Ser mulher preta é ser múltipla. Ser mulher preta é fazer 24 cabelos por ano, é ser deusa. É como já dizia Angela: “Quando uma mulher preta se movimenta, o mundo se movimenta com ela” (Xongani, 2022 - autodefinição - Vídeo: Cadê seu marido nas redes?).

A *youtuber* enfatiza tanto as possibilidades de multiplicidade, quanto a possibilidade de se autodefinir. Ainda pensando sobre os processos de construção de imagens positivas e consequentemente a **autoestima** como um elemento da **autodefinição**, o cenário encontrado na *internet*, como enfatizado ao longo de nossas discussões, reproduz padrões já presentes na sociedade. Assim, pensando nas buscas que realizava no YouTube, Xongani pontua, com relação ao universo da maquiagem:

> Quando eu comecei a consumir a internet, tinham pouquíssimas mulheres negras que faziam maquiagem, né?! Então a gente teve muito esse trabalho de ver outras pessoas fazerem maquiagem e adaptar para o nosso tom de pele (Xongani, 2020 - autodefinição - Vídeo: Parte 2 - O que a maquiagem significa para nós).

Cenário que não é tão enfatizado por DePretas, pois a *youtuber* utiliza pouca maquiagem, entretanto comentários relativos aos tons disponíveis para maquiagem são brevemente abordados. Os vídeos que trazem no título “Maquia e fala” realizados pela *youtuber*, em geral, tendem a dar mais atenção ao tema que está sendo abordado e não a maquiagem, que como a própria *youtuber* pontua, em geral, consistem em propostas semelhantes e, desse modo, compõe, em sua maioria, a categoria de subversão. Por outro lado, DePretas compartilha suas insegurança e os momentos em que sua **autoestima** se encontra em baixa

> Minha autoestima tá no chão, por vários aspectos. Primeiro veio a pandemia, depois eu fui mãe. Passei os últimos meses focada em muitas outras coisas né?! Que não era a Gabi assim. Depois eu cortei o cabelo, tem vídeo aqui falando sobre eu ter raspado o cabelo, platinado e etc. E eu acho que esse processo também mexeu muito comigo e foi uma decisão assim… daquelas. Sabe quando você tá passando por um processo de mudança intensa e aí você decide mudar o cabelo?! Só que não é uma boa decisão essa porque você já tá passando por muitos processos de mudança e aí decidi entrar em mais um processo de mudança. Física. E eu acho que isso tudo mexeu muito com a minha autoestima, e eu contei lá nos stories também (e eu sei que esse assunto é gatilho pra algumas pessoas, que eu comentei lá no Instagram e muitas pessoas se identificaram), que durante a pandemia eu ganhei acho que cerca de 10kg, mais ou menos, eu engordei bastante. Agora a gente tá nesse processo de sair de casa de novo e eu tenho estranhado, me estranhado, em todos os aspectos. Porque eu cortei o cabelo, aí eu engordei [...] Enfim, algumas pessoas falaram que eu tô passando pelo puerpério, que acontece na adoção também e talvez seja isso mesmo. Talvez seja um processo de voltar a me olhar e me encaixar nas prioridades da minha vida, né?! (DePretas, 2022 - autodefinição - Vídeo: Autoestima baixa + Dirigindo + Comprei laces).

A *youtuber* explora suas fragilidades e os prováveis motivos que as levaram a estar com a **autoestima** baixa, que em determinada medida passam por padrões estéticos, sejam eles com relação à associação entre feminilidade e cabelos longos ou ainda com relação ao corpo. Ao perpassar pela discussão sobre maquiagem, DePretas destaca que para o tom de pele dela, as marcas que oferecem tons mais adaptáveis são caras e pouco acessíveis para a maioria das mulheres negras. Ao direcionarmos o olhar aos processos que envolvem escolhas, como a forma de utilizar o cabelo, usar ou não maquiagem e quais utilizar, os conteúdos a serem consumidos na *internet*, ambas *youtubers* pontuam da importância de escolhas responsáveis e que se alinhem aos discursos que elas reproduzem, posicionamento que pode ser resumido na seguinte fala de Ana Paula Xongani:

> Você consome escolhas, e as escolhas impactam sim em você, mas impactam em todo um ecossistema que a gente faz parte. Um ecossistema de opressão, mas também de luta. Um ecossistema de imposição, mas também de liberdade. Um ecossistema de falta de escolha, mas também de escolha (Xongani, 2020 - autodefinição - Vídeo: A moda tá bem aí no seu corpo, olhe pra ela!).

A *youtuber* destaca que é necessário adotar posicionamentos e que escolhas sejam feitas, entretanto, mesmo que não nomeando, atenta às relações de poder interseccionais (Collins e Bilge, 2021) que implicam imposições e opressões, fazendo com que em determinados cenários as escolhas sejam inviabilizadas. A **autoestima** reflete ainda nos processos de compreender que as identificações (Hall, 2019) podem

ocorrer a partir de diferentes segmentos e que elas se desenvolvem e transformam ao longo da vida, nesse sentido, Gabi Oliveira enfatiza:

> Nenhuma mulher é só mãe, ou só profissional [...] nós somos pessoas complexas e a gente precisa se ver desse jeito também (DePretas, 2021 - autodefinição - Vídeo: As crianças vão ser veganas?).

Reflexões que surgem a partir dos questionamentos de seus seguidores com relação a sua vida amorosa, após a adoção das crianças. Assim, a *youtuber* destaca que mulheres são múltiplas e ser mãe não inviabiliza outras possibilidades, pois conta com uma rede de apoio. É pensando ainda nos processos de **autodefinição**, que direcionamos o olhar para a **autoestima** que se estabelece através da alimentação: DePretas construiu ao longo do período em que acompanhamos os vídeos um novo canal no YouTube, exclusivo ao preparo de receitas veganas. Temática que aparece ao longo dos vídeos como uma forma de vida para *youtuber*, mas ainda assim, pensada de maneira crítica:

> Não dá pra resumir em: quero ou não quero parar de comer carne. Porque eu tenho certeza que tem muitos fatores sociais que interferem nessas decisões, sabe?! (DePretas, 2020 - autodefinição - Vídeo: Cozinha e Fala: empadão de grão-de-bico, acolhimento dos sentimentos, vegetarianismo...).

Assim como a escolha por manter uma alimentação vegana faz parte da identificação de Gabi Oliveira, é importante destacar, como menciona a própria *youtuber*, que existem realidades sociais que não permitem que tais escolhas sejam viáveis, pois se torna necessário que se consuma aquilo que está disponível. Retomando a discussão sobre **autoestima** de uma maneira mais ampla, é Xongani quem associa os processos de identificações (Hall, 2019) a **autoestima**, mobilizando a ideia de rituais que concedem ligações consigo mesma:

> É como você construir um processo de coisa boa pra você reproduzir esse processo várias vezes [...] Os rituais podem ser uma ótima saída pra transformar aquelas coisas que a gente faz bem numa rotina, num ritual. Em alguma coisa que você tem compromisso com você mesma de fazer. Vou dar um exemplo aqui bem simples: você pode, por exemplo, transformar o seu café da manhã em um ritual (Xongani, 2021 - autodefinição - Vídeo: Você faz algum RITUAL?).

Os rituais, sejam eles voltados a cuidados estéticos, tempo de qualidade consigo mesma ou com a família, bem como a valorização do espaço físico para que se torne um ambiente confortável e que reflita a personalidade das *youtubers* são

exemplos de estratégias de manutenção da **autoestima**. Assim, ao abordarmos as subcategorias: **cabelo**, **maternidade/ancestralidade** e **autoestima**, expomos algumas das formas que essas mobilizações são direcionadas ao processo de construção da **autodefinição** de Ana Paula Xongani e Gabi Oliveira. Destacamos, assim, algumas das falas que foram mobilizadas ao longo do período que acompanhamos as *youtubers*, entretanto cabe salientar que a **autodefinição** das *youtubers* perpassa elementos por nós não explorados e que, eventualmente, tampouco são mobilizados nos vídeos compartilhados por elas.

Pensando nas construções coletivas e em um processo de resistência às imagens de controle construídas de maneira essencializadas sobre (e para) mulheres negras (Collins, 2019), as *youtubers* abordam conteúdos que se constituem a partir de temáticas que não perpassam suas individualidades, ou ainda que expõe um objetivo mais informativo, educacional. Para refletirmos sobre esse conjunto de vídeos, convidamos a nos acompanhar ao próximo item, onde direcionamos o olhar à categoria **subversão.**

6.3 "É caminho, é processo, é construção[43]": trilhando caminhos para a subversão

> A história sozinha cria estereótipos, e o problema com estereótipos é que não é que eles não são verdadeiros, mas que eles são incompletos. Eles fazem uma história se tornar a única história.
> (*O perigo de uma história única* - Chimamanda Adichie)

Observamos aqui a categoria **subversão** como uma consequência, pois ela não poderia ser mobilizada sem que antes o processo de se tornar negra (Souza, 2021) fosse realizado. Subverter aos padrões hegemônicos, subverter as lógicas da branquitude são movimentos que requerem, antes de sua materialização, um processo de amar a negritude (hooks, 2019). Ao direcionar o olhar a esta categoria objetivamos verificar novas formas de existência negra e/ou processos de subversão da branquitude. E para discutirmos essa categoria, mobilizamos as seguintes subcategorias: **antirracismo**, **política/informação** e **cultura**.

[43] Fala de Xongani compartilhada no vídeo *Vou te revelar o plano Beyoncé*, postado em 2020.

Assim, a categoria **subversão** se propõe a analisar os vídeos que objetivam, em alguma medida, resistir, dentro das diferentes perspectivas que o termo pode adotar, às imagens de controle construídas sobre (e para) mulheres negras, mobilizando processos de influência através dos vídeos. Nesse sentido, destacamos que essas mobilizações realizadas pelas *youtubers* são pautadas, em determinados momentos, em discutir o racismo e traçar estratégias antirracistas, em outros compartilhar informação e ainda, momentos em que a retomada da cultura negra se torna elemento central, o que nos leva às subcategorias elencadas.

Ao mobilizarmos a subcategoria **antirracismo**, podemos observar as motivações que levam as *youtubers* a produzirem conteúdos que, ao menos em alguma medida, reverberam em perspectivas cujo objetivo é desconstruir tanto o racismo, como os processos de negação que ele deixa como marca para os indivíduos negros (Souza, 2021). É pensando nas mobilizações desta subcategoria e em sua aplicabilidade, na prática, que Ana Paula Xongani, no vídeo *ANTI-R4CISTA NA QUARTA-FEIRA POS BLACKOUTTUESDAY*, pensa estratégias a serem mobilizadas por pessoas negras. No vídeo a *youtuber* faz menção aos movimentos antirracistas mobilizados na internet, especialmente no Instagram, onde milhares de pessoas se posicionaram como antirracistas através da postagem de imagens inteiramente pretas[44]. O que a *youtuber* enfatiza nesse vídeo é o pensamento de como essa mobilização pode deixar de ser apenas o acompanhamento de algo que está em alta nas redes sociais, para passar a ser uma ação do cotidiano.

> Hoje eu vou conversar com vocês como fazer essa tal ação antirracista, na prática. E é pra você pessoa preta. Aqui a gente vai conversar sobre como nós, pessoas pretas, podemos fazer essas ações anti-reprodução do racismo também, na prática (Xongani, 2020 - subversão - Vídeo: ANTI-R4CISTA NA QUARTA-FEIRA POS BLACKOUTTUESDAY).

A youtuber direciona sua fala, sobretudo, às pessoas negras que tiveram alguma possibilidade de ascensão e consequentemente, ocupam espaços majoritariamente brancos. Assim, no mesmo vídeo prossegue:

> Tá na hora da gente fazer ações para além das redes sociais. [...] Este é um lugar que você, por enquanto, é único, mas a nossa ação é sempre trazer mais um. Esse lugar precisa ser plural, a gente sobe e puxa um! Vamos

[44] A inserção de imagens inteiramente pretas nas telas simbolizava um “apagão” e faziam parte do *Blackout Tuesday*, um movimento em protesto aos atos de racismo ocorridos, em especial o assassinato de George Floyde, um homem negro asfixiado por um policial branco em Minneapolis, nos Estados Unidos.

> praticar também, pra gente ter aquela ação anti-reprodução do racismo (Xongani, 2020 - subversão - Vídeo: ANTI-R4CISTA NA QUARTA-FEIRA POS BLACKOUTTUESDAY).

Enfatizando tanto a necessidade de que espaços dominados pela branquitude passem a ser ocupados também por pessoas negras e a importância de um trabalho coletivo. Processos de ascensão que não se assemelham aos mobilizados no capítulo *"Racismo existe sim. Tá do nosso lado!": os obstáculos da construção de uma negritude positiva*, onde mobilizamos autores como Guimarães (2021), Hasenbalg (2005), Gonzalez (2020), Souza (2021), entre outros, mobilizando a ideia de que o processo de mobilidade social e/ou econômica de pessoas negras se desenvolvia a partir de estratégias de embranquecimento social. O que Xongani traz ao debate são processos de ascensão de pessoas negras que praticam resistências através do amor a sua negritude (hooks, 2019).

Relacionando ainda com o processo de construção de uma negritude positiva, o que Xongani propõe é que formas de ascender social e economicamente possam ser alinhadas aos processos de identificações individuais e coletivas que subvertem as lógicas hegemônicas e, dessa forma, que a ocupação de espaços majoritariamente brancos não seja um sinônimo de processos afastamento da negritude. É pensando no processo de uma construção positiva que DePretas, ao mobilizar os objetivos do desenvolvimento de seu trabalho na *internet*, demonstra um alinhamento com a subcategoria **antirracismo** ao pontuar:

> Eu sim, quero e trabalho pra que mulheres negras de pele escura se vejam de uma forma melhor, se vejam bem representadas, sintam orgulho da sua cor de pele, sintam orgulho das suas características, do seu cabelo crespo (DePretas, 2020 - subversão - Vídeo: Por que pessoas negras estão clareando a pele?).

Assim, além de compartilhar experiências que compõem a autodefinição, Gabi Oliveira faz mobilizações para que outras mulheres negras tenham a possibilidade de se autodefinirem e assim, constrói possibilidades novas formas de existência coletiva. Ao mobilizarmos *youtubers*, produtoras de conteúdo negras, de pele retinta e que tiveram uma possibilidade de ascensão social, é importante pontuarmos que elas configuram exceções à regra. Ao compartilharem suas perspectivas sobre vários assuntos, as falas realizadas tem o intuito de corroborar com as discussões apresentadas nos canais das *youtubers*, que enfatizam os efeitos negativos do

racismo, mais que isso: enfatizam perspectivas que possibilitam subverter as lógicas vigentes, subverter a branquitude.

Com relação aos ideais de embranquecimento nacionais, o mito da democracia racial e as consequências desses elementos na sociedade, DePretas, abordar discursos que tiveram ascensão na internet, defendendo uma identidade mestiça a todos os brasileiros:

> Nós, pessoas negras de pele escura, também temos muito a perder se começar a reivindicar que só é negro no Brasil quem colocou lá que é preto. Porque, pensa comigo, sendo identificados como maioria ou grande parte da população, já é uma luta para que algumas pautas, algumas políticas públicas sejam pensadas. Imagine se o pessoal lá da política começar a acreditar que nós somos só 7% mesmo. Então, esse é um discurso que eu considero perigoso pro grupo de pessoas negras. Fora,né?! Que essa é uma tentativa de jogar anos de luta do movimento negro no lixo! Porque não é possível... é incrível, hoje a gente tá discutindo coisas que se assemelham muito ao mito da democracia racial, sabe?! Que depois de tanto falar, de tanto avançar, nesse sentido a gente volte pro lugar onde somos todos miscigenados (DePretas, 2020 - subversão - Vídeo: Vamos falar sobre Lívia Zaruty).

A subcategoria **antirracismo** é mobilizada na fala de DePretas através da possibilidade de que a negritude seja incorporada a partir de pressuposto de coletividade, identificações coletivas. Além disso, a *youtuber* enfatiza os riscos de retomar uma categoria que se aproxima do mito da democracia racial. Retoma ainda as mobilizações do movimento negro que, como evidenciado por Munanga (2019), atuou em processos de construção de uma identidade negra a partir de marcadores positivos, trabalhando, dentre outras pautas, para (re)construir o orgulho em se afirmar negra ou negro. Assim, a *youtuber* questiona problematizações que são realizadas sem retomar os processos sociais e históricos que vem acontecendo ao longo dos anos.

Podemos retomar, a partir da discussão sobre construções positivas da raça, o processo de autodeclaração incorporado para concorrer às vagas reservadas a pessoas negras nas universidades, por exemplo, responsável por fazer com que a identificação como parte de um coletivo que é vítima de racismo fosse mobilizada pelos inscritos, reverberando em reflexões sobre individualidade e coletividade (Jesus, 2021). Processos que, como enfatiza a *youtuber*, foram construídos ao longo dos anos e são consequência de muitas lutas. Desse modo, voltar a defender ideais de harmonia entre raças, ou mesmo não reconhecer as diferenças, faz com que haja retrocessos.

Além disso, a discussão da *youtuber* traz outro aspecto enfatizado por Munanga (2019), ao afirmar a relevância de que pretos e pardos como pertencentes a categoria negro tem um maior poder de articulação coletiva. DePretas corrobora a discussão do autor ao enfatizar que a união de pretos e pardos como negros é pautada no princípio de que a “união faz a força”. E complementa ainda:

> Foram anos de trabalho dos movimentos negros para que houvesse uma valorização da pessoa negra, para que pessoas negras passassem a se identificar como negras (DePretas, 2020 - subversão - Vídeo: Vamos falar sobre Lívia Zaruty).

O trabalho desenvolvido por DePretas, assim como o de Xongani vão ao encontro desses anos empenhados para um processo de valorização da negritude. As *youtubers* reforçam a luta e os movimentos antirracistas, proporcionando embasamentos teóricos e políticos para que a lógica da branquitude seja subvertida e o antirracismo, seja mobilizado como uma práxis. Xongani enfatiza o quanto voltar o olhar ao racismo pode ser uma tarefa extenuante, mas que ainda assim, com o objetivo construir formas de existência, sem discriminações, tais pautas necessitam ser abordadas:

> Falar de racismo é muito chato. Eu acho que eu já falei algumas vezes, ou no meu Instagram, ou aqui no YouTube, ou na minha coluna do Uol que as pessoas meio que naturalizaram as questões raciais. Inclusive as violências raciais e muita gente esquece que racismo também é uma violência. É uma violência que incomoda muito. [...] Vocês conseguem imaginar uma pessoa que acabou de sofrer uma violência doméstica, uma violência física e falar assim: “Oi, tudo bem? Grava um vídeo pra mim sobre a violência que você sofreu? Grava um vídeo pra mim sobre o último estupro que você sofreu? Grava um vídeo pra mim sobre aquela situação de violência doméstica. Me conta como foi, mais ou menos, se você apanhou muito ou pouco” Vocês conseguem imaginar isso? (as violências raciais também precisam de respeito). Racismo é uma violência pouco valorizada. [...] Quando a gente fala que as pessoas pretas são fortes, as pessoas muitas vezes imaginam uma força da brutalidade, mas hoje eu vim aqui contar pra vocês outra força. Que é essa força aqui mesmo, sabe?! De continuar falando até do que nos degrada em busca de que a gente tenha um mundo melhor (Xongani, 2021 - subversão - Vídeo: Falar de Racismo é muito chato).

Ao elucidar o racismo como uma forma de violência, retomar esse olhar a discussão racial, a *youtuber* tenta lançar luz a seriedade que deveria ser empregada a esse debate e que, frequentemente, é esquecida. O racismo como uma violência pouco valorizada pode encontrar suas bases ainda no mito da democracia racial, pois é baseado nessa ideia de uma harmonia que discussões como a inexistência do racismo se desenvolvem (Gonzalez, 2020).

Ao abordar acontecimentos e declarações realizadas nas redes sociais, Xongani pontua o colorismo como um elemento relevante ao debate sobre raça, racismo e posicionamentos sociais:

> Quando a gente fala sobre racismo, a gente tem que falar sobre colorismo. Sempre! [...] Como que uma mesma pessoa que se relaciona com mulheres negras pode ser tão racista com outras mulheres negras? A diferença é clara, isso é presente em muitas pessoas do mundo: o tom de pele. [...] É muito, muito, comum pessoas racistas conseguirem tolerar, aceitar, se relacionarem, com pessoas negras de pele clara, mas essas mesmas pessoas odeiam pessoas negras de pele escura, de forma gratuita, Desqualificam, desacreditam, xingam, maltratam, não contratam. Enfim, diversas formas de apresentar o seu racismo com o recorte do colorismo (Xongani, 2020 - subversão - Vídeo: Colorismo - Rodrigo branco e seu racismo seletivo).

Percebemos, portanto, que: ao passo que DePretas evidencia a necessidade de uma categoria negra onde pretos e pardos se unam em prol de objetivos, de lutas comuns e assumem a identidade negra, Xongani pontua a relevância de refletirmos sobre como o colorismo age, seja concedendo possibilidades ou as limitando. Tanto em uma perspectiva quanto em outra é evidenciado que o projeto de embranquecimento (Munanga, 2019), bem como o mito de que há um convívio harmonioso entre as raças (Gonzalez, 2020), tem como objetivo a manutenção de uma estrutura hegemônica já em exercício. Ou seja, as estratégias se alteram, mas o plano de relegar populações negras, já marginalizadas, ao genocídio (Nascimento, 2016) se mantém.

Ao direcionarmos o olhar para a subcategoria **política/informação**, observamos que muitos conteúdos se alinham com perspectivas **antirracistas**, entretanto, há uma preocupação em fornecer conteúdo com bases teóricas e politizadas, em ambos os canais. Assim, as *youtubers* comentam programas de televisão, estreias e indicações a premiações do cinema, livros, política, músicas, eventos, entre outros. Conteúdos que, frequentemente, são direcionados a produções realizadas por produtoras e produtores negros ou críticas que tenham como base políticas de justiça social.

Além disso, programas de entretenimento, como *reality shows*, que passam na rede aberta de televisão também são tomados como base para que discussões necessárias, mas pouco aprofundadas, sejam mobilizadas pelas *youtubers*:

> Observa, Xongs: a força feminina, ela não necessariamente é capaz de movimentar a força negra. E a força negra também não necessariamente é capaz de movimentar a força feminina. O único ser na terra que consegue

> movimentar essas duas forças de uma forma completa é a mulher negra. E é por isso que a Angela Davis diz: “Quando uma mulher preta se movimenta, o mundo todo se movimenta com ela”. “E isso é só no BBB, Xongani?” É claro que não. Na vida aqui do dia a dia é a mesma coisa, por isso que a grande luta, de nós mulheres negras, é contar pro movimento feminista que elas sempre serão incompletas, insuficientes, sem a presença das mulheres negras. E contar pro movimento negro que ele sempre será insuficiente e incompleto sem a presença das mulheres negras. Porque quando essas duas lutas se movimentam, principalmente de forma coordenada, a gente consegue de fato ter uma mudança social, estrutural, de grande impacto (Xongani, 2020 - subversão - Vídeo: BBB20 - A vitória da Thelma, do feminismo e do antirracismo).

Xongani parte das cenas do *Big Brother Brasil* (BBB) que geraram repercussão na *internet* para compartilhar com seus seguidores algumas discussões elucidadas por autoras como Gonzalez (2020) e Carneiro (2003), enfatizando perspectivas do movimento feminista negro e retomando ainda o que Crenshaw (2002) mobilizava para traçar as primeiras definições da interseccionalidade como um conceito: mulheres negras são discriminadas em determinados ambientes por serem mulheres, em outros por serem negras e, consequentemente, compõem o grupo mais suscetível às violências de racismo e sexismo.

Ainda direcionando o olhar ao BBB, mas tendo como foco uma diferente edição, onde uma das participantes é questionada sobre como faz para lavar o cabelo, Xongani enfatiza:

> Pra muitas pessoas, sem uma base de consciência de raça, essa pergunta pode parecer inocente, pode parecer como uma coisa só de curiosidade: “Ah, eu só quero saber mais sobre o assunto”. Mas tendo em vista que a gente vive numa sociedade racista, essa pergunta vem carregada de estigmas e de preconceito que foram criados por pessoas brancas sobre a cultura afro brasileira (Xongani, 2023 - subversão - Vídeo: TRANÇAS: Cuidados, Dicas e O QUE NÃO Perguntar).

A *youtuber* que se propõe a compartilhar “conversas gostosinhas” parte de temas que estão sendo amplamente debatidos na *internet* para introduzir discussões sobre a perpetuação social do racismo. O cabelo que, especialmente se for longo, é considerado símbolo de feminilidade e que passou (ainda passa) por um longo processo de incorporação como parte da identidade negra, sendo exposto à condição de exotização, corrobora as perspectivas racistas que o associam a falta de higiene, por exemplo. Pereira e Thé (2019) expõe o cabelo *black*, as tranças visam corroborar com o processo de construção de uma identidade negra positiva, enfatizam ainda que a manutenção dos cabelos naturais permite o resgate da ancestralidade. Enquanto o

racismo, como enfatiza a *youtuber*, se dissimula colocando agressores como pessoas que não tiveram a possibilidade de acessar informação.

É direcionando o olhar aos processos de dissimulação do racismo e de outras formas de discriminações que DePretas desenvolveu uma série de vídeos com objetivo de disseminar informação sobre os golpes e os "erros" que acontecem na *internet*, concedendo especial atenção às *fake news*[45]. Em um dos vídeos, DePretas pontua:

> Deixa eu contar uma coisa pra vocês: vocês sabiam que no Facebook circulou uma *fake news* (uma notícia falsa, eu gosto sempre de traduzir porque muita gente não entende, né?! O que é *fake news*). E nessas notícias, nessas postagens, tinham afirmações como "George Floyd não morreu". Também se colocou lá uma postagem falsa mostrando como o movimento *black lives matter* tava se articulando pra assassinar famílias brancas. Sim, é isso mesmo que você tá ouvindo. Tem também uma outra publicação que garante que reuniu provas pra demonstrar que a morte do George Floyd, aquele vídeo que viralizou nas redes sociais, foi uma encenação. Que todos eram atores. Agora, vamos lá: imagina você perder um membro da sua família e ainda ter que lidar com esse tipo de publicação, gente. Sério?! Eu não consigo imaginar. Ok, que nós precisamos conversar sobre *fake news* e como essas notícias falsas estão sendo utilizadas pra oprimir principalmente minorias. E, pra além disso, a gente precisa conversar sobre como a gente pode se articular pra tentar barrar esse mecanismo. E aí, a gente pode pensar né?! "Ah, esse povo do outro país é louco! Quem divulga uma notícia dessas? Quem acredita nisso? Por que fazer esse tipo de divulgação?" E aí nesse tipo de visão, tão inocente muitas vezes, que a gente tem, a gente para e pensa: "Ai, meu Deus, alguém muito ruim foi lá e fez esse tipo de postagem, por ruindade somente". A gente, muitas vezes por inocência, individualiza essa ação, mas eu decidi fazer esse vídeo pra compartilhar com vocês que hoje a produção de *fake news* é um mecanismo muito bem articulado. Articulado, organizado e que pra além da desinformação, tem um outro objetivo muito relevante que é a desarticulação (DePretas, 2020 - subversão - Vídeo: As fake news estão tentando atrapalhar o #BlackLivesMatter).

A *youtuber* prossegue:

> Quer ver só? Eu mencionei o caso do George Floyd, mas aqui no Brasil aconteceu algo parecido: a gente teve a morte do João Pedro que foi assassinado dentro de casa e aí as primeiras notícias de veículos confiáveis falavam sobre isso. O João Pedro estava dentro de casa quando foi atingido pelas balas, né?! O seu corpo foi retirado da sua casa, a família começou uma campanha pra procurá-lo e algumas horas depois a polícia foi e informou a família que o corpo do João Pedro estava no IML. Ok, foi essa notícia que a gente recebeu nesse primeiro momento de veículos confiáveis. As pessoas se sensibilizaram com o caso, começaram a cobrar justiça, começaram a mandar mensagens de apoio para a família. E aí, o que é que acontece algumas horas depois? Começam a surgir nas redes essas postagens aqui: postagens falsas. Eu não vou nem me aprofundar na ideia de que as pessoas

[45] *Fake news* são notícias falsas. Esse tipo de manipulação de notícias tiveram expressivo aumento ao longo dos últimos anos. São informações enganosas e fabricadas, frequentemente disseminadas deliberadamente para enganar o público. Em geral, tem como objetivo manipular determinados segmentos da população, influenciar decisões políticas, criar pânicos e/ou gerar compartilhamentos.

> realmente acreditam que isso é uma justificativa… não vou entrar nesse detalhe. Mas, o que eu quero dizer pra vocês é que: essas famílias, elas não têm o direito ao luto. Elas não têm o direito ao apoio. Porque todas às vezes que as pessoas começaram a se articular pra buscar por justiça, a gente volta pra esse mesmo ciclo (DePretas, 2020 - subversão).

As discussões que a *youtuber* mobiliza ao relacionar as *fake news* às manifestações de racismo presentes na sociedade podem ser observadas a partir das discussões mobilizadas por Silva (2022) onde o autor afirma que, seja no ambiente digital ou fora dele, existem processos que reforçam a manutenção dos privilégios àqueles que já os detém. É nesse sentido que a desarticulação de populações marginalizadas se faz necessária para manutenção das hierarquias sociais, pois como Munanga (2019) enfatiza, relembrando o ditado popular: "a união faz a força", as direções que movimentos sociais articulados podem tomar estão além das determinações tanto daqueles que idealizaram o projeto, quanto daqueles que compõem as classes dominantes (Tarrow, 2009).

É nesse sentido que Noble (2021) destaca a necessidade que grupos marginalizados se atentem aos resultados que são apresentados sobre eles nas redes sociais ou sites de busca, pois como um grupo sem capital econômico, social e/ou político é pouco provável que essas informações sejam revertidas, ou mesmo que se consigam lidar com elas sem consequências. Assim, as redes sociais que, são popularmente observadas como um ambiente democrático, também podem ser mobilizadas como instrumento para desarticulação de movimentos coletivos que têm origem nos grupos marginalizados (Noble, 2021).

As mobilizações, tanto pessoais quanto discutindo processos coletivos, de Xongani e DePretas apresentam um posicionamento político, relembrando que "o pessoal é político" (Hanisch, 1970), posicionamentos onde as *youtubers* destacam a relevância de lutas em prol de justiça social (Collins e Bilge, 2021). Além disso, os posicionamentos políticos com relação às mobilizações de votos também são debatidos nos canais. Xongani, por exemplo, realizou ao longo do período eleitoral de 2022 uma série de vídeos informativos, onde explicava o funcionamento das urnas eletrônicas, a importância de representantes alinhados com as pautas dos eleitores e a relevância de eleger candidatos e candidatas negras. Em um dos vídeos da série,

quem conversa com a *youtuber* é a professora Bárbara Carine[46], onde juntas explicam a relevância de que a raça seja um fator levado em consideração na hora de votar:

> Bárbara Carine: É importante, nesse contexto de eleições, que a gente vote em candidatos negros e negras com compromisso coletivo com seu povo, com compromisso de emancipação sócio-histórica para nossa gente. Por muito tempo a gente teve acesso, sim, a direitos em virtude da luta dos movimentos negros organizados que possibilitou ações afirmativas em contexto de uma política progressista. Entretanto, extremamente sub-representados por parlamentares brancos e que centralizavam as suas agendas. Então chegou a hora do povo preto se levantar. Chegou a hora do povo preto estar na centralidade da agenda política desse país.
> Xongani: Representantes comprometidos com a coletividade do povo preto. É disso que a gente precisa! (Xongani, 2022 - subversão - Vídeo: E se entre esquerda e direita eu continuo sendo negra?).

A discussão versa sobre representatividade, pois enquanto a população negra é maioria no país, os representantes nas esferas judiciais, legislativa e executiva seguem sendo, majoritariamente, homens brancos. É pensando também na esfera de representatividade que a subcategoria **cultura** é utilizada como uma das formas que as *youtubers* desenvolvem estratégias para subverter as lógicas hegemônicas. A **cultura** é mobilizada através de discussões sobre livros, filmes, séries e também histórias de ancestralidade. É contando um pouco sobre a história do cabelo crespo e o procedimento de fazer tranças não apenas como uma característica de identificação com a negritude, mas como uma **cultura** ancestral que Xongani compartilha:

> Trança é uma técnica ancestral dos povos pretos, principalmente essas tranças fininhas com penteados e tudo mais, que foram trazidos e disparados por várias partes do mundo nas diásporas. No período da escravização, claro, mas em outros momentos da história também. E nos últimos 5 ou 10 anos as tranças tiveram uma grande popularização, ainda bem (Xongani, 2021 - subversão - Vídeo: Tudo sobre tranças, até se você pode usar).

O processo de reincorporação das tranças é parte do processo de construção de uma identidade negra positiva (Munanga, 2019) e de um afastamento do processo de negação da raça (Souza, 2021). Cabe destacarmos, com relação à popularização nos últimos anos, que os processos de ações afirmativas levaram muitas pessoas a repensarem sua identidade racial (Jesus, 2021). As ações coletivas, mobilizadas através da internet como um instrumento de disseminação de informação e organização de marchas (Pereira e Thé, 2019), incentivam a utilização dos cabelos naturais e também a conexão com a ancestralidade através dos penteados, dos

[46] Bárbara Carine Soares Pinheiro é professora do Instituto de Química da Universidade Federal da Bahia.

turbantes, dos tecidos coloridos. Além disso, esses movimentos também têm surgido concedendo a possibilidade de que autodefinições (Collins, 2019) e identificações (Hall, 2019) sejam mobilizadas a partir da ideia de que pessoas negras são múltiplas (Moreira, 2007) e que não precisam se “encaixar” nas imagens de controle (Collins, 2019).

Ao abordar as representações positivas da negritude nos cinemas, Xongani compartilha alguns aspectos gerais do filme *Pantera Negra*:

> As representações positivas são tão raras que quando a gente ganha esse bálsamo de coisas boas, a gente fica realmente emocionado né?! Extasiado! (Xongani, 2022 - subversão - Pantera Negra: Wakanda Forever - Crítica do Filme #XongsOpina).

Desse modo, enfatiza que é mais frequente que representações de pessoas negras sejam mobilizadas em situações de vulnerabilidade e/ou marginalização social. Evidenciando assim a relevância de produções, sejam cinematográficas ou de outros segmentos, que tragam pessoas negras como protagonistas de suas próprias histórias. É sob essa mesma perspectiva que DePretas lança críticas sobre a forma de desenhar as narrativas sobre os personagens negros e negras na série *Madam C. J. Walker*:

> Poderiam ter focado no cabelo, como esse cabelo por muito tempo teve que ser “domesticado”. Pois já que eles estavam trazendo coisas novas pra história, por que não discussões mais bem pautadas? (DePretas, 2020 - subversão - Vídeo: Vida e história de Madam C. J. Walker - Revelações e pitacos sobre a série).

Essas observações levam em consideração que a protagonista da série, baseada em fatos reais, desenvolveu um produto capilar capaz de alisar com eficiência os cabelos de mulheres negras. O que a *youtuber* pontua é que, sendo uma série atual, as críticas e a problematização com relação ao cabelo e a necessidade de que ele fosse adequado a padrões estéticos hegemônicos foi pouco explorada. Por outro lado, são mobilizadas disputas entre mulheres negras, o que na percepção da *youtuber* reflete em uma insinuação de que não haveria espaço para que duas mulheres negras fossem bem sucedidas no mercado.

Salientamos que a *youtuber* que mobiliza mais conteúdos que versam sobre a cultura negra é Xongani, ainda que DePretas mobilize discussões sobre séries, livros e filmes com foco nas questões que perpassam a raça. É pensando no universo do

cinema, especialmente o cinema nacional, que Ana Paula Xongani aborda a discussão sobre o filme *Marte Um*:

> O filme passa entre 2018 e 2019 e uma das primeiras cenas do filme mostra uma fala do presidente Jair Bolsonaro. Ou seja, o filme é localizado bem no momento que Jair Bolsonaro ganha as eleições, então o filme retrata como a vida daquela família pobre, de classe média baixa, da periferia muda e se transforma. Então mostra a dificuldade de pagar as contas, mostra a necessidade de fazer mais trabalho do que o necessário. Mostra aquela jovem que entra na universidade, provavelmente pelas políticas públicas, mas que não tem tanta facilidade de garantir a sua ida à universidade, né?! O dia a dia da universidade. Então não tem como não assistir Marte Um e olhar pra gente em retrospecto, olhar como que a gente passou esses quatro anos, né?! Olhar o que aconteceu nessas famílias mais vulnerabilizadas. E essa também é mais uma importância do filme, a gente tem poucos registros desse dia a dia, desse desgaste do dia a dia, das famílias nesses últimos quatro anos. Então ganha uma importância quase que documental (Xongani, 2022 - subversão - Vídeo: “Marte Um” merece uma vaga no OSCAR 2023?).

Xongani mobiliza outras categorias já discutidas para abordar a centralidade de filmes que retratem a realidade brasileira de populações marginalizadas, e questiona:

> Quais são as estruturas, muito endurecidas, da arte brasileira, do cinema negro brasileiro que não leva as pessoas até as salas de cinema? (Xongani, 2022 - Vídeo: “Marte Um” merece uma vaga no OSCAR 2023?).

Com esse posicionamento, a *youtuber* questiona tanto as produções de conteúdo que, frequentemente, constroem perspectivas alinhadas aos padrões hegemônicos, mas também as populações marginalizadas que não consomem conteúdos que trazem como protagonistas pessoas negras e ainda, que não valorizam as produções nacionais. Tanto Xongani quanto DePretas mobilizam a **cultura** como um elemento que faz parte de suas identificações (Hall, 2014; 2019), entretanto Xongani compartilha mais conteúdos que se relacionam à organização de eventos, estreias de filmes protagonizados por atrizes e atores negros, participação em eventos que voltados a comercialização de produtos produzidos e vendidos por pessoas negras.

As possibilidades de subverter a branquitude se expressam de maneiras distintas nos canais de Ana Paula Xongani e Gabi Oliveira. Enquanto Xongani mobiliza conteúdos pautados em uma construção do **antirracismo** através da centralidade a incorporação de debates sobre colorismo nas pautas, DePretas se direciona a ideia de fortalecimento da categoria negro como coletividade, pautada nos princípios de que uma coletividade pode chegar mais longe (Munanga, 2019). O compartilhamento de informações e perspectivas políticas se desenvolve de maneira semelhante, entretanto DePretas expõe seus posicionamentos políticos, por exemplo, de maneira

mais aberta, enquanto Xongani tenta evidenciar o caráter informativo de seus compartilhamentos que versam sobre o processo eleitoral e a relevância de exercer o direito ao voto.

Ao direcionarmos o olhar a subcategoria de **cultura**, é possível observar que Xongani tem uma mobilização de conteúdos mais diversificada, fato que pode ser justificado pelos relatos que trouxemos no item anterior, onde discutimos as relações de identificação com a raça que Xongani desenvolveu desde a infância. Ao passo que, DePretas tornou-se uma mulher negra (Souza, 2021) e construiu ligações positivas com sua identificação na fase adulta, a partir de seu ingresso na universidade e aproximação das discussões mobilizadas por autoras e autores negros.

Observando trechos das falas das *youtubers* mobilizadas ao longo da nossa discussão, é possível perceber que diferentes elementos se cruzam e, direcionamos especial atenção ao **cabelo** que, em alguma medida, aparece ao longo das discussões de todas as subcategorias. É nesse sentido, e para retomarmos o conceito e a aplicabilidade da interseccionalidade (Collins e Bilge, 2021; Collins, 2022), que convidamos a nos acompanharem ao próximo item, onde discutiremos como a perspectiva interseccional tem sido mobilizada pelas *youtubers*.

6.4. “Tem vários problemas sociais existindo, vários assuntos que estão em pauta[47]”: os cruzamentos interseccionais mobilizados pelas youtubers

> Eu não sou discriminada porque eu sou diferente, eu me torno diferente através da discriminação.
> (Grada Kilomba)

Ao mobilizarmos duas grandes categorias de análise (autodefinição e subversão) traçamos como objetivos compreender como as *youtuber* realizam os processos de afirmação da identidade negra, bem como as formas de subversão da branquitude e dos padrões hegemônicos, entretanto é possível observar que determinados elementos perpassam tanto as categorias gerais quanto as subcategorias. É nesse sentido que retomamos um dos conceitos, que também pode

[47] Frase de Ana Paula Xongani no vídeo *#BBB21 - Caos, julgamentos... e vc nisso tudo*, compartilhado em 2021.

ser observado como uma prática, mobilizado ao longo da nossa discussão: a interseccionalidade.

Aqui, além de buscarmos expor as diferentes formas que DePretas e Xongani mobilizam a interseccionalidade, também retomaremos discussões apresentadas como elementos importantes para construção de uma imagem positiva da negritude pelas *youtubers*. Retomando a interseccionalidade é importante destacarmos que

> [...] a interseccionalidade é muito mais ampla do que imagina a maioria das pessoas, inclusive muitas que a utilizam na prática. Ainda temos de entender todo o potencial da constelação de ideias abarcadas sob o guarda-chuva do termo interseccionalidade como ferramenta da mudança social. Como discurso, a interseccionalidade agrupa ideias oriundas de lugares, tempos e perspectivas distintas, possibilitando que pessoas compartilhem pontos de vista outrora proibidos, ilegais ou simplesmente ocultados. No entanto, como ideias por si só não promovem mudanças sociais, a interseccionalidade não é apenas um conjunto delas. Acima de tudo, por se referirem à ação social, as ideias da interseccionalidade têm consequências no mundo social (Collins, 2022, p. 17 - 18).

A interseccionalidade pode ser observada tanto como um conjunto de marcadores que incidem sobre uma mesma pessoa (abordagem mais utilizada) quanto como práticas que prezam pela construção de novas formas de existência social. Assim, ao retomarmos a interseccionalidade traçamos como objetivo analisar as formas de mobilização da interseccionalidade nos discursos das *youtubers*. As formas que mulheres negras constroem suas identificações positivas (Hall, 2019) e se afastam de percepções que direcionam aos processos de embranquecimento (Munanga, 2019) vão ao encontro dos processos que visam desconstruir definições essencializadas, ou seja, romper com as imagens de controle direcionadas às mulheres negras (Collins, 2019).

As imagens de controle que levam as mulheres negras a vivenciarem, ao menos, duas relações de poder sobre seus corpos: racismo e sexismo, as colocam diante de discriminações interseccionais (Collins e Bilge, 2021). Além disso, mulheres negras podem ser observadas como “o outro do outro” (Collins, 2019), à medida que não são homens, tampouco brancas. Assim, como discutimos ao longo do segundo capítulo, os imaginários coletivos construídos sobre mulheres negras foi responsável por legitimar como reais, inclusive por mulheres negras, tais perspectivas. Ou ainda, como pontua Souza (2021, p. 60), mulheres negras passaram “[...] a ver-se com os olhos e a falar a linguagem do dominador". A autora elucida ainda que a negritude vem de um processo de “tornar-se”.

Processo que as leva à **autodefinição** e, posteriormente, à **subversão** dos padrões hegemônicos, traçando possibilidades de que novas formas de existência sejam possibilitadas. Collins (2019) elucida que o processo de **autodefinição** é responsável por movimentar outros indivíduos e influenciar o processo de outras pessoas para suas autodefinições. Ao direcionarmos nosso olhar às *youtubers*, podemos perceber que além de mobilizarem pessoas próximas a construírem suas próprias identificações, o compartilhamento de conteúdo através da internet, bem como o número de seguidores de Xongani e DePretas, faz com que o alcance das construções de **autodefinição** e **subversão** das *youtubers* sejam ainda maiores.

Collins e Bilge (2021) ao direcionarem o olhar à interseccionalidade, dentre suas várias possibilidades, estão discutindo as formas que as relações de poder se interseccionam e fazem com que determinados indivíduos sejam mais ou menos suscetíveis aos processos de discriminação e marginalização social. Xongani ao direcionar o olhar a um dos assuntos solicitados pelos seguidores, o *Big Brother Brasil*, expõe seu posicionamento sobre competições e pontua seu incômodo:

> O meu problema com o BBB, na verdade, não é com o BBB. Eu tenho problema com competitividade de modo geral, raramente assisto jogo, geralmente eu fico com dó da pessoa que perdeu, mesmo que meu adversário. [...] Eu não sei ver jogo. Soma nesse jogo que não é só um futebol, uma bola rolando aí no campo de futebol. Gol ou não gol. Tem personalidades, tem pessoas, tem um monte de coisa acontecendo, tem um monte de coisas que você descobre sobre alguém. Têm vários problemas sociais existindo, vários assuntos que estão em pauta: racismo, doença mental, masculinidade negra. Uma série de outras coisas, é muito difícil (Xongani, 2021 - Vídeo: #BBB21 - Caos, julgamentos... e vc nisso tudo).

É mobilizando o exemplo de competitividade, ao abordarem a Copa do Mundo da Fifa, que Collins e Bilge (2021) traçam dois conceitos importantes para compreensão das formas de atuação das relações interseccionais de poder: domínios de poder e matriz de dominação. Em linhas gerais, é possível definir que os domínios de poder são duráveis ao longo do tempo, enquanto a matriz de dominação se altera. Enquanto os domínios de poder[48] são elementos que organizam as instituições sociais e perceptíveis ao direcionarmos o olhar a diferentes formas de opressão. Além disso,

[48] A discussão por nós proposta não se detém a analisar os domínios de poder, entretanto a saber são eles: domínio estrutural do poder, domínio cultural do poder, domínio disciplinar do poder e domínio interpessoal do poder. Os domínios de poder são duráveis ao longo do tempo e atuam de maneira interligada. Direcionamos aqui o olhar a matriz de dominação que se altera, seja ao longo do tempo, seja diante das formas de atuação de cada sociedade.

são elementos que não passam por alterações, já a matriz de dominação se altera tanto ao longo do tempo quanto diante de cada organização social.

A matriz de dominação se relaciona às formas específicas que as relações de poder vão operar, é a partir da matriz de dominação que as relações interseccionais de poder ganham sentido em uma sociedade (Collins e Bilge, 2021). Assim, ao direcionarmos nosso olhar às relações interseccionais que se estabelecem a partir de discursos realizados na (e para a) *internet*, é necessário evidenciarmos que a matriz de dominação (Collins e Bilge, 2021) dos processos de opressão se altera para atuar também nesses espaços.

Tynes, Schuschke e Noble (2016) enfatizam que a interseccionalidade tem sido utilizada em movimentos organizados através da *internet* não apenas como um conceito teórico a ser conhecido, mas também como uma estratégia analítica e prática de articulação, como práxis direcionada aos movimentos sociais e políticos de intervenção. É nesse sentido que observamos as discussões das *youtubers* que perpassam por diferentes marcadores sociais, enfatizando também o processo de **autodefinição** e resistência às imagens de controle construídas sobre (e para) mulheres negras como práticas de mobilização da interseccionalidade.

A mobilização da interseccionalidade como uma práxis se expõe tanto através de conteúdos políticos e de cunho informativo compartilhados com quem acompanha as *youtubers* quanto a partir das discussões sobre a construção de identificações (Hall, 2014), com base nos marcadores sociais e ainda através da expansão das conceituações sobre interseccionalidade (Collins e Bilge, 2021), como explorado pelas *youtubers* ao proporem temas que abarcam populações socialmente marginalizadas.

Mais que isso: a busca por expor formas de articulação da interseccionalidade no ambiente digital e como determinados indivíduos ficam mais suscetíveis a estes ataques também pode ser observado a partir da perspectiva interseccional, seja direcionando o olhar a quem sofre os ataques ou a quem os realiza. Pois é importante que, abordando relações interseccionais de poder, compreenda-se que propostas que visam manter as hierarquias inalteradas também são expostas a determinadas características comuns e podem ser observadas a partir da lente interseccional.

Nos ambientes digitais, Noble (2021) enfatiza o processo de reprodução dos domínios de poder e das hierarquias já presentes na sociedade, especialmente as que se referem à raça, processos que interferem diretamente no alcance de conteúdos produzidos por pessoas negras no geral e mulheres negras, particularmente. Gabi

Oliveira, em um dos momentos que o número de mortes por COVID-19 atingia números alarmantes, enfatizava o quanto os diálogos e a mobilização de experiências coletivas pode ser uma possibilidade de construção de novas formas de existências. Em contrapartida, pontua também o quanto processos de busca por manutenção da ordem social inalterada fazem com que pessoas que deveriam estar interessadas nesses processos, sejam afastadas deles:

> Quem conhece o meu trabalho sabe que ele é pautado na ideia de que a gente consegue abrir diálogos, que a gente consegue conversar. E que através desses diálogos e do alcance de novas pessoas, abertura de mente de outras pessoas, a gente consegue fazer mudanças efetivas. E aí nesse momento atual, quando em penso em criar algum conteúdo nessa ideia de abrir diálogo, eu me sinto uma idiota, porque existem pessoas que não querem entender. [...] Se morrerem 10 mil pobres, se morrer 10 mil pretos, ninguém se importa. Provavelmente você que tá vendo esse vídeo já entende isso, agora o triste é que a gente não consegue fazer com que as pessoas mais afetadas entendam que é de propósito (DePretas, 2020 - subversão - Vídeo: Eu já desisti! E vocês?).

A youtuber mobiliza a ideia do quanto ser pobre e negro faz com que determinados indivíduos sejam dispensáveis e, como enfatiza Nascimento (2016) vítimas de um processo de genocídio, que se altera e se aplica por meio de diferentes matrizes de dominação (Collins e Bilge, 2021), entretanto não deixa de estar presente. E é também mobilizando discussões que se alinham a interseccionalidade como relações de poder que interferem nas vivências dos indivíduos que Xongani afirma:

> Quando a gente pensa em desequilíbrio, as pessoas que estão mais vulneráveis, as pessoas que estão na base da pirâmide social, elas vão sentir esse desequilíbrio com mais força, mais pesado. Então a gente não pode naturalizar isso (Xongani, 2021 - subversão - Vídeo: Brasil é uma montanha-russa!).

Corroborando com a perspectiva de DePretas, a *youtuber* pontua o quanto determinados indivíduos são, com maior naturalidade, expostos a situações de risco, até mesmo a situações onde as medidas de segurança e saúde pública são colocadas como secundárias, priorizando geração de renda, por exemplo. Ou ainda, como pontua Nascimento (2016), vítimas de um processo de genocídio. A interseccionalidade é também mobilizada nas discussões que tentam ir de encontro às construções essencializadas direcionadas às mulheres negras, ou seja, as imagens de controle. Xongani evidencia, por exemplo, a surpresa que demonstram ao descobrirem que ela é uma mulher casada, pois as relações interseccionais de poder constroem imagens de mulheres negras, especialmente as de pele retinta, em espaços de solidão.

> A surpresa das pessoas saberem que eu sou casada. Primeiro, isso tem a ver com os estereótipos das mulheres pretas. E não só, também com uma pesquisa que diz, por exemplo, que a maioria das mulheres que sofrem o celibato forçado, ou seja, das mulheres que são abandonadas na sua relação são mulheres assim como eu: mulheres pretas. Aí você soma isso, que eu sou uma mulher preta, de corpo volumoso, antigamente endreadada, hoje com os cabelos muito curtos. Logo, muitas vezes as pessoas fazem leituras rápidas e logo me colocam nessa caixinha, numa caixinha que tem a ver com essa questão social. Muitas vezes, mesmo quando estereótipos tem o apoio de pesquisas sociais, a gente sempre, sempre, tem que dar a oportunidade das pessoas contarem suas histórias. [...] As redes sociais são um recorte da nossa vida, ninguém entrega tudo, ninguém fala tudo, ninguém sabe tudo de ninguém (Xongani, 2021 - subversão - Vídeo: Cadê seu marido nas redes?).

A *youtuber* critica a relação que muitas vezes é estabelecida entre mulheres negras, especialmente as de pele retinta, e a solidão. Outro aspecto interessante que aparece na fala de Xongani é referente aos cabelos e as representações oferecidas por ele. É interessante destacarmos que seja na categoria de **autodefinição** ou na categoria de **subversão**, discussões em torno do **cabelo** foram realizadas. O **cabelo** marca tanto a construção da identificação pessoal de ambas as *youtubers*, quanto corrobora com os discursos realizados por elas, seja através das palavras ou da imagem exposta na tela. O **cabelo** que, na categoria de **autodefinição**, aparece como uma subcategoria necessária ao processo construção das identificações individuais e coletivas (Hall, 2014), é também elemento presente nas outras subcategorias de análise, seja para pensar formas de existência onde há liberdade capilar, construir **autoestima**, para estabelecer ligações com a ancestralidade, como uma forma de conexão com a **cultura** negra ou ainda para afirmar uma posição política.

Direcionando o olhar para interseccionalidade a partir dos marcadores sociais da diferença, enfatizamos que raça e gênero compõem elementos comuns à vivência das *youtubers*, entretanto, corroborando com o que discutimos até aqui, compartilhar marcadores não as torna mulheres “iguais”. Moreira (2007) enfatiza a necessidade de que mulheres negras sejam observadas a partir de suas individualidades, sem que os marcadores que compartilham sejam aquilo que as define. Assim, ainda que Ana Paula Xongani e Gabi Oliveira sejam mulheres negras, de pele retinta e compartilhem, ao menos, dois marcadores, os processo de construção de suas identificações, bem como o momento em que cada uma delas passou a se afirmar como uma mulher negra são distintos e não devem ser pautados em perspectivas essencializadas.

A classe, marcador geralmente associado a ideia de interseccionalidade, acompanhando raça e gênero, geralmente caracterizada por classificar quem está

sendo observado a marginalizações sociais, faz com que as *youtubers* se apresentem como exceções. Pois configuram mulheres negras, que não são de origem rica, mas ainda que não se aliem aos processo por busca de embranquecimento (Munanga, 2019), conseguiram ascender socialmente. Por outro lado, cabe salientar, como destaca DePretas que o racismo age de diversas maneiras, eventualmente marcado por sutilezas, como relata ao compartilhar o processo de tentativa de alugar um apartamento:

> Por muitas vezes eu fui muito questionada nos apartamentos que eu fui, como se eu não fosse conseguir pagar. Entendeu?! Como se não fossem apartamentos que eu pudesse alugar. Fora que (eu comentei isso no Instagram e isso gerou um certo burburinho). Eu entendo perfeitamente o lado de quem é proprietário, que quer garantias de que o aluguel vai ser pago. Mas, por exemplo, em algumas áreas aqui (eu vou continuar morando em Niterói), em algumas áreas específicas, parece que todo processo é… foi desenhado pra que outras pessoas não acessassem aqueles espaços. E eu falo outras pessoas: pessoas que estão em ascensão social recentemente, sabe?! Que é a primeira ou a segunda geração da família, porque tem alguns pedidos que são meio que absurdos. Que não adianta você ter dinheiro. Algumas imobiliárias hoje trabalham com seguro fiança, mas nem todas. Teve uma imobiliária, por exemplo, que precisava de dois fiadores. E aí eu não lembro se eram dois fiadores com dois imóveis próprios cada um, sabe?! E aí, próprios e quitados e aí, pra garantia, etc. Aí eu fico pensando… A casa dos meus pais, por exemplo, é uma casa própria, ok. Mas aonde eu ia encontrar outro fiador com dois imóveis. Gente? E assim, eu não tô procurando apartamentos de R$ 10.000 o aluguel não, sabe?! Então foi um processo bem complicado, bem desgastante, porque a cada nova visita eu tinha que pensar sobre como eu ia ir vestida pra passar credibilidade e a gente sabe que roupa, muitas vezes, não adianta nada. Por que, né?! O que dita o seu tratamento, muitas vezes, é a sua cor de pele (DePretas, 2020 - subversão - Vídeo: Tour pelo apartamento novo vazio (e a dificuldade de alugar um ape sendo negra).

A *youtuber* enfatiza que, embora tenha ascendido socialmente, determinados ambientes parecem não querer pessoas “como ela” presentes. As dissimulações dos processos discriminatórios não é explícita e muitas vezes se expressa mediante uma maior burocracia, ou ainda de exigências que pessoas que não são de determinadas origens não são capazes de cumprir. O processo de ascensão das *youtubers*, Ana Paula Xongani e Gabi Oliveira se desenvolve sem que processos de embranquecimento (Munanga, 2019) ou negação da raça (Souza, 2021), sejam mobilizados. Ao contrário, os processos de afirmação da identidade negra e mobilizações em prol de justiça social (Collins e Bilge, 2021) acontecem através do amor à negritude (hooks, 2019) e a cada uma das características que acompanha o processo de se tornar uma mulher negra.

Assim, os discursos expressados pelas *youtubers* mobilizam a interseccionalidade em diferentes perspectivas, seja através dos marcadores sociais da diferença mais utilizados: raça, gênero e classe. Ou ainda, enfatizando que a raça, frequentemente, condiciona indivíduos a imaginários de pertencimento a determinada classe. Mobilizando também marcadores como ancestralidade, geração, sexualidade (ainda que pouco explorado), entre outros. Observando o trabalho das *youtubers*, é possível afirmar que há um processo de busca por justiça social, por construções de novas formas de existência da sociedade, seja exclusivamente através da produção de conteúdo, como pode ser observado em DePretas. Ou através da produção de conteúdo combinada com participação ativa em projetos sociais, feiras e promoção de eventos voltados à comunidade negra, como desenvolvido por Xongani.

DePretas não se descreve como uma ativista do movimento negro, ao passo que Xongani, mais presente nas ações coletivas do movimento negro, se define, em determinados momentos, como uma militante. Independentemente das definições mobilizadas por cada uma das *youtubers* quando direcionam o olhar a si mesmas, os trabalhos desenvolvidos por Ana Paula Xongani e Gabi Oliveira são práticas de **subversão** da branquitude, que mobilizam a interseccionalidade como uma práxis, visto que desenvolvem diferentes atividades onde objetivam a construção de um mundo mais justo, onde novas lógicas (Gonzalez, 2020) possam ser estabelecidas e os processos de justiça social (Collins e Bilge, 2021) sejam componentes efetivos da nossa sociedade.

7. Considerações Finais

Ao longo desta escrita, mobilizamos como eixo norteador as discussões que perpassam a identidade, as identificações (Hall, 2014; 2019) construídas ao longo da vida, especialmente as de mulheres negras (Gonzalez, 2020; Souza, 2021). Direcionar o olhar a youtubers negras refletiu tanto uma aproximação dos “lugares” onde foi possível que algumas das identificações individuais sejam construídas, como também a possibilidade de refletir sobre as sociabilidades que se desenvolvem nos ambientes digitais (Silva, 2022). Sobretudo as formas pelas quais processos discriminatórios como o racismo e o sexismo não deixam de existir nesses ambientes, muitas vezes considerados mais democráticos pelo senso comum, mas, na verdade, passam por um processo de dissimulação e seguem agindo por meio de diferentes estratégias.

Diante dessa proposta, nos dedicamos a compreender de que maneira a afirmação da identidade negra de *youtubers* se desenvolve enquanto prática de construção de novas formas de existências. Traçamos ainda como objetivos específicos a identificação de como as *youtubers* realizam a afirmação da identidade negra a partir da autodefinição; a verificação de novas formas de existência negra e/ou processos de subversão da branquitude e a análise das formas de mobilização da interseccionalidade nos discursos das *youtubers*.

Ao buscarmos atingir os objetivos propostos, evidenciamos as dificuldades presentes na sociedade para que uma definição positiva da negritude fosse construída (Munanga, 2019), salientando ainda que a *internet*, em especial as redes sociais, são mobilizadas estrategicamente como instrumento de organização de ações que visam corroborar com construções positivas da negritude (Pereira e Thé, 2019). Os processos como os de ascensão social que, ao longo da história, foram uma possibilidade mais acessível para homens mestiços (Corrêa, 1996) e que, de alguma maneira, se alinhavam aos ideais de embranquecimento (Munanga, 2019) são elementos ainda determinantes das ordens sociais vigentes. Entretanto, Ana Paula Xongani e Gabi Oliveira se apresentam como uma exceção a esses padrões, visto que ambas são mulheres negras, de pele retinta, que não se afastaram das origens negras e mesmo assim ascenderam social e economicamente.

Processo de ascensão marcado pelas possibilidades disponibilizadas pelas mobilizações realizadas pelos movimentos negros ao longo dos anos, ou seja, ainda que exceções, a possibilidade de que mulheres negras de pele retinta ocupem

espaços de representatividade e de influência foi, em parte, consequência dos movimentos em objetivavam a construção de uma negritude positiva. Esse processo de construir, de tornar-se negra (Souza, 2021), pode ser observado como uma construção coletiva, ainda assim, ao longo de nossas discussões dedicamos olhar atento ao fortalecimento de uma negritude positiva através das ações afirmativas.

A implementação das ações afirmativas como uma possibilidade de que pessoas negras passem a estar presentes em ambientes antes pouco acessados por essa população é necessária aos processos de mudança. O que merece especial atenção é pensar no processo de autodeclaração, pois ainda que não seja livre de fraudes, é também através dele que diversas pessoas efetivamente passaram a refletir sobre sua racialidade, assim se autodefinindo pessoas negras (Jesus, 2021). O acesso às universidades é importante em diferentes áreas da vida, entretanto cabe salientar que o espaço universitário pode possibilitar a identificação com a raça, a construção de um processo de amar a negritude (hooks, 2019), é também o espaço onde algumas discriminações passam a ser latentes.

DePretas, por exemplo, passou a ter consciência racial e compreender o que significava ser uma mulher negra ao ingressar no ensino superior. Ainda que sempre soubesse ser negra, conversas sobre o que isso implica efetivamente no dia a dia não existiam. As ações coletivas de movimentos negros, assim como as ações afirmativas, são responsáveis por que hoje exista a possibilidade de que mulheres negras tenham voz, espaço para se autodefinir e compartilhar possibilidades de subversão às lógicas da branquitude.

Mulheres negras que estão, frequentemente, expostas ao menos a duas formas de discriminação: racismo e sexismo, muitas vezes acompanhados também das discriminações de classe (Gonzalez, 2020), como explorado por DePretas ao compartilhar o processo de busca por um aluguel. Assim, evidenciamos a discussão da raça como uma possibilidade de condicionamento a determinadas classes, pois ainda que ascendam socialmente, determinadas exigências imobiliárias fazem com que pessoas de origem pobre não tenham a possibilidade de morar em determinados bairros, por exemplo.

É nesse sentido que podemos refletir sobre como as violências e as discriminações, bem como o próprio racismo, acontecem, em determinadas ocasiões, de formas sutis, pois como explorado pela *youtuber*, mesmo nos momentos em que não houve qualquer insinuação sobre a cor da pele dela, seria pouco provável que ela,

oriunda de classe baixa, encontrasse dois fiadores com dois imóveis próprios e quitados. Em outras palavras, independentemente do processo de ascensão que seja vivenciado por mulheres negras, essas sempre serão observadas, em primeiro lugar, como mulheres negras (Gonzalez, 2020).

O processo de construir identificações positivas (Hall, 2014), assim como o “vir a ser” uma mulher negra (Souza, 2021) são processos que requerem o desvincular das imagens de controle (Collins, 2019) construídas sobre (e para) mulheres negras, levando a construções pautadas no próprio olhar e não a partir das visões estabelecidas pela branquitude. A autodefinição, seja como conceito ou como categoria mobilizada por nós, é o processo de se tornar negra e traçar conexões com ancestralidade, construir uma autoestima livre dos padrões hegemônicos, a construção de uma relação de amar a negritude como uma forma de resistência (hooks, 2019).

Resistência que se exprime através do amor a negritude, mas também no compartilhamento das histórias, na utilização do cabelo natural e na liberdade para que diferentes cabelos sejam utilizados ao longo de um mesmo ano, pois como enfatiza Xongani, ser mulher preta é ser múltipla. Resistência que se transforma na construção de novas formas de existência, pautadas na beleza negra e na construção de potências pautadas no conhecimento do passado, por exemplo.

Elementos que podem ser observados como marcadores isolados, mas que atuam em conjunto e são responsáveis por possibilitar um olhar interseccional as mulheres negras de modo geral e, a Ana Paula Xongani e Gabi Oliveira, especificamente, seja pautado nos marcadores que incidem sobre as *youtubers*, a partir dos temas abordados por elas que, frequentemente, exploram raça, gênero, geração e ancestralidade. Ou ainda pensando a interseccionalidade de forma mais ampla, como uma práxis que nos direciona a construção de justiça social (Collins e Bilge, 2021), elemento enfatizado pelas *youtubers* ao longo de suas discussões.

Xongani, por exemplo, não somente elucida discussões sobre a necessidade de justiça social ao longo de seus vídeos, como participa de maneira ativa de feiras, iniciativas e eventos voltados às produções realizadas por pessoas negras, buscando processos de valorização dessas culturas, tentando promover equidades entre diferentes manifestações culturais. A *internet*, especificamente as redes sociais tiveram, especialmente ao longo dos últimos 10 anos, papel importante na organização de ações coletivas e movimentos em prol de construções positivas da

negritude, como as marchas dos cabelos crespos (Pereira e Thé, 2019). Tais processos corroboraram com as desconstruções das visões essencializadas construídas sobre (e para) mulheres negras, possibilitando que a compreensão de que mulheres negras são múltiplas tomasse uma maior proporção.

A interseccionalidade é também elemento importante, pois além de atuar como práxis (Collins, 2022), dentro do recorte estabelecido por nós, conceitualmente é capaz de auxiliar nas compreensões de que não devem ser aplicadas visões essencializadas sobre o que é ser uma pessoa negra, ou o que é ser uma mulher. Ainda que processos discriminatórios se cruzem e possam apresentar formas semelhantes de atuação para todas as mulheres negras, é necessário que cada pessoa seja observada a partir de sua individualidade e das identificações (Hall, 2014) que constrói ao longo de sua trajetória.

Essas questões, ao migrarem para o ambiente digital, pouco se alteram, pois seja o racismo, o sexismo, ou qualquer outra discriminação, se dissimulam para contemplarem também esses ambientes (Silva, 2022). Destacamos, portanto, que na *internet* os algoritmos da opressão (Noble, 2021) são formas de manter as relações de poder interseccionais (Collins e Bilge, 2021) que definem quem são os indivíduos mais suscetíveis a discriminação. Entretanto, na *internet* há diferentes configurações de opacidade, responsáveis por fazerem com que exista uma falsa sensação de que no ambiente digital, quando conectados às redes, todos podem ser iguais (Silva, 2022).

O processo de genocídio da população negra não deixa de operar por estar incorporado na esfera digital, ao contrário, há processos de sofisticação, onde responsabilidades passam a ser transferidas aos algoritmos, isentando aqueles responsáveis por programá-los. Assim, Ana Paula Xongani e Gabi Oliveira, estão sujeitas as mesmas possibilidades de discriminação que estariam fora da *internet*. É nesse sentido que evidenciamos o processo de autodefinição das *youtubers* como um processo para que a subversão possa, hoje, ser mobilizada.

A autodefinição das *youtubers* se apresenta de maneiras similares, entretanto o início dessa construção se desenvolveu em diferentes fases. Ao passo que Xongani ainda na infância construía seu amor pela negritude através da liberdade capilar e de uma aproximação das histórias de suas ancestrais, DePretas passou a se afirmar como uma mulher negra e compreender o que isso expunha como consequências já na fase adulta, no espaço universitário.

Xongani, com sua identificação como mulher negra fortalecida desde a infância, iniciou o canal para tratar de discussões sobre moda, perspectiva interrompida ao observar a necessidade latente de que temas como raça, racismo, pertencimento racial fossem abordados na plataforma. Por outro lado, DePretas, que passou pelo processo de aproximação da negritude na fase adulta, desenvolveu o canal pensando em compartilhar aquilo que estava descobrindo sobre sua história, sua origem, sua ancestralidade e que talvez fosse necessário para outras pessoas negras também. Além disso, mesmo que desenvolvidas em momentos diferentes, os processos de autodefinição das *youtubers* são pautados em alguns elementos comuns, que compuseram nossas subcategorias, sendo eles: cabelo, maternidade/ancestralidade e autoestima.

Subcategorias que, foram delineadas a partir das discussões mobilizadas ao longo dos vídeos que acompanhamos, tentando construir elementos que refletissem identificações de Xongani e também de DePretas. Assim, podemos afirmar que a autodefinição das *youtubers* perpassa por construções que estão relacionadas a ancestralidade, pautada naquilo que foram ensinadas durante a infância e transmitem aos seus filhos. A autodefinição enquanto uma mulher negra se relaciona também com a liberdade capilar, enfatizando não apenas a beleza e as possibilidades do cabelo, mas também as representações políticas e o fortalecimento de discursos que o cabelo natural pode conceder. A autoestima ultrapassa os limites do cabelo e se alinha a lutas dos movimentos negros ao longo dos anos, pois seja através da maquiagem, do cabelo, da forma de vestir, entre outros, construir visões positivas sobre si e sobre a coletividade a que se faz parte são elementos necessários para que o processo de subversão dos padrões hegemônicos possa acontecer.

Ao delinearmos a categoria subversão, tínhamos como objetivo verificar novas formas de existência negra e/ou processos de subversão da branquitude, onde foi possível observar que, ainda que os canais das *youtubers* tenham sido desenvolvidos a partir de diferentes propostas, ambas conduzem seus canais a partir de pressupostos baseados no antirracismo, busca por justiça social e o compartilhamento de informações ao público que as acompanha.

A proposta de construir novas existências se exprime através das propostas de levar informação ao público negro, especialmente a mulheres negras, seja sobre práticas antirracistas, informação/política ou cultura. Tanto DePretas quanto Xongani acreditam que através do diálogo e do acesso à informação, mudanças sociais podem

ser efetuadas. É incentivando o consumo de produções negras, sejam elas artísticas, literárias, culturais, digitais, entre tantas outras que as *youtubers* mobilizam os processos de subversão da branquitude. Ou seja, a possibilidade de construir outras lógicas (Gonzalez, 2020) além da que nos é imposta como ideal. Assim como a autodefinição é trilhada por caminhos diferentes pelas *youtubers*, o mesmo acontece com a subversão. Xongani, envolvida desde a infância com movimentos organizados por coletivos negros, se define como uma militante e participa de eventos desenvolvidos integralmente por pessoas negras, que visam construir os processos de subversão da branquitude através de aplicabilidades praticas, que possam ser revertidas em fonte de renda aos produtores, por exemplo.

DePretas, que desenvolveu seu amor à negritude (hooks, 2019) em sua fase adulta, a partir da possibilidade de ingressar no ensino superior e compreender tanto aquilo que a fazia ser “diferente” quanto as potencialidades de se tornar negra (Souza, 2021), desenvolveu o canal no YouTube e continua sua trajetória de busca por subversão da branquitude através do compartilhamento de informação, histórias da negritude (ou as faltas dela). Além disso, compartilha bastante dos seus processos pessoais, possibilitando tanto a construção novas existências, quanto que outras pessoas negras, outras mulheres negras, passem pelo processo de se autodefinir (Collins, 2019).

É pensando nos cruzamentos mobilizados pelas *youtubers*, seja ao mobilizarem histórias que compõem suas autodefinição ou ao traçarem propostas que se alinham à subversão, que a interseccionalidade surge como uma práxis. Em alguns momentos, nomeada, em outros, expressa através dos marcadores sociais da diferença, das propostas práticas que propõem novas formas de existência pautadas nos princípios da negritude e, consequentemente, traçando lógicas que encaminham a ideia de uma sociedade onde há justiça social. Collins e Bilge (2021), assim como Collins (2022) enfatizam a interseccionalidade para além de um conceito, o que se exprime nas discussões das *youtubers*, pois ao abordarem temas como adoção, feiras organizadas exclusivamente por pessoas negras, mulheres negras potentes e que afirmam suas identidades em locais com grande alcance, como a internet, Xongani e DePretas realizam movimentos que são interseccionais a partir de diferentes perspectivas. Aqui, enfatizamos que as *youtubers* mobilizam a interseccionalidade não como um conceito, mas como uma prática, trazendo luz ao que Collins (2022) enfatiza, pois a interseccionalidade só tem sentido se for mobilizada como práxis.

Enfatizamos ainda, com relação ao local de realização da pesquisa: o YouTube, e considerando que as *youtubers* que compuseram esta pesquisa não passaram períodos longos afastadas da plataforma, que foi possível observar o ano de 2020 como o que refletiu maior envio de vídeos. Além disso, ao longo do período em que a pesquisa se desenvolveu outras plataformas tiveram ascensão e passaram a ser mais rentáveis, como Instagram e TikTok, o que leva produtores de conteúdo digital a direcionarem maior atenção ao que tende a gerar maior lucratividade. Outro fator que leva a uma migração de muitos usuários e produtores a essas plataformas, conforme as *youtubers*, é a possibilidade de consumir conteúdos de maneira rápida, sem que aprofundamentos sejam mobilizados. Assim, ao longo do ano de 2022 e, principalmente, ao longo dos meses de 2023 acompanhados, foi possível perceber tanto postagens de vídeos realizadas em um maior intervalo de tempo, quanto o número de visualizações diminuindo.

Voltando o olhar às maneiras como a afirmação da identidade negra de *youtubers* se desenvolve enquanto prática de novas formas de existências, podemos afirmar que compartilhar os processos individuais de se tornarem negras (Souza, 2021), especialmente ocupando espaços de visibilidade na internet, faz com que Ana Paula Xongani e Gabi Oliveira possibilitem que outras mulheres construam identificações positivas sobre si mesmas e sobre a coletividade negra. Mais que isso: as propostas mobilizadas pelas *youtubers*, pautadas no consumo de produções negras, incentiva que tais organizações passem a ter maior visibilidade e espaço, bem como retornos financeiros.

As identificações, como desenvolvemos ao longo desta escrita, se alteram ao longo de nossas trajetórias (Hall, 2019) e o trabalho realizado pelas *youtubers*, que algumas vezes consiste em compartilhar o desenvolvimento de suas próprias identificações, pode ser responsável por proporcionar que outras pessoas se afastem dos ideais de embranquecimento (Munanga, 2019) e tornem-se negras (Souza, 2021).

Em suma, as mobilizações realizadas através da *internet* e, particularmente das redes sociais, são dissimulações daquilo que já está presente em nossa sociedade e pode, eventualmente, ser intensificado. O processo de construir identificações tornou-se mais acessível a determinados indivíduos com o advento das tecnologias digitais, entretanto é necessário estar atento às formas de representação mobilizadas, especialmente para pessoas marginalizadas, como mulheres negras, por exemplo (Noble, 2021). Ao direcionarmos o olhar às *youtubers* negras e as formas de afirmação

da identidade delas, enfatizamos a forma que esse processo se desenvolveu ao longo do período em que acompanhamos os vídeos, entretanto é importante enfatizarmos, por fim, que não buscamos estabelecer como as identificações sociais de mulheres negras como uma estratégia de subversão devem acontecer, mas sim expressar possibilidades. Relembramos ainda que mulheres negras, assim como qualquer outro indivíduo, são múltiplas e que as identificações nunca estão finalizadas (Hall, 2014), elas são sempre uma possibilidade ao longo da vida.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Companhia das Letras, 2019.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade.** São Paulo: Pólen, 2019.

ANDRADE, Francisco Jatobá de. Ações afirmativas e raça no Brasil: dinâmicas na trajetória de institucionalização da temática. **Estudos de Sociologia**. Recife, v. 1, nº. 22, p. 291 - 330, 2016.

ANA PAULA XONGANI. Sobre. Ana Paula Xongani. Disponível em: <https://anapaulaxongani.com/sobre/> Acesso em: 15 out. 2023.

BERNARDINO-COSTA, Joaze. Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 30, p. 147-163, 2015.

BLOGUEIRAS NEGRAS. Quem Somos. Blogueiras Negras. Disponível em: <http://www.blogueirasnegras.org/quem-somos/> Acesso em: 10 set. 2022.

BOATCĂ, Manuela. DESIGUALDADES GLOBAIS: filiações teóricas e críticas radicais. **Caderno CRH**, v. 35, 2022.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **cadernos pagu**. Campinas, p. 329 - 376, 2006.

BRASIL. Lei nº 12.288/2010 de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm.> Acesso em: 06 set. 2022.

BRASIL. Lei Complementar nº. 150, de 1º de junho de 2015. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm> Acesso em: 07 abr. 2023.

BURGESS, Jean; GREEN, Joshua. **YouTube e a Revolução digital:** como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade. São Paulo: Aleph, 2009.

CAMPOS, Luiz Augusto. O pardo como dilema político. **Insight Inteligência**, v. 62, p. 80-91, 2013.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLLANDA, HeloÍsa Buarque (org). **Pensamento feminista** - conceitos fundamentais, Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados.** São Paulo, v. 17, nº 49, p. 117 - 133, 2003.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro:** conhecimento, consciencia e politica do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS,Patricia Hill. **Bem mais que ideias [recurso eletrônico]:** a interseccionalidade como teoria social crítica. São Paulo: Boitempo, 2022.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade.** São Paulo: Boitempo, 2021.

CORRÊA, Mariza. Sobre a invenção da mulata. **cadernos pagu**, n. 6/7, p. 35-50, 1996.

CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. **Cruzamento: raça e gênero**, p. 7 - 16, 2002.

CRENSHAW, Kimberle. A intersecionalidade na discriminação de raça e gênero. **Cruzamento: raça e gênero.** Brasília: Unifem, 2004.

CUSTÓDIO, Lourival Aguiar Teixeira. **Um estudo de classe e identidade no Brasil:** Movimento Negro Unificado (MNU)-1978-1990. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2017.

DA TRINDADE, Luana Ribeiro. As estratégias de resistência e enfrentamentos: desdobramentos na consolidação dos Coletivos de Estudantes Negros (as) nas universidades brasileiras. **Plural**, v. 29, n. 01, p. 80-100, 2022.

DIJCK, José van. **The culture of connectivity:** a critical history of social media. New York: Oxford University Press, 2013.

FACIOLI, Lara Rodrigues; PADILHA, F. Apresentação. Sociologia digital - tópicos e abordagens teórico-metodológicas da pesquisa social no século XXI. **Estudos de Sociologia.** Araraquara, v. 25, nº. 48, p. 21 - 35, 2020.

FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. **Colonialismo digital: Por uma crítica hacker-fanoniana**. Boitempo Editorial, 2023.

FRAGA, Alexandre Barbosa; MONTICELLI, Thays Almeida. “PEC das Domésticas”: holofotes e bastidores”. **Revista Estudos Feministas.** Florianópolis, v. 29, n. 3, p. 1 - 17, 2021.

GÉNOT, Luana. **Sim à igualdade racial:** raça e mercado de trabalho. Rio de Janeiro: Pallas, 2018.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Paulo Vinicius Baptista da; BRITO, José Eustáquio de. Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: lutas, conquistas e desafios. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 42, 2021.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano.** Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje.** São Paulo, p. 223 - 244, 1984.

GUIMARÃES, Antônio. S. A.**Classes, raças e democracia.** São Paulo: Editora 34, 2012.

GUIMARÃES, Antônio S. A. Racismo e anti-racismo no Brasil. **Novos Estudos.** São Paulo, nº 43, p. 26 - 44, 1995.

GUIMARÃES, Antônio S. A. **Modernidades Negras:** formação racial brasileira (1930 - 1970). São Paulo: Editora 34, 2021.

HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade.** Porto Alegre, v. 22, nº. 2, p. 15 - 46, 1997.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade?. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (ORG.) **Identidade e diferença:** a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, p. 103 - 133, 2014.

HANISCH, Carol. **The Personal is Political.** Notes from the Second Year: Women's Liberation, 1970.

HASENBALG, Carlos. Entre o mito e os fatos: racismo e relações raciais no Brasil. In: MAIO, M.C., and SANTOS, R.V., orgs. **Raça, ciência e sociedade [online].** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCBB, p. 235-249, 1996.

HASENBALG. Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

HINE, Christine. Por uma etnografia para internet: transformações e novos desafios. **MATRIZes**. São Paulo, vol. 9, nº. 2, p. 167 - 173, 2015.

hooks, bell. **Olhares negros:** raça e representação. São Paulo: Elefante, 2019.

JESUS, Rodrigo Ednilson. **Quem quer (pode) ser negro no Brasil?** Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

LEÃO, Ryane. **Jamais peço desculpas por me derramar**. Planeta Estratégia, 2019.

MOREIRA, Núbia Regina. Feminismo negro brasileiro: igualdade, diferença e representação. **31º Encontro da ANPOCS.** Caxambu, p. 1 - 22, 2007.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje.** São Paulo: Global, 2016.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil:** identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro:** processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NOBLE, Safiya Umoja. **Algoritmos da opressão:** como o Google fomenta e lucra com o racismo. Santo André: Rua do Sabão, 2021.

NYLAND, Joana Josiane A. O. L. Racismo algorítmico: uma revisão de literatura. **Research, society and development.** Vargem Grande Paulista, v. 12, nº 2, p. 1 - 12, 2023.

OLIVEIRA, Cyntia Barbosa; SPOLLE, Marcus. Vinicius. O virtual em análise: o racismo algorítmico frente aos sistemas de reconhecimento facial. In: **47º Encontro Anual da ANPOCS**, 2023, Campinas. Anais do 47º Encontro Anual da ANPOCS, 2023.

OLIVEIRA, Laila Thaíse Batista de. Narrativas em rede: o feminismo negro nas redes sociais. **Anais do I Seminário Nacional de Sociologia da UFS.** São Cristóvão, p. 810 - 823, 2016.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

PEREIRA, Deborah Dias; THÉ, Ana Paula Gilfskói. A construção da identidade negra via movimento social: “marcha dos cabelos crespos” enquanto estratégia de enfrentamento do racismo. **Confluências - Revista interdisciplinar de sociologia e direito**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 169 - 183, 2019.

RIAL, Carmen. Antropologia e mídia: breve panorama das teorias de comunicação. **Antropologia em primeira mão**, v. 9, n. 74, p. 1 - 32, 2004.

RIEDER, Bernhard (2015). YouTube Data Tools (Version 1.31) [Software]. Disponível em: < https://tools.digitalmethods.net/netvizz/youtube/> Acesso em: set. 2023.

RIOS, Flávia. Antirracismo, movimentos sociais e Estado (1985-2016). In: LAVALLE, A.G., CARLOS, E., DOWBOR, M., and SZWAKO, J., comps. **Movimentos sociais e**

institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, p. 255-283, 2018.

RODRIGUES, Paula. Contra estereótipos: Gabi Oliveira produz conteúdo para humanizar mulheres negras na internet e quebra expectativas. **Uol.** 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais> Acesso em: dez. 2023.

ROSA, Alzemiro Gonçalves. **A voz popular:** o Cerro da Pólvora nas décadas de 1960 – 1970 em Jaguarão/RS. Jaguarão: Universidade Federal do Pampa, 2015.

SANTOS, Genivalda. **Relações raciais e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2009.

SANTOS, Francisco Coelho; CYPRIANO, Cristina Petersen. Redes sociais, redes de sociabilidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 29, nº 85, p. 63 - 78, 2014.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor**. Fósforo, 2023.

SILVA, Tarcízio. **Racismo algorítmico:** inteligência artificial e discriminação nas redes digitais. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2022.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, p. 20-45, 2006.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento:** movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Vozes, 2009.

TRINDADE, Luiz Valério. **Discurso de ódio nas redes sociais.** São Paulo: Jandaíra, 2022.

TRUTH, Sojourner; GILBERT, Olive. **" E eu não sou uma mulher?" A narrativa de Sojourner Truth**. Ímã Editorial, 2020.

TYNES, Brendesha; SCHUSCHKE, Joshua; NOBLE, Safiya Umoja. Digital Intersectionality Theory and the #BlackLivesMatter Movement. In: NOBLE, Safiya Umoja; TYNES, Brendesha (ORG.). **The intersectional Internet: race, sex, class and culture online.** New York: Peter Lang Publishing, 2016.

UNA-SUS. OMS declara fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional referente à COVID-19. UNA-SUS. Disponível em: <https://www.unasus.gov.br/noticia/oms-declara-fim-da-emergencia-de-saude-publica-de-importancia-internacional-referente-a-covid-19> Acesso em: 09 mai. 2023.

YOUTUBE. About. YouTube. Disponível em: <https://about.youtube/> Acesso em: 27 mar. 2023.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (ORG.) **Identidade e diferença:** a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, p. 7 - 72, 2014.